

11



História Oral do Supremo
[1988-2013]

Luís Roberto Barroso

Fernando de Castro Fontainha
Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos
Carlos Victor Nascimento dos Santos
[orgs.]



11

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO



Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição – Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Fechamento da 1ª edição em Agosto de 2016

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Coordenação ■ Rodrigo Vianna, Sérgio França e Thaís Mesquita

Projeto gráfico e capa ■ eg.design Evelyn Grumach

Diagramação ■ Antonio Valério

1ª revisão ■ Márcia Glenadel Gnanni Ernesto

2ª revisão ■ Antonio dos Prazeres

História oral do Supremo (1988-2013), v.11: Luis Roberto Barroso / Fernando de Castro Fontainha, Marco Aurélio Vannucchi, Carlos Victor Nascimento dos Santos (orgs.) / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. - Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

130 p.

Em colaboração com a Direito GV e o CPDOC.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-63265-62-3

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Barroso, Luis Roberto, 1958-. I. Fontainha, Fernando de Castro. II. Mattos, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. III. Santos, Carlos Victor Nascimento dos. IV. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. V. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. VI. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CDD – 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à FGV DIREITO RIO

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22250-900

55 (21) 3799-5445

www.fgv.br/direitorio

11

História Oral do Supremo **<1988-2013>**

Luís Roberto Barroso

Fernando de Castro Fontainha

Marco Aurélio Vannucchi

Carlos Victor Nascimento dos Santos

[orgs.]

Sumário

1	Apresentação	06
2	Prefácio à entrevista do ministro Luís Roberto Barroso	08
3	Roteiro do ministro Luís Roberto Barroso	16
	Fontes	26
4	Primeira entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso	28
	Apresentação, religião e origens familiares	29
	Mudança de Vassouras para o Rio de Janeiro	33
	Vida escolar: do primário ao vestibular e intercâmbio	35
	Escolha pela faculdade de Direito, ingresso na Uerj e participação no movimento estudantil da faculdade	42
	Ditadura militar, redemocratização e convicções políticas	48
	Escolha pela Uerj, relações lá estabelecidas e a opção pelo concurso para seleção de professores na Uerj	53
	Entrada na Uerj como professor	58
	O despertar para o direito constitucional	63
	Juristas que influenciaram a sua formação	66
	Participação na “autonomização” do direito constitucional enquanto categoria jurídica	68
	Atuação como advogado: casos da anencefalia, união homoafetiva, células-tronco embrionárias e nepotismo	71
	Atuação como advogado: caso Cesare Battisti	76

5 Segunda entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso ■ 80

Experiência no LL.M., Yale – EUA, assessoria para o governador Brizola, do Estado do Rio de Janeiro e retorno à Procuradoria do Estado do RJ ■ **81**

Atuação como advogado no Andrade & Fichtner e a criação de seu próprio escritório ■ **84**

Alunos que marcaram a sua trajetória, processo de montagem do escritório e viagens acadêmicas nas férias ■ **86**

Processo de sondagem e nomeação ao STF ■ **87**

Sabatina no Senado Federal ■ **95**

Atuação como parecerista, doutrinador e a distinção entre as funções do advogado e magistrado ■ **97**

Montagem do gabinete no STF ■ **102**

Recepção pelos colegas no STF ■ **104**

Características enquanto ministro e escolha do nome no STF ■ **106**

Ação Penal nº 470: embate com o ministro Joaquim Barbosa e julgamento técnico e político ■ **108**

Relação com a imprensa ■ **115**

TV Justiça ■ **121**

Caso Donadon ■ **124**

6 Equipe do projeto ■ 128

1

Apresentação

Joaquim Falcão, Diretor da FGV DIREITO RIO

Oscar Vilhena Vieira, Diretor da FGV Direito SP

Celso Castro, Diretor do FGV/CPDOC

Em cinco de outubro de 1988, foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e foi promulgada a nossa Constituição Federal, vigente até hoje. Chamada por Ulysses Guimarães de “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social”, a CF/88 é marco inquestionável de uma nova fase da história do Brasil.

Desde então, tem havido uma grande convergência intelectual, um enorme esforço dos acadêmicos brasileiros para compreender o impacto deste documento no Brasil contemporâneo. Várias áreas das ciências humanas, por meio de diversas abordagens, vêm privilegiando estudos em que a nossa Constituição e o Supremo Tribunal Federal encontram centralidade.

Várias são as instituições e atores sociais que, no seu dia a dia, dão vida e existência concreta à nossa Constituição. Neste contexto, surgiu a ideia de contribuir de forma inovadora para este tão profícuo e importante debate: a aplicação do método-fonte-técnica da História Oral ao Supremo nesses primeiros vinte e cinco anos de vigência da Constituição.

Seguindo sua tradicional missão institucional de contribuir para o conhecimento e o aprimoramento das instituições democráticas e republicanas do Brasil, a Fundação Getúlio

Vargas decidiu mobilizar esforços no sentido da construção de uma inédita base de dados qualitativos sobre o Supremo, composta por entrevistas realizadas com aqueles que compuseram a corte entre 1988 e 2013.

Para tanto, uniram-se as suas duas escolas de Direito, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a Escola de Ciências Sociais/CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Ambas as escolas de Direito da FGV, mesmo com apenas pouco mais de dez anos de atividade, já se firmaram no ensino jurídico nacional como instituições propulsoras de um pensamento arrojado, inovador, multidisciplinar e conectado com os desafios da atualidade. E em um olhar sobre o Brasil. Já o CPDOC traz quase quarenta anos de *expertise* em pesquisas em História Oral, uma vez que atua nesta frente de trabalho desde 1975.

Este volume, assim, é parte integrante do projeto “História Oral do Supremo”, uma contribuição da FGV para a história contemporânea do Brasil. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará a narrativa do ministro Luís Roberto Barroso sobre sua própria trajetória, marcada notadamente pela atividade de magistrado na nossa mais alta corte. Boa leitura! 

2

**Prefácio à entrevista do
ministro Luís Roberto Barroso**

**Nelson Jobim
Fernando Fontainha**

Esta pesquisa pretende trazer às comemorações dos 25 anos da Constituição Federal um novo discurso científico sobre a Suprema Corte brasileira: sua história oral. Numa empreitada da FGV Direito Rio, em conjunto com a Direito GV e o CPDOC, se pretende reconstruir e reinterpretar a história recente do STF baseada em entrevistas com os magistrados que a compuseram nestes últimos 25 anos, com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral. A perspectiva dos atores que compuseram a corte e a maneira como eles reinterpretem fatos à luz de experiências vividas, permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história recente do Supremo. Nos contando a história da sua relação com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Sete etapas foram previstas para a realização da pesquisa: (1) um breve programa de capacitação metodológica a ser ministrado pelos pesquisadores aos assistentes de pesquisa e bolsistas de iniciação científica, (2) a coleta de dados sobre o STF no período em questão, (3) a coleta de dados específica sobre cada um dos ministros a serem entrevistados, (4) a consolidação dos dados coletados e a elaboração dos roteiros de entrevista, (5) a realização das entrevistas com os ministros, (6) o tratamento e a análise dos dados coletados, e finalmente (7) a elaboração dos produtos finais da pesquisa, dentre os quais se destaca a presente entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso.

O que efetivamente esta pesquisa visa produzir é uma *história oral temática*, não uma história oral tradicional, no seu sentido mais amplo. O que se pretende é a construção de uma *biografia institucional* do STF com o marco temporal da vigência da Constituição Federal de 1988, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de *biografia coletiva* daqueles que o integram e o integraram nesse período. O interesse é estabelecer conexões entre a *trajetória* dos seus ministros e ex-ministros – e não sua biografia ou sua história de vida – e a corte. Note-se a existência de uma dupla perspectiva: individual e ins-

titucional. Num primeiro momento, deve-se investigar como foram construídas trajetórias profissionais que permitiram o ingresso dos nossos colaboradores no STF. Em seguida, é preciso constatar como a experiência de ser um ministro daquela corte vai complementar suas trajetórias, marcar suas vidas.

Tornar-se parte e habitar uma instituição implica um processo longo, complexo e reflexivo. Do ponto de vista estritamente formal, podemos extrair um critério básico que distinga *insiders* e *outsiders* do STF, e que foi crucial para o recorte da população de entrevistados: existe um procedimento objetivo e racional de escolha, investidura e exercício das funções de ministro. No entanto, este critério não nos leva mais longe. É necessário ver para além dos requisitos e procedimentos legais de admissão, bem como além dos misteres funcionais dos ministros do Supremo. Cada um dos colaboradores entrevistados traz na sua trajetória um acúmulo de *capital social* (jurídico, político, econômico...) que sustentou seu ato de candidatura e permitiu seu ingresso efetivo na corte, bem como autorizou ou limitou seu *repertório de ação* enquanto ministro da corte.

Um dos problemas de pesquisa enfrentados foi: como se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo”, e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alçar alguém à posição de “supremável”. Portanto, além de mapear estas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF.

Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo. O longo processo de ingresso na corte, compreendendo estas três etapas – acúmulo de capital social ao longo de uma trajetória, planejamento estratégico de um ato de candidatura e procedimento formal de investidura no cargo – podem nos fornecer chaves imprescindíveis para determinar o quadro interacional e institucional dentro do qual cada ministro se encontrava ao ingressar na corte, e qual sua força compromissória na continuidade da sua atuação.

A alçada ao estatuto de ministro do Supremo é fato que inaugura novo capítulo na trajetória de qualquer jurista. Assim, viver experiências semelhantes produz trajetórias semelhantes e assim discursos sincrônicos: uma memória coletiva da instituição. No entanto, não podemos esperar que assim ocorra, não apenas porque as experiências vividas de cada indivíduo podem conter particularidades: a maneira como eles vivem e relatam estas experiências – ainda que vivam as mesmas – pode ser diferente.

É neste ponto que se reafirma a necessidade de construir determinantes estáveis por todo o processo que culminou com o efetivo ingresso na instituição. Ainda que não se consiga precisar como atua um ministro do STF, teremos parâmetros minimamente objetivos para mapear algumas continuidades acerca de repertórios de ação de um ministro do STF. No lugar dos conceitos de *status* e função, devemos considerar o *papel* que cada um deles ocupa e desempenha no seio e diante da dinâmica da instituição, e como esta objetiva suas expectativas na forma de restrições – internas ou externas – ao possível alargamento do repertório de ação individual.

Desta forma, foram escolhidos dois enfoques principais para a construção desta demonstração. Primeiramente, é

necessário saber como – e se – o cotidiano do STF contribui para a internalização de práticas institucionais relativamente uniformizadoras, que se perpetuam através das gerações de ministros pela rotinização (e não *inculcação*). Em outras palavras: como se resolve a dicotomia entre a determinação individual autônoma de um repertório de ação e a contextualização institucional de um quadro fixo de condutas pertinentes. Em segundo lugar, numa abordagem oposta, deve ser desbastada a ampla rede de interações que acaba por construir o sentido do “extraordinário” no seio da instituição. A maneira como cada membro distingue o trabalho rotineiro do trabalho relevante e reconhece determinada tarefa como crucial, decisiva ou hierarquicamente mais importante nos fornecerá pistas para determinar como um determinado caso se transforma efetivamente num *hard case*, ou *leading case*, o que pode ser academicamente aproveitado na forma de um *caso gerador*, conforme proposição de Paulo Freyre.

Feito isto, a pesquisa terá condições de investigar mais detidamente como se formam os consensos, as coalizões e as disputas em torno destes casos, diante da necessidade prática de se julgar em colegiado, tendo em vista ainda a eventual permissividade institucional do julgamento monocrático.

Assim, três serão quatro os momentos privilegiados na trajetória de nossos entrevistados a serem explorados na composição de uma história oral do STF: sua trajetória prévia, o ingresso, o cotidiano e o *hard case*.

Não podemos tratar da pertença ao STF sem o uso da noção de *elite*. Por força de seu contexto institucional, o Supremo é muito mais do que o lugar onde se reúne a elite judiciária brasileira. Muito embora ele seja a corte de maior hierarquia do sistema judicial, não é – necessariamente – uma trajetória de carreira exemplar no seio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional subida de hierarquia burocrática da Justiça produz uma mul-

tiplicidade de possibilidades no que tange a reconversão dos mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico. De igual sorte, o regime formal de administração do trabalho cotidiano afasta bastante a rotina de um magistrado de primeiro ou segundo grau da de um ministro do STF. Os primeiros se aproximam de burocratas tradicionais – funcionários públicos – enquanto no Supremo os membros se organizam de forma semelhante aos agentes políticos parlamentares. Finalmente, a brusca diferença de impacto entre as decisões proferidas pelo Supremo e as dos demais tribunais da República, *per se*, põe esta corte na posição de produtora dos critérios distintivos e do conteúdo do “marcante” e do “relevante” no mundo da Justiça e do direito.

Portanto, seguem algumas questões de pesquisa que compuseram nosso esforço de coleta de dados por entrevista:

- Quais são as trajetórias que tornam alguém “supremável”?
- Quando se começa a trabalhar objetivamente para ser do STF?
- Como se passa o processo de escolha e indicação pelo presidente?
- Como se passa a sabatina no Senado? Ela é mesmo *pro forma*?
- Como um ministro “novato” é recebido no Supremo?
- Como é a rotina de trabalho de um ministro do STF?
- Como interagem e/ou competem os ministros entre si?
- Como é o convívio com demais atores internos (assessores, funcionários...)?
- Como é o convívio com demais atores externos (advogados, políticos, imprensa...)?
- Qual foi o impacto da instituição da transmissão televisiva das sessões?
- Como um determinado caso se torna um *hard case*?

- Como surgem consensos na separação do trabalho “ordinário” do “relevante”?
- Quais atores externos influem na construção de um *hard case* (imprensa, políticos...)?
- Como se compõem coalizões e se resolvem divergências no julgamento dos *hard cases*?

O caráter profano do direito enquanto pretensa área do conhecimento ou ramo da ciência vem sobretudo da sua proximidade com o exercício do poder político. A história do direito, das profissões e das instituições jurídicas se confunde com o desenvolvimento de uma atividade que jamais conseguiu reivindicar e efetivar plenamente sua autonomia em relação à política e à razão de Estado. Não sabe até hoje se existe para regulá-la ou é por ela regulado.

Entretanto, no lugar de alimentar mais uma discussão normativa e conceitual sobre a relação entre direito e política, a reconversão do capital manejado no campo jurídico e no campo político por atores concretos pôde enfim ser objeto de mais uma pesquisa empírica. Com base na construção das trajetórias individuais dos ministros, da memória coletiva e da história oral do Supremo, esta pesquisa pretende contribuir profundamente para o conhecimento que possuímos acerca de nossa recente história republicana.

História esta que, contada através da narrativa do ministro Luís Roberto Barroso, nos guia, em princípio, ao seu nascimento na cidade de Vassouras–RJ. Em seguida, percorremos a sua formação educacional desde os primeiros passos no ensino primário, com a prof.^a Zoraide na Escola Roma; passando pelo Colégio Pedro Álvares Cabral, durante seus estudos ginasianos e intercâmbio realizado nos Estados Unidos numa *High School*; até o ensino superior na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj, onde cursou Direito. No curso da graduação

em Direito, exerceu cargo de diretor do centro acadêmico, dando início a uma ativa vida política no movimento estudantil, local aonde retornaria anos mais tarde como professor da Faculdade de Direito, tornando-se livre-docente. Entre outras funções, o ministro Luís Roberto Barroso exerceu a de procurador do Estado do Rio de Janeiro, advogado consultor e parecerista, tornando-se conhecido nacionalmente também por atuações em casos de grande repercussão social perante o Supremo Tribunal Federal, como anencefalia, união homoafetiva, células-tronco embrionárias, nepotismo, Cesare Battisti, entre outros. O ministro Luís Roberto Barroso é também autor de diversos livros e artigos de direito constitucional, defendendo ter sido um dos principais precursores da ideia hoje mais difundida acerca da “autonomização” do direito constitucional enquanto categoria jurídica. Nesta entrevista, o ministro Luís Roberto Barroso narrará todo esse processo, além de experiências profissionais e de vida que marcaram toda a sua trajetória, como casos que lhe marcaram, situações inusitadas, o processo de sua indicação ao Supremo Tribunal Federal, docência, advocacia, além de outras questões.

Neste volume, apresentamos a entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso com o objetivo de divulgação de importante fonte sobre a história recente do Supremo. Esperamos que esta postura metodológica cumpra dois objetivos muito caros para a área de Direito. Em primeiro lugar, ela colabora na valorização dos dados brutos coletados por pesquisadores como verdadeiros produtos científicos. Em segundo lugar, pretende alçar o aspecto metodológico ao coração da produção acadêmica, seja pela disponibilização pública de uma fonte, seja pela explicitação dos meios empregados para produzi-la. Por essas razões, neste volume, o leitor encontrará o roteiro utilizado – com suas respectivas fontes – antecedendo a transcrição da entrevista. 

3

Roteiro do ministro Luís Roberto Barroso

Carlos Victor Nascimento dos Santos
Amanda Oliveira

- 1958** Luís Roberto Barroso nasceu no Rio de Janeiro, na cidade de Vassouras, no dia 11 de março. (blog-Barroso)
- Mãe: Judith Luna Soriano Barroso. Judia, carioca, cosmopolita – foi criada até os 17 anos em Montevidéu, Uruguai. Formou-se, na década de 1950, na Faculdade Nacional de Direito – advogada. Faleceu em 1982. (Sisjern)
- Pai: Roberto Bernardes Barroso. Católico, vassourense. (Sisjern)
- Esposa: Tereza Cristina Van Brussel. Nasceu em Paramaribo, Holanda, filha de João Fernandes Expedito Telles, cônsul do Brasil no Suriname, e Detta Geertruce Van Brussel. (Fonte: Boeroes)
- Filhos: Luna Van Brussel Barroso e Bernardo Van Brussel Barroso.
- 1962** A família Barroso mudou-se para o Rio de Janeiro em função da aprovação do sr. Roberto Bernardes em concurso público do MPE. Até a adolescência, esteve bastante presente em Vassouras, onde passava os finais de semana. (Sisjern)
- “O ensino só ia até o ginásio, não havia científico (hoje, ensino médio). Portanto, em termos de perspectiva para os filhos, e até perspectiva profissional, passou a ser um lugar com limitações.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- “Eu gostava de andar a cavalo, de andar pela rua em uma cidade pacata. E de jogar bola.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1963** Ainda no pré-primário, estudou na Escola Municipal Doutor Cícero Pena, na Av. Atlântica, Copacabana, Rio de Janeiro. (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1965** Primário na Escola Municipal Roma, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, Copacabana. (Depoimento Uerj, em 2005)

- 1969** Ginásio e o primeiro ano científico no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, na R. República do Peru, 104, Copacabana. (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1973** No segundo ano científico, participou de intercâmbio estudantil e morou em Michigan, EUA, com uma família presbiteriana. (Sisjern)
- “Ela tinha essa alma, esse espírito judaico de que é preciso estar no mundo e qualquer lugar pode ser a sua casa. E é preciso aprender línguas, é preciso viajar... Sofri muito esta influência dela. Interessei-me por línguas, fui estudar fora.” (sobre sua mãe) (Depoimento Uerj, em 2005)
- “E eu ia à missa aos domingos. Integrei-me à rotina da família e, portanto, se eles iam à missa, eu ia à missa.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1975** Kursou pré-vestibular no Curso Miguel Couto/ Bahiense, R. Bolívar, Copacabana. (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1976** Ingressou nos cursos de Direito – da Uerj – e de Economia e Administração – da PUC/RJ –, os quais cursou de forma paralela por dois anos, quando abandonou o segundo em função das dificuldades com cálculos – naquela fase do curso, mais profundos e em quantidade maior. (Sisjern)
- Um de seus professores de direito constitucional foi Fernando Whitaker da Cunha. “Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e era de uma escola do direito constitucional, de uma escola tradicional que não ensinava um direito constitucional normativo, mas uma disciplina muito ligada às instituições políticas.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- Sobre direito constitucional à época de sua graduação: “O direito constitucional não era percebido como um

instrumento de atuação dos profissionais do direito, dos juizes, dos advogados... como eram o direito civil ou o direito comercial”. (Depoimento Uerj, em 2005)

- 1977** Sobre a linguagem jurídica: “... coisas como *mútuo feneraticio, eleição de cabecel, anticrese, compáscuo...* Um domínio do conhecimento que já tem um vocabulário como esse não precisa de ninguém para piorá-lo. Portanto, é preciso investir na simplificação da linguagem jurídica. E eu digo para os meus alunos desde o começo que a gente deve falar simples, com sujeito, verbo e predicado, e, sempre que possível, nesta ordem.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1978** Participou do centro acadêmico que na época era proibido pela ditadura. (Depoimento Uerj, em 2005)
- “Eu era bom aluno. E um militante aplicado. Eu comecei a despertar politicamente uns dois anos antes de entrar para a faculdade, mais ou menos em '74. Tinha 15, 16 anos. A política começou a me chamar atenção. O fato de que ainda existia no Brasil uma ditadura... Começou a acender uma luz amarela, eu diria, na minha alma...”
- “A gente se reunia em salas de aula, depois da aula, ou no *hall* ou eventualmente num bar que tinha aqui perto chamado Petisco da Vila.” (Depoimento Uerj, em 2005)
- 1979** Fundaram um jornal durante a graduação: “Andaime”. Sobre o jornal: “Durou uns dois anos, e nós tínhamos um chargista, um cartunista, que eu não sei como é que veio parar ali, chamava-se Mané Moreira. Ele publicava umas notas do *Pasquim*. (...) Tinha ligações com o *Pasquim*, e nós então começamos a conceber o jornal. De certa forma, eu funcionava como editor-chefe e o Mané Moreira como o editor gráfico. Era independente do CALC. (...) A gente vendia 1.000 exemplares do Andaime.” (Depoimento Uerj, em 2005)

Lutou pela aprovação da Lei de Anistia, inserido no movimento estudantil. (Depoimento Uerj, em 2005)

1980 Formou-se em Direito pela Uerj. (Currículo Lattes, em 2013)

1981 Foi convidado por seu professor de constitucional para dar algumas aulas na graduação, mas foi impedido de continuar, pois havia participado do centro acadêmico.

“E eu, de fato, comecei a dar algumas aulas de direito constitucional a convite deste professor. Mas isso era em final de 81, ainda era o Regime Militar, e aí veio o veto, dizendo: ‘ele foi do movimento estudantil e não é a pessoa que nós queremos ter aqui’”. (Depoimento Uerj, em 2005)

Contou com a ajuda do professor de direito internacional privado, Jacob Dolinger, para driblar a proibição e começou a dar aulas de direito internacional privado.

“Ele procurou todo mundo que não corria nenhum risco de ser acusado de ser de esquerda e costurou politicamente a possibilidade de eu dar aula.”

1985 Procurador do Estado do Rio de Janeiro; 1º colocado no concurso público de provas e títulos. (Currículo STF)

1986 Assessor jurídico da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na gestão de Eduardo Seabra Fagundes, durante o primeiro governo Leonel Brizola. (Currículo STF)

1987 Deixa a assessoria jurídica da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (Currículo STF)

1988 Em Yale, seu vizinho de porta era da Arábia Saudita, um muçulmano praticante.

“Tinha um nome estranhíssimo, nós os chamávamos de Sheik, ele se vestia a caráter e a mulher dele também...” (Depoimento Uerj, em 2005)

Especialização em *Orientation in the US Legal System*. Georgetown University Law Center.
(Currículo Lattes, em 2013)

Ingresso no mestrado. Yale University, Yale, Estados Unidos. Título: *Brazil's New Constitution and Some Issues of International Law Arising under It*. Ano de obtenção: 1989. (Currículo Lattes, em 2013)

1989 Término do mestrado. Yale University, Yale, Estados Unidos. (Currículo Lattes, em 2013)

Foreign Associate do escritório estadunidense ARNOLD&PORTER. (Currículo STF)

1990 Livre-docência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj, Brasil; 1º colocado em concurso de provas e títulos. (Currículo STF)

Título: O direito constitucional e a efetividade de suas normas. (até a presente data) (Currículo Lattes, em 2013)

Sobre sua tese de livre-docência: "... que era o desenvolvimento de um artigo anterior, que eu tinha escrito, chamado 'Por que não uma constituição para valer?'" (Depoimento Uerj, em 2005)

Leciona direito constitucional na graduação – Uerj. (até a presente data). (Currículo Lattes, em 2013)

1995 Leciona interpretação constitucional na pós-graduação – Uerj. (até a presente data). (Currículo Lattes, em 2013)

1999 Especialização em *Program of Instruction for Lawyers*. Harvard University, Harvard, Estados Unidos. (Currículo Lattes, em 2013)

2000 Especialização em Curso de Direito Internacional, Académie de droit international de La Haye. (Currículo Lattes, em 2013)

Lecionou direito constitucional econômico na FGV. (Currículo Lattes, em 2013)

Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça (2000-2005) – gestões José Gregori e Nilmário Miranda. (Currículo STF)

- 2002** Lecionou direito constitucional econômico na FGV. (Currículo Lattes, em 2013) (fim)
- 2003** Torna-se membro da Comissão de Reforma do Judiciário e de Altos Estudos em Administração da Justiça, do Ministério da Justiça – gestão Marcio Tomaz Bastos – período 2003-07. (Currículo STF)
- 2005** Sobre a linguagem jurídica: “... coisas como *mútuo feneratício, eleição de cabecel, anticrese, compáscuo*... Um domínio do conhecimento que já tem um vocabulário como esse não precisa de ninguém para piorá-lo. Portanto, é preciso investir na simplificação da linguagem jurídica. E eu digo para os meus alunos desde o começo que a gente deve falar simples, com sujeito, verbo e predicado, e, sempre que possível, nesta ordem.” (Depoimento Uerj, em 2005)

Deixa de ser membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça.

- 2007** Ingresso no doutorado em Direito (Conceito Capes 6).
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj, Brasil.
Título: “Transformações do direito constitucional contemporâneo: revisão dos conceitos fundamentais e elementos do novo modelo”. Ano de obtenção: 2008.
Orientador: Ricardo Lobo Torres. (Currículo Lattes, em 2013)

Deixa de ser Membro da Comissão de Reforma do Judiciário e de Altos Estudos em Administração da Justiça, do Ministério da Justiça.

- 2008** Término do doutorado em Direito (Conceito Capes 6).
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj, Brasil. (fm) (Currículo Lattes, em 2013)
- 2009** Professor-visitante – pesquisador colaborador da UNB (até a presente data). (Currículo Lattes, em 2013)
Conferencista visitante da Universidade de Wroclaw, Polônia.
- 2010** Conferencista visitante da Universidade de Poitiers, França.
- 2011** Pós-doutorado, Harvard University, Harvard, Estados Unidos. *Visiting Scholar* (Currículo Lattes e STF-2013)
Torna-se novamente membro da Comissão de Reforma do Judiciário e de Altos Estudos em Administração da Justiça, do Ministério da Justiça – gestão de José Eduardo Cardozo – período de 2011-2013, devido ao ingresso no cargo de ministro do STF. (Currículo STF)
- 2013** *Fellow* no Instituto de Estudos Avançados de Berlim (Wissenschaftskolleg zu Berlin/Institute for Advanced Study Berlin) (Início programado para setembro de 2013). Cancelado em razão da nomeação para o STF. (Currículo STF)
Deixa de ser membro da Comissão de Reforma do Judiciário e de Altos Estudos em Administração da Justiça, do Ministério da Justiça – gestão de José Eduardo Cardozo – período de 2011-2013, devido ao ingresso no cargo de ministro do STF. (Currículo STF)

Votos no Supremo

Caso deputado Donadon (sites: Terra-Política/
Conjur)

“O líder do PSDB na Câmara, deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), entrou com pedido de liminar em mandado de segurança com o argumento de que a decisão sobre a perda do mandato parlamentar não está sujeita à deliberação do Plenário, mas se dá com a mera declaração da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O ministro Luís Roberto Barroso concedeu a liminar suspendendo a sessão do Plenário da Câmara que rejeitou, na semana passada, a cassação do deputado Natan Donadon.” (Conjur)

“Ficará afastado por força da lei. Por muito mais do que 120 dias. E é a Constituição que diz que, nestas hipóteses, a perda de mandato tem de ser declarada pela Mesa da Casa Legislativa.” (Conjur)

“(…) Barroso foi um dos ministros que defendeu que a competência final da análise da perda de mandatos cabia ao Legislativo, mudando uma posição do Supremo tomada durante o julgamento do Mensalão, que havia definido a cassação imediata.” (Terra)

“Esclareço que a presente decisão não produz a perda automática do mandato, cuja declaração (...) é de atribuição da Mesa da Câmara.” (Medida cautelar em mandado de segurança 32.326 Distrito Federal – trecho da decisão da liminar)

Informações sem data específica

- 1º colocado em concurso de provas e títulos para professor titular de direito constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Currículo STF)
- professor conferencista de diversos cursos de pós-graduação do país. (Currículo STF)
- conferencista convidado em grande número de congressos nacionais e internacionais. (Currículo STF)
- foi sócio sênior do escritório Luís Roberto Barroso & Associados, com sedes no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. (Currículo STF). O escritório mudou de nome, passando a Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça e Associados. O site do escritório encontra-se em manutenção: <http://www.bfbm.com.br/>
- advogado responsável pela defesa no Supremo Tribunal Federal, em caráter *pro bono*, de causas como: legitimidade das pesquisas com células-tronco embrionárias, equiparação das uniões homoafetivas às uniões estáveis convencionais, legitimidade da proibição do nepotismo, legitimidade da interrupção da gestação de fetos anencefálicos. (Currículo STF)
- membro de comissões do Ministério da Justiça e do Senado Federal para elaboração de anteprojetos de leis (Exs.: Lei 9868/99 – Ações diretas perante o STF e Lei 12016/2009 – Lei do Mandado de Segurança). (Currículo STF)
- membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil – diretor-geral da *Revista de Direito do Estado* (Currículo STF).

- membro do conselho editorial das seguintes publicações: *Revista Trimestral de Direito Público*, *Interesse Público*, *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro*, *Anuário de Derecho Constitucional Latinoamericano* e *Revista de Direito Público Económico* (Currículo STF).

- membro constante de bancas de doutorado, mestrado e de concursos públicos para professor titular, livre-docência, magistratura, Ministério Público e outras carreiras jurídicas.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro (CPDOC/FGV):

Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

Notícias:

Constituição embasa decisão de Barroso sobre Donadon. Brasília. Em 9 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.Conjur.com.br/2013-set-09/barroso-combinou-dois-artigos-constituicao-decidir-donadon>>. Acesso em: 9 set. 2013.

Sisjern. Entrevista Especial: Luís Roberto Barroso – Jornal do Sisjern nº 65 dezembro/2011. Em 26 de maio 2013. Disponível em: <http://www.Sisjern.org.br/novo/noticias_mostrar.asp?sCodigo=1192>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Sites na internet:

LUÍS ROBERTO BARROSO. **Blog.** Informações pessoais. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/?page_id=2>. Acesso em: 27 jun. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Faculdade de Direito da Uerj.** Sessenta Anos de História e Memória. Em 2005. Disponível em: <<http://www.direitoUerj.org.br/2005/fdir70/depLB.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Currículo Lattes. LUÍS ROBERTO BARROSO. Atualizado em: 17

jun. 2013. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4781468E3>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

STF. Currículo Lattes. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao/anexo/cv_ministro_luis_roberto_barroso_mai2013.pdf

BOROES. Disponível em: <http://www.boeroes.nl/genealogie/overeem/overeem-frm3.htm>.

Terra. Política. Brasília. Em 29 de ago. 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/partidos-de-oposicao-irao-ao-stf-contra-manutencao-de-mandato-de-donadon,076e7ee7f0cc0410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 9 set. 2013.

4

Primeira entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso

PROJETO > **História Oral do Supremo (1988-2013)**

ENTREVISTADO > **Luís Roberto Barroso**

LOCAL > **Brasília**

ENTREVISTADORES > **Fernando Fontainha, Marco Vanucchi e Carlos Victor Santos**

TRANSCRIÇÃO > **Liris Ramos de Souza**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **2 de junho de 2014**

CONFERÊNCIA DE FIDELIDADE > **Carlos Victor Nascimento dos Santos**

DATA DA CONFERÊNCIA > **12 de outubro de 2014**

DATA DA ENTREVISTA > **30 de abril de 2014**

Apresentação, religião e origens familiares

[FERNANDO FONTAINHA > FF] — *Trinta de abril de 2014, esse é mais um ato de pesquisa do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição”. Nós estamos em Brasília, no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso. Presentes eu mesmo, Fernando Fontainha, professor da FGV DIREITO Rio; Marco Vanucci, professor do CPDOC; Carlos Victor, assistente de pesquisa da FGV DIREITO Rio; Yasmin Kurzi, bolsista de Iniciação Científica do CPDOC; Dra. Renata Saraiva, chefe de gabinete do ministro; e, é claro, o ministro Luís Roberto Barroso, o nosso entrevistado. Ministro, em nome da Fundação Getulio Vargas, queria agradecer imensamente ao senhor ter aceitado nosso convite para nos conceder esta entrevista, que eu gostaria de começar pedindo ao senhor que nos diga seu nome completo, local, data de nascimento, nome e a ocupação dos seus pais.*

[LUÍS ROBERTO BARROSO > LB] — Meu nome é Luís Roberto Barroso, eu nasci em Vassouras, uma adorável cidade próxima do Rio; meus pais eram Roberto Bernardes Barroso e Judith Luna Soriano Barroso. Meu pai, na maior parte da minha vida, era membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a minha mãe era advogada da Rede Ferroviária Federal.

[FF] — *Ministro, o senhor poderia nos descrever como era a casa que o senhor cresceu, como foi a sua infância em Vassouras?*

[LB] — Eu morei em Vassouras até os cinco anos de idade, com os melhores registros possíveis de uma infância numa cidade extremamente acolhedora, de gente amiga. Eu morava numa casa, na área central de Vassouras, que tinha o nome de um ex-ministro do Supremo, Edgar Costa era o nome da minha rua, e durante boa parte da minha infância e adolescência eu voltei regularmente a Vassouras. Nós conservamos a casa até hoje, portanto todos os ritos da infância e juventude da minha vida

eu passei em Vassouras, desde jogar bola até baile de carnaval. Vassouras tem uma singularidade estatística, que talvez possa interessar a vocês. Embora seja uma cidade relativamente pequena, já deu quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Além de mim próprio, deu Sebastião Lacerda, que era o avô do Carlos Lacerda; Edgar Costa, que era o nome da rua; e Ari Franco. De modo que eu sou o quarto ministro que vem de Vassouras, o que estatisticamente é um fenômeno singular.

[FF] — *Quatro vassourenses no STF. Ministro, o senhor poderia nos contar um pouco mais sobre seus pais, sua família, a trajetória deles?*

[LB] — Poderia. Minha mãe era judia, os meus avós maternos vieram de Salonica, na Grécia, onde havia uma importante comunidade judaica, de judeus que haviam ido para lá quando expulsos da Espanha na outra geração e, pouco depois da Primeira Guerra, eles migram para a América do Sul, se estabelecem primeiro no Uruguai, onde minha mãe foi criada, e depois vêm para o Brasil, onde a minha mãe vai estudar Direito na então Faculdade Nacional de Direito, hoje UFRJ. Era uma coisa relativamente incomum, uma mulher, naquele início da década de 50, estudar numa faculdade. O meu pai é que era originário de Vassouras, tanto meu pai como minha mãe foram a primeira geração nas suas famílias que cursaram o curso superior. Então meu pai, que havia saído de Vassouras e estudado em Juiz de Fora, — Vassouras não tinha o que hoje seria o segundo grau —, também passou para a Faculdade Nacional de Direito, então meu pai e minha mãe se conhecem na Faculdade Nacional de Direito, namoram e se casam. Era relativamente incomum um católico do interior, e relativamente tradicional, casar-se com uma mulher judia. A gente brinca lá em casa que nossa família é tão diferente que era a família católica do meu pai que reagia com certa reserva ele casar com uma mulher judia, que geralmente acontece o contrário. E, portanto, esta singularidade re-

ligiosa marcou muito a minha vida, primeiro pelo respeito que um tinha pela formação do outro e segundo porque eu convivía com a minha família judaica, ia à sinagoga nos eventos importantes, e convivía com a minha família católica, ia à igreja nos momentos importantes. E eu considero que isso foi um dado importante para me dar, desde o início da minha vida, uma visão muito plural da vida e de como é possível e desejável que uma pessoa respeite a outra sem precisar mudá-la.

[FF] — *Qual a sua religião, ministro? Como o senhor definiria a sua religião?*

[LB] — Eu devia ter me preparado para essa pergunta. Eu acredito substancialmente no bem e, portanto, tal como ele possa ser vocalizado na lei mosaica, nos evangelhos, no budismo, na espiritualidade oriental, no espiritismo; portanto, eu sou uma pessoa altamente espiritualizada, embora não propriamente religiosa no sentido de ter ritos religiosos, isso eu não tenho, mas eu frequento com prazer uma igreja, uma sinagoga. Sou amigo do João de Deus, que é um médium, aqui próximo de Brasília. Morei nos Estados Unidos quando era jovem, quando era adolescente, com uma família evangélica protestante presbiteriana, são meus amigos até hoje, passados 50 anos. Cinquenta, não, 40 anos... De modo que me considero uma pessoa bem espiritualizada, que se sente confortável em qualquer ambiente. Sou uma pessoa substancialmente convencida da igualdade das pessoas, portanto não é a religião que deve diferenciá-las. Na minha experiência de vida, as pessoas submetidas às mesmas condições de temperatura e pressão tendem a reagir da mesma forma. E, para superar todos os preconceitos, eu tive, quando estudei minha pós-graduação em Yale, nos Estados Unidos, aí já adulto, próximo dos 30, o meu vizinho de porta era da Arábia Saudita, portanto ele era muçulmano, e, apesar de todas as diferenças culturais, também ele era meu amigo e eu queria bem a ele. De modo que eu me sinto... Acho

que ecumênico não seria a palavra, porque o ecumenismo mistura um pouco de cada coisa, eu diria que me sinto bem em qualquer ambiente que irradie uma energia do bem.

[FF] — *O senhor falou da trajetória da sua mãe, do seu pai, e ele é originário de Vassouras e formado em Direito. Na sua infância, em Vassouras, seu pai e sua mãe advogavam em Vassouras?*

[LB] — Meu pai era advogado em Vassouras, no início da carreira dele, eu nasci em 58, ele deve ter se formado provavelmente em 57... Não, se formou antes, minha mãe em 55, e ele já era formado, portanto ele se formou em meados da década de 50, e, aí em 1963, ele foi aprovado em um concurso para promotor de Justiça. Portanto, foi nesse momento que a gente muda de Vassouras para o Rio de Janeiro. Eu me lembro bem que foi em 63, me lembro que, logo que nos mudamos para o Rio, foi a primeira final de campeonato carioca que eu fui assistir, eu tinha cinco, seis anos, já era Flamengo, e era um Fla-Flu, era Flamengo e Fluminense. E, nós, recém-chegados do interior, pouco acostumados com o Rio, fomos todos ao jogo, chegamos lá uns 15 minutos antes, compramos ingresso, subimos aquela rampa e, aí, não passamos da rampa, tinha uma barreira humana, o Maracanã abarrotado de gente, de modo que, embora o Flamengo tenha ganhado, foi o primeiro título do Flamengo que eu testemunhei, nós não conseguimos ver o jogo. Mas me lembro bem que foi em 1963. Meu pai era um homem típico do interior, embora tenha mudado para o Rio, ele nunca perdeu essas características de ser uma pessoa simples e de ser uma pessoa que gosta da cultura do interior. Tanto que ele até hoje vai, ele tem 85, 86 anos, ele vai regularmente a Vassouras, ele tem uma pequena fazendola ali em Miguel Pereira, ele é um homem do interior, é uma pessoa simples, ele gosta de gente simples. A minha mãe era um pouco diferente. Era uma pessoa socialmente muito presente, a minha mãe já é falecida, e ela tinha essa coisa muito judaica que é: o mundo é o meu lugar, quer dizer, onde eu for

bem acolhido, eu estou bem. Portanto, adorava o Brasil e foi minha mãe que me estimulou a estudar inglês; não era tão comum assim no início da década de 60 as pessoas estudarem línguas estrangeiras, e menos ainda inglês. As pessoas cultas na época, quando iam estudar línguas, estudavam o francês. O Brasil ainda era um país mais europeizado e mais sob influência francesa. Interessantemente minha mãe insistiu, nós tínhamos um curso de inglês em frente à minha casa quando nós mudamos para o Rio, e, portanto, uma das primeiras coisas que ela fez foi me matricular num curso de inglês. E eu sou perenemente grato a ela por isso, porque o mundo progressivamente se americanizou e o inglês hoje é a língua franca no mundo e me fez muito bem ter me tornado fluente em inglês.

[FF] — *O senhor tem irmãos, ministro?*

[LB] — Tenho uma irmã.

[FF] — *Ela também é da área de Direito?*

[FF] — *Não, ela é formada em Engenharia e se aposentou recentemente. Ela era uma funcionária graduada do Banco Central. Casada com um sujeito bacana, também recentemente aposentado, estão vivendo a vida que pediram a Deus, chegaram ontem do Vietnã, o sujeito que vai ao Vietnã está fazendo pós-graduação em turismo, não é? [risos] Que é engenheiro também da Rede Ferroviária Federal, enfim, uma vida normal, bacana, de classe média.*

Mudança de Vassouras para o Rio de Janeiro

[FF] — *Ministro, o senhor sai de Vassouras e vai para o Rio de Janeiro. Alguma memória particular do impacto?*

[LB] — Trauma. Trauma. Eu tinha horror do Rio. Logo que nós mudamos, ele ainda ia a Vassouras toda semana porque ele tinha a advocacia dele lá e a gente tinha casa lá, e, como eu lhe

falei, anos da minha vida eu continuei indo para Vassouras, demorei *muito* a me adaptar no Rio e a ser verdadeiramente feliz no Rio. Esperava chegar o fim de semana, depois que meu pai parou de ir, eu ia sozinho, ia de ônibus da viação Pedro Antônio, ia até a rodoviária, e, aí, nós tínhamos vizinhos, tínhamos muitos amigos em Vassouras, graças a Deus, então eu ia para a casa do meu vizinho, Tetê e seu Carmo, os filhos tinham a minha idade, então eu passava os meus fins de semana em Vassouras. Só abandonei Vassouras quando passei no vestibular, que, aí, a minha vida mudou um pouco. Porém, em algum momento, eu passei a gostar mais do Rio. Comecei a jogar bola na praia, então comecei a ter amigos, eu só não fui um craque de futebol porque eu não tinha nenhum talento, porque eu joguei bola no paralelepípedo em Vassouras, joguei bola num campinho de terra que tinha em Vassouras, joguei bola na quadra de cimento no Senai, depois joguei bola na praia e joguei bola no Flamengo. Aos sábados, o Flamengo tinha lá uma escolinha, eu ia lá jogar bola. E, apesar de todo esse esforço, nunca fui bom de bola. Não era o pior do time, mas eu não era um virtuose. Mas com 12, 13 anos, eu comecei a jogar vôlei no CIB, Clube Israelita Brasileiro, ficava ali em Copacabana, e eu fui um bom jogador de vôlei, no vôlei eu era bom. Eu sou da geração do Bernardinho, tem um ano menos que eu, e do Bernard, que tem um ano a mais que eu, eles jogavam no Fluminense, eu jogava pelo CIB, e, aí, foi uma época muito feliz, tinha muitos amigos, jogava razoavelmente bem, fui da seleção carioca, o CIB foi bicampeão carioca de vôlei juvenil, eu devia ter uns 16, 17 anos, aí eu fui me enturmando no Rio, mas demorei um pouco. Os ritos de passagem da minha juventude, como eu falei, namorar, carnaval, era tudo em Vassouras, até eu passar no vestibular.

Vida escolar: do primário ao vestibular e intercâmbio

[FF] — *Ministro, eu gostaria saber um pouco mais amiúde como foi sua escolarização antes da faculdade, o colégio, primário. O curso de inglês o senhor se lembra de quando a quando?*

[LB] — Lembro bem. Eu sou um produto da escola pública e de boa escola pública. Ali, havia uma singularidade. Quando nós mudamos para o Rio, que os meus pais tiveram uma ligeira ascensão social inclusive, minha mãe continuou sendo advogada da Rede Ferroviária Federal, meu pai passou a promotor, éramos uma família de classe média, morávamos em Copacabana, tínhamos uma vida simples, mas confortável. E, portanto, meus pais poderiam pagar, naquela altura, uma escola particular. Só que as principais escolas particulares do Rio eram escolas religiosas: Santo Inácio, São Bento, e eu nem sei se podia uma pessoa não católica, como era meu caso, filho de mãe judia, estudar nessas escolas. Acho que isso não era possível naquele tempo. Mas acho que mesmo que fosse, minha mãe não ia ficar animada com a perspectiva. De modo que me restava ir para uma boa escola pública. Então, logo que eu cheguei, eu estudei na Escola Roma, que é uma escola que fica ali no Lido, onde eu tive uma professora maravilhosa, nunca me esqueci dela, dona Zoraide, deve ser falecida, mas se a família for viva deveria saber que eu passei a vida inteira admirando ela, e, aí, tinha uma fase, naquela época, muito importante, que era o admissão. As boas escolas públicas você tinha que prestar um exame de admissão e só os melhores alunos é que passavam para essas escolas. Havia duas grandes escolas públicas no Rio, destacadas. Uma era o Pedro Álvares Cabral, que ficava ali em Copacabana, na República do Peru, e a outra era o Colégio Pedro II, era um colégio federal que ficava no Centro, São Cristóvão, eu já nem me lembro. Então, eu fiz um cursinho preparatório pra fazer o admissão, que era para tentar passar para um desses dois colégios. E, aí, eu fiz o admis-

são, eu passei no Pedro II, passei em primeiro lugar no Pedro Álvares Cabral, passei empatado com um sujeito que ficou meu amigo pela vida afora, e, aí, fui estudar nesse colégio que era até perto da minha casa. Fiz um ginásio maravilhoso, um colégio muitíssimo bom. Depois, no primeiro ano científico, eu fui fazer um intercâmbio nos Estados Unidos, passei uma temporada lá com essa família, fiz um pedaço do *high school* lá e depois voltei para o Brasil, e, aí, já fui para o cursinho preparatório. Aí, a escola pública... Isso eu assisti um pouco porque eu ainda fiz um semestre no Pedro Álvares Cabral, mas eu pude perceber o início da deterioração do ensino público. Nós estamos em meados da década de 70, estamos mais ou menos em 73, 74. Aí, eu saí e fiz um provão; tinha um cursinho famoso que se chamava Miguel Couto Bahiense, que era o curso preparatório para o vestibular, eu estudei brevemente num colégio chamado Hélio Alonso e depois fiz um provão e fui estudar no Miguel Couto Bahiense e, aí, fiz o vestibular e passei para a Uerj, que era, naquela ocasião, e acho que ainda é até hoje, a primeira opção no vestibular de Direito, e acho que continua sendo, apesar da competição ter aumentado, inclusive a da FGV [risos]. Então foi essa a minha vida assim, uma vida de escola pública. Me lembro que achei o ginásio uma fase muito enfadonha da vida, me lembro quando acabou...

[FF] — *Por quê?*

[LB] — Não sei. Acho que os meninos, sobretudo, tem uma fase que... O colégio era sério, então aquela obrigatoriedade de estudar, aquela matemática me enfadava um pouco. Mas eu era um bom aluno, era um aluno aplicado, não era um sujeito ligado em ser o melhor, mas eu era bom. Era ligado em esporte, adorava música, desde jovem passei a gostar de música popular brasileira, então eu tinha um grupo de amigos que fazia música. Eu também não fui músico por falta de talento. Porque eu, durante muito tempo, eu imaginei que isso fosse ser a minha vida, eu ia ser um compositor. E eu gostava muito de poesia, eu escre-

via, fazia letras, a gente participava de festivais e eu achava que talvez aquele pudesse ser um caminho. Mas eu não era, ainda que eu pudesse ter algum talento verbal, que seria discutível, eu não tinha um talento musical. Embora até goste de cantar, eu não tenho um ouvido profissional, eu ia ser a vida inteira um amador, e, aí, eu abandonei a música, embora até hoje eu seja uma pessoa ligada em música, eu presto atenção, gosto muito de música brasileira, eu gosto de tudo, mas gosto de música brasileira e particularmente de MPB, é o que eu gosto de ouvir. A música é uma parte da minha vida; eu trabalho, por exemplo, tudo que eu faço de importante, eu tenho cinco listas de música clássica no meu iPhone, e tenho um *bose*, aquele que se chama *noise cancelling*, que você sai do mundo. Então, quando estou trabalhando, eu boto a música clássica, boto o *bose*. Para me tirar desse transe, é preciso me sacudir.

[FF] — *Só curiosidade, ministro. Como o senhor citou música clássica, quais são seus compositores favoritos, o que o senhor mais gosta de ouvir?*

[LB] — Não diria que eu seja um tipo muito original. Eu gosto do óbvio, Mozart, Bach, Beethoven, Pachelbel, Chopin – piano –, eu gosto, eu cometo o seguinte pecado, como eu ouço no... Mas eu gosto de música, eu acho a Ave Maria do Schubert uma obra divina. Tem dias que eu boto repetindo, quando estou fazendo uma coisa importante, eu fico uma, duas horas ouvindo a mesma música. Eu tenho uma versão em alemão até, porque aí eu não entendo nada, não me distraio. A original é em latim, *gratia plena* você ainda entende, mas o alemão eu não entendo nada. Mas como eu ouço no iPhone, às vezes eu gosto sem nem saber exatamente quem está tocando, mas esses que eu falei eu certamente destacaria.

[MARCO VANUCCHI > MV] — *E leituras no secundário, ministro, alguma coisa que tenha marcado? Imagino que o senhor tivesse um certo pendor para as humanidades no secundário ou não?*

[LB] — Eu tinha. E, aí, meu pai foi uma pessoa importante. Ele me trazia, minha casa tinha livros, então meu pai me trazia muitos livros, eu sempre gostei. Aí, aconteceu uma coisa engraçada. O meu pai nunca me deu Monteiro Lobato, eu fui um adolescente que não leu Monteiro Lobato, até li depois, para te falar a verdade, mas meu pai me trazia Érico Veríssimo, me lembro de ter lido, me lembro de ter lido um autor, ele era controvertido, mas eu gostava dele, chamava José Mauro Vasconcelos, escreveu *Meu pé de laranja lima*, depois teve um filme que era passado em Vassouras. Meu pai gostava de poesia também, então me mostrava livros de Manuel Bandeira, então eu li livros um pouco, eu diria, atípicos. Eu fui ler Machado de Assis, por exemplo, já bem mais velho, já adulto, e apreciei, devo dizer, aí li *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas*, *Memorial de Aires*, mas já era adulto quando eu li esses livros. Então meu pai me dava esses livros assim, eu não sei te explicar por quê, mas eu acho que foi uma coisa que me ajudou a pensar um pouco fora da caixa desde cedo, eu não estava lendo as mesmas coisas. Embora eu ache Monteiro Lobato uma literatura maravilhosa. Depois até vi, já adolescente, na TV Globo, tinha uma encenação do *Sítio do pica-pau amarelo*, que era muito bem feita para os padrões da época. Depois eu li *Dom Quixote*, me lembro de ter lido numa versão do Monteiro Lobato. Preciso confessar, saltitante, mas li uma boa parte no original do Cervantes, na minha casa de Itaipava, e tal, achei que era uma leitura importante. Que eu me lembre assim, me lembro bem do Érico Veríssimo, me lembro bem do José Mauro Vasconcelos. Eu teria que fazer um exercício para me lembrar. Eu estou falando de literatura adolescente, porque depois, na virada para a vida adulta, aí eu li coisas que me chamaram muito a atenção. Li Antônio Callado, *Quarup*, um livro que chamou muita a atenção na época, um dos meus primeiros contatos com o pensamento de esquerda, digamos assim. Continuei a ler Érico Veríssimo, lembro de ter lido *O senhor embaixador*, um livro também interessante,

lembro de ter lido Josué Montello, que escreveu *Cais da sagração*, aí comecei a ler... Talvez nessa época tenha lido Machado de Assis, mas eu já era adulto, tinha mais de 18 anos quando passei a ler esse povo. Depois na faculdade, mas na faculdade a gente não chegou ainda.

[FF] — *Pouco antes de chegar nela, ministro, o senhor era muito jovem, mas o senhor já disse de ter se lembrado do início da deterioração do ensino público, mas eu queria saber se o senhor tem alguma memória particular desse período político que começa no Brasil, em 64.*

[LB] — Tenho. Tenho dia e hora para eu me lembrar de quando eu comecei a pensar o Brasil. Quando o Brasil me chamou a atenção criticamente. Quer dizer, em 64, eu já estava no Rio e me lembro de ter visto a classe média de Copacabana jogando papel picado pela janela, me lembro do meu pai comentando, embora eu não entendesse disso, meu pai tinha sido vereador em Vassouras, tinha sido presidente da Câmara Municipal de Vassouras, esqueci de comentar isso, pela UDN, mas ele sempre dizia, em favor dele, que era a UDN coligada com o PTB, lá em Vassouras era assim. Eu me lembro, quando jovem, meu pai comentando com a minha mãe, logo depois do golpe, e, aí, o meu pai, que era presidente da Câmara dos Vereadores, foi candidato a deputado estadual e ele não se elegeu, embora tenha tido uma votação muito razoável, mas aquela região tinha muita dificuldade de eleger. Isso antes do golpe, provavelmente estamos falando da eleição de 62. Ele não se elegeu, me lembro que veio o golpe e me lembro do meu pai comentando: “Ainda bem que eu não fui eleito e nós demos outro rumo para nossa vida. Senão, provavelmente eu teria sido cassado e a gente ia ter de começar tudo de novo.” Me lembro de ter ouvido isso muito pequeno, embora não tivesse nenhuma ideia do que significava exatamente. Mas me lembro de eu em casa, em Copacabana, e um monte de papel picado, soldados passando

ali na Nossa Senhora de Copacabana, mas eu tinha cinco, seis anos, para mim parecia mais uma parada do que um golpe. Mas eu descobri o Brasil em 1975, quando o Vladimir Herzog foi morto sob tortura no Comando do II Exército em São Paulo. Eu devia ter aí 16 para 17 anos; aí, já passava os olhos no jornal, lia revista semanal. Ainda era uma época um pouco ufanista, assim: “estamos crescendo, o milagre brasileiro, Brasil potência”, portanto esta era a mensagem que todos nós tínhamos introjetado. E, aí, vem a morte do Vladimir Herzog e vou lendo jornal e verifico que o Herzog era judeu. Depois, sai no jornal... Os judeus enterram em alas separadas as pessoas que se suicidam e que não se suicidam. A notícia era de que ele tinha se suicidado, mas ele não foi enterrado na ala própria dos judeus no cemitério israelita lá em São Paulo. Isso me chamou atenção como um registro. Depois, sai no jornal no dia seguinte... Porque a imprensa estava toda sob censura. Você tinha migalhas de informação. Depois, vem a notícia de que Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, tinha celebrado um culto ecumênico imenso, na Praça da Sé, em memória do Vladimir Herzog, ao qual tinha ocorrido alguns milhares de pessoas. “Tem alguma coisa esquisita acontecendo aqui. Esse homem era um jornalista, TV Cultura, teria se suicidado, e o cardeal arcebispo, quer dizer, o chefe da Igreja católica em São Paulo fez uma grande missa...” Eu passei a prestar atenção, “alguma coisa está acontecendo aqui”. Fui juntando os pingos de informação para perceber que ele tinha sido assassinado sob tortura, em dependências do Exército Brasileiro, e aquilo foi uma descoberta de um país feio em que nós vivíamos naquela época, um país que tinha censura, que tinha tortura, e aquilo foi um certo despertar da minha consciência cívica e política. E, a partir daí, eu passei a prestar atenção no Brasil e comecei a comprar os jornais que não eram o *Jornal do Brasil* ou *O Globo*, que eram os jornais tradicionais. Aí, comecei a ler, tinha o *Pasquim*, que era um pouco uma sátira, mas de vez em quando

emplacavam alguma informação. Tinha jornais chamados *Movimento*, *Opinião*, vinha a censura e fechava. Tinha um que já começou com o nome de *Ex*, porque, como sempre fechavam, eles já... Eu comecei a interpretar o Brasil fora do *mainstream*, fora da literatura jornalística, digamos assim, convencional. Eu até lia o convencional, mas eu lia esses jornais todos.

[MV] — *Esse tipo de preocupação ecoava no colégio, havia ali um clima estudantil?*

[LB] — Na faculdade só.

[MV] — *Só na faculdade? No colégio ainda é uma preocupação muito individual, um despertar...*

[LB] — É. E, depois, era o ano do vestibular. Eu fiz vestibular em 75. Portanto, é um ano que você está muito focado. O vestibular era, ainda é, mas naquela época para você entrar para uma universidade pública era muito difícil, eu era um cara focado, mas já estava atento, já sabia o que estava acontecendo. Mas a minha maior participação e maior politização vieram um pouco à frente. Assim que o Fernando deixar eu entrar na faculdade, eu falo sobre isso [risos].

[CARLOS VICTOR > CV] — *Ministro, o senhor se recorda do momento que o senhor despertou para fazer o intercâmbio para ir para fora do país, estudar, como foi sua decisão, ficar longe da família?*

[LB] — Eu tive um primo que foi e gostou. E, aí, eu disse: “Eu quero fazer isso também.” Meu pai e minha mãe disseram, evidentemente, “não tá doido”, mas eu sou um sujeito persistente e eu consegui convencê-los. Era uma época mais ingênua no mundo. Tanto que quando minha filha fez 15 anos e quis fazer intercâmbio, ir para uma família nos Estados Unidos, eu convenci ela a fazer um projeto diferente, coitada, botei ela num colégio interno, em outra parte do mundo, mas também foi uma experiência bacana. Portanto, não foi nada planejado, foi um acaso. Alguém fez, eu achei interessante e aí vinha o bônus,

que me ajudou a convencer meus pais, de que eu ia melhorar o meu inglês, que esse inglês só de cursos não era suficiente, então que era bom passar um tempo fora. E a minha mãe comprou a ideia. Quando a mãe da gente compra a ideia, você, em algum momento, vai vencer, porque as mulheres quando querem, querem. Eu acabei indo, foi uma experiência maravilhosa porque tive muita sorte. Porque era uma coisa totalmente aleatória. Eu conheço muita gente que foi e caiu com famílias mais ou menos e gente que caiu com famílias horrorosas. Eu mesmo tive sobrinhos que tiveram que mudar. Mas eu caí com uma família que era abençoada e, até hoje, esses dias mesmo, vi uma história boa, mandei para eles. Quando dois, três anos atrás, fiz *visiting scholar* em Harvard, eles vieram me visitar; quando eu fiz 40 anos, aí, meu Deus, já passou há tanto tempo [risos], eles vieram para a festa, então foi uma experiência muito feliz para mim, mas foi meio casual. Você já terá ouvido uma frase do John Lennon, é boa, que ele diz assim: “Vida é aquilo que acontece quando a gente está ocupado fazendo outros planos.” Portanto, eu não tinha nenhum plano importante para isso, mas fui e deu certo.

Escolha pela faculdade de Direito, ingresso na Uerj e participação no movimento estudantil da faculdade

[FF] — *E o Direito, ministro, como surge a ideia de fazer Direito?*

[LB] — Bom, eu tinha pai advogado, mãe advogada, portanto Direito era uma parte da nossa vida. Minha mãe era advogada da Rede Ferroviária, tinha uns casos, e meu pai era um homem de cabeça arrumada, ideias organizadas, então ela gostava de trocar ideias com ele sobre as questões que ela tinha que defender na Rede Ferroviária, portanto eu ouvia assim. No almoço, no carro se falava em Direito, meu pai assinava uma revista que a gente até ria, acho que era uma revista do Ministério Público de São Paulo, chamava *Justitia* em latim, vira e mexe chegava

aquela revista em casa, meu pai tinha uma estante cheia de *Justitia*, a gente achava aquilo uma coisa esquisita, umas letras pequenas. Então a minha vida era uma vida de convivência com o Direito, e eu sempre gostei de humanidades em geral e fui fazer um teste vocacional. Naquela época, se fazia com 16 anos uma coisa chamada teste vocacional e deu Direito mesmo, Jornalismo, Comunicação, Diplomacia deu, e, aí, o Direito veio naturalmente. Mas, aí, aconteceu uma curiosidade. Eu fiz vestibular, que na época chamava vestibular unificado, para Direito, na Uerj, que era a minha primeira opção, mas a gente sempre tinha um plano B, que era se você não passar no unificado. Então, no plano B, eu tinha feito Direito numa particular que era a Candido Mendes e eu fiz, e eu fiz um vestibular isolado que era Economia e Administração na PUC, então eu fiz esse vestibular para Economia e Administração na PUC. Eu passei em Direito para a Uerj e passei em Economia e Administração para a PUC. Economia era de manhã, então eu não podia fazer porque batia com a Uerj, mas Administração as aulas eram à noite. Mas o currículo era o mesmo naquela época, não sei como é hoje. E eu podia ir para de manhã se eu fizesse essa opção. Então, eu estudava Direito, na Uerj, de manhã e Economia, na PUC, à noite. Embora eu gostasse muito de Direito, eu gostava muito da PUC. E, na PUC, tinha um movimento estudantil mais articulado, gente interessante, todo mundo era de esquerda, não tinha nem centro porque em pleno regime militar. Então eu passei a frequentar a PUC à noite, estudando Economia. Aí, fiz Cálculo I, Cálculo II, Estatística I, Estatística II, Matemática Financeira, Contabilidade, mas, aos poucos, eu fui me dando conta de que eu não era feito daquele material, aquilo não era uma coisa que fluísse no meu sangue. Eu passava tardes, eu tinha uma pessoa muito próxima a mim, amiga e muito querida, com quem eu estudava, Rosana, até morreu recentemente, nós estudávamos juntos. Enfim, então eu ia para a PUC à tarde, ficava estudando cálculo, mas um dia eu descobri

que não era aquilo que eu queria fazer. Então, mais ou menos pela metade do curso, no quinto período, eu larguei a Economia e fiquei só com o Direito. Mas, aí, eu participei da criação do movimento estudantil na Uerj, eu sou da geração pós-anos de chumbo. Ainda era uma época muito difícil, de muita censura e repressão, mas não eram os anos de chumbo do período Médici. Mas, aí, em 1976, sobretudo em 77, quando o Geisel fecha o Congresso Nacional e outorga as Emendas nº 7 e nº 8, aquilo foi um certo despertar de consciência, estamos numa ditadura, o cara fecha pessoalmente o Congresso. Aí, nós começamos a articular um movimento estudantil importante na Uerj, criamos o centro acadêmico, criamos um jornal, começamos a participar do debate, das manifestações. Um processo de conscientização coletiva, que eu fazia com muita seriedade. Eu escrevia panfletos, eu passava em turmas e nós criamos um grupo, não éramos mais de uns 15 ou 20, e logo viraram cinco facções. Assim o movimento sempre foi. Mas eu acho que nós trabalhamos intensamente para criar um movimento e uma consciência cívica, democrática. Aí, havia muitas separações. Tinha desde o pessoal que ainda defendia a luta armada até as pessoas, que era o grupo ao qual eu me filiava, que achava que a gente tinha que empurrar o país para um curso democrático, fazendo a sua parte. Eu, desde essa fase da vida, eu carrego comigo esse conceito de que a gente tem que empurrar a história e que cada um fazendo bem a sua parte, ainda que não seja visível, você está ajudando a empurrar a história. Embora eu não seja um sujeito hegeliano, se tivesse que dizer um filósofo importante na minha formação, certamente diria Kant, o iluminismo kantiano, nas partes que eu consigo compreender [risos]. Mas a *Fundamentação da metafísica dos costumes* foi um dos livros que mais me influenciaram, que é a estrutura da ética kantiana; mas o Hegel tem uma passagem, essa visão histórica de que a história é um contínuo fluir na direção do bem. Eu acho isso também. E acho que a gente tem que se aliar a essa

corrente e empurrar. Sem pretensão, sem arrogância, mas é preciso empurrar a história. Então, nessa época ainda da ditadura, a gente empurrava a história, fazia o jornal, fazia palestra. Era muito difícil trazer gente para falar na faculdade, porque tudo dependia de autorização, a gente não conseguia. Mas de vez em quando a gente trazia alguém meio na marra. O centro acadêmico foi criado clandestinamente, a gente chamava Centro Acadêmico do Escape Livre para dizer: “Aqui ninguém pediu autorização, estamos empurrando a história.” Então, eu acho que a minha geração teve um papel importante, eu diria, na aceleração do processo de redemocratização que vai se tornando uma inevitabilidade. Eu ainda estava na faculdade, veio a bomba na OAB, deve ter sido em 80, eu até trabalhava com o Seabra Fagundes, que era o presidente da Ordem, eu trabalhava no escritório de advocacia dele e do pai dele, o Miguel Seabra Fagundes, trabalhei quatro anos com ambos. O Eduardo era um excelente advogado, um sujeito notável, e o pai dele, o Miguel Seabra Fagundes, foi um dos maiores juristas brasileiros, um sujeito que arrumou o direito administrativo; então eu tive muita sorte, assim, de trabalhar com um grande advogado e com um grande jurista ao mesmo tempo. Mas, aí, o Eduardo era o presidente da Ordem, colocaram a bomba, morreu a dona Lyda Monteiro, que eu conhecia, conhecia desde o tempo em que ela tinha sido secretária do Faoro. E o Faoro, quando nós estávamos no movimento estudantil, quando vinha intimações para o DPPS, eu não fui chamado, mas houve colegas que foram chamados, a gente ia lá no Faoro, que era o presidente da Ordem, um sujeito muito respeitável e respeitado, e a gente pedia se ele podia telefonar para o DPPS e tal, até fiquei amigo dele nessa fase, sou amigo do filho dele até hoje. Talvez não custasse nada para ele, mas para a gente fazia a maior diferença ele pegar o telefone “quem fala aqui é o presidente da OAB, vão aí depor fulano e beltrano, e eu gostaria depois de saber como as coisas se passaram”. Só isso já minimizava o risco de

barbaridades. Mas, aí, morreu a dona Lyda Monteiro, que era a secretária dele, que eu conhecia. Aí nós fizemos, toda cidade fez, mas nós fizemos uma grande manifestação e reunimos a faculdade inteira, foi o velório no prédio da OAB, no Rio, na Marechal Câmara, depois foi todo mundo a pé até o cemitério São João Batista, onde foi o enterro. E, ali, foi um momento de milhares de pessoas jovens na rua e, aí, a gente cantava: “Vai acabar, vai acabar a ditadura militar”, e aquilo ecoando assim pela cidade foi um dos momentos emocionantes que eu me lembro na minha vida e uma certa sensação de que aquilo não podia mais continuar. E, depois, eu já fora da faculdade, veio o atentado do Riocentro, em 82. Eu considero que o regime militar acabou ali, acabou porque, num primeiro momento... Até agora, apareceram fatos novos, nós estamos em início de 2014, *on the records*, apareceram fatos novos sobre este episódio, que até o tornam pior do que eu imaginava que ele tivesse sido. Mas, em 82, a história é conhecida, agentes do DOI-Codi planejaram colocar bombas num show de música popular brasileira que havia no Riocentro, eu nem estava lá, embora pudesse estar. Seria natural até que eu tivesse ido, não me lembro porque eu não estava lá. E, aí, vem a explosão, o acidente mata o sargento, fere gravemente o capitão; antes que pudessem acobertar, a imprensa estava lá, então fotografaram tudo, saiu no jornal no dia seguinte, inclusive uma bomba a mais que havia na mala, e, aí, não há nenhuma dúvida para nenhuma pessoa com olhos de ver e de bem que dentro do regime havia um braço terrorista que tentava enfraquecer a abertura política de que se falava na época. Já era o governo Figueiredo, que não tinha a liderança que tinha o Geisel. Aliás, uma das coisas interessantes que eu já li foi a entrevista que o Geisel deu para o CPDOC, num volume, que vocês publicaram muitos anos atrás. Aí, o Figueiredo diz que vai apurar, vai investigar; a cabeça pensante daquela transição era o Golbery do Couto e Silva, se não me engano ainda era o chefe da Casa Civil do Figueiredo,

que apoia a investigação, e, aí, esta era a minha leitura antiga, talvez tenha que reformular, quando ele começa a apurar, ele descobre que o atentado vai a responsabilidades muito altas na cadeia de comando e ele para de investigar, intimida e ameaça o tenente-coronel que fazia a investigação, cujo filho era meu amigo, lá de Vassouras, que era um sujeito decente e estava apurando como era para apurar, e, aí, começaram a intimidá-lo, ameaçá-lo e ele se afastou, e, aí, encenaram uma farsa pavorosa que foi um pobre homem que foi para a televisão, um coronel dizendo como a esquerda tinha plantado uma bomba dentro do carro do pobre oficial e do sargento, que eles iam descobrir os terroristas de esquerda que tinham feito aquilo. E a mentira era tão deslavada, a farsa era tão feia e tão desmoralizante, que eu, intimamente, disse: “Acabou o regime militar.” Quer dizer, a desonra e a desmoralização a que eles estão se sujeitando não pode mantê-los no poder. Depois, veio as Diretas Já em 84, que perderam. A campanha pelas Diretas Já era uma campanha para aprovar uma emenda constitucional que implantaria as eleições diretas no Brasil. Houve uma grande mobilização no país inteiro, manifestações em São Paulo, no Rio. Eu fui, eu já dava aula, em 84 eu já era professor da Uerj, nós ainda não falamos de Direito, mas eu ia, minha turma de faculdade queria ir, portanto eu ia com a minha turma lá, pacificamente, participar do comício das Diretas Já. Mas eu me lembro que nesta noite, ela não vai me perdoar por eu contar isso, mas a minha irmã querida me ligou e ela sempre dizia: “Ah, você é de esquerda festiva, fica se metendo nestas coisas e tal”, e eu dizia: “Você que tem essa ideologia de classe média”, brincávamos. E, na véspera do comício pelas Diretas Já, minha irmã me liga e fala: “Beto”, ela me chama de Beto, “você vai nesse evento amanhã?”, eu disse: “Vou”, ela disse: “Posso ir com você?”. Eu disse: “Acabou o regime militar, a classe média desembarcou”. [risos]. Me lembro disso como um marco importante.

E, aí, perde as Diretas Já, mas o processo histórico, o gênio já estava fora da garrafa, e, portanto, pouco à frente é eleito Tancredo Neves e, aí, começa a história de redemocratização no Brasil.

Ditadura militar, redemocratização e convicções políticas

[FF] — *Na sua vida de movimento estudantil, o senhor se identificava com uma determinada força política, com uma determinada liderança? Quem fazia a sua cabeça no melhor sentido?*

[LB] — Havia diversos grupos. O meu grupo chamava-se “Construção”, que reunia o velho “Partidão” e a esquerda liberal de uma maneira geral, que era, curiosamente, o grupo menos radical de todos. Era o que defendia a democracia. Teve, nessa época, um artigo que se tornou clássico do Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, que foi meio escandaloso, mas eu nunca fora daquela esquerda stalinista, quer dizer, eu já entrei rompido, digamos assim, com o stalinismo, mas ainda havia um pensamento de esquerda stalinista ali que não era desimportante. Eu nunca pertenci ao velho “Partidão” porque, para o bem e para o mal, sempre gostei de pensar pela minha cabeça. E o “Partidão” era um lugar enquadado que você tinha lá as palavras de ordem e tinha as teses. Embora eu frequentemente estivesse do mesmo lado, eu não tinha alinhamento automático. Era o que eu achava, portanto éramos de certa forma próximos, mas eu nunca fui do “Partidão”. Tinha uma colega de movimento estudantil que era minha amiga, naquela época não podia dizer o nome das pessoas, não vou dizer porque não sei se ela gostaria que eu dissesse, que era do “Partidão”, era um pouco o elo, e nós éramos amigos, brigávamos, no movimento estudantil brigava-se muito, muito; inclusive na oposição... Então esse era o nosso grupo, Construção. Em algum lugar, chamava-se Unidade, que era o “Parti-

dão” com a esquerda liberal, com os socialistas liberais. Aí, você tinha MEP, tinha Libelu, a Participação, que era um pessoal mais de esquerda. Eu tinha um colega de turma que era desse grupo, ele foi presidente da OAB do Rio, que é o Wadih Damous. Somos amigos hoje, mas era o meu grande adversário no movimento estudantil, e ele era de uma tendência mais de esquerda, e acho que foi um sujeito que continuou coerente a vida toda e ainda hoje é uma pessoa que cultiva valores daquela época. Eu, interessantemente, que éramos todos de esquerda porque não havia direita, nem centro, eles estavam no poder, digamos assim. Eu conservei ao longo da vida, aliás, vou dar um passo atrás, em 78, por aí, eu escrevi um artigo longo no jornal chamado “Socialismo e liberdade”, que eu dizia que o mundo caminha decisivamente para o socialismo. Depois que eu escrevi isso, e ao longo do tempo, caiu o muro de Berlim, desfez-se a União Soviética, abriram todas as economias da Europa Ocidental, até a China já pratica capitalismo selvagem, de modo que nunca confie numa previsão minha que eu sou ruim de prognóstico [risos]. Mas nós éramos todos de esquerda. E o mundo mudou, o mundo nos traiu, os fatos nos traíram, eu diria. E, então, em 1990, eu escrevi um texto, aí já um texto acadêmico, eu já era professor, sobre como a nossa geração e o pensamento de esquerda mais tradicional tinha perdido historicamente. No final, eu dizia: “Onde nós sonhamos a solidariedade, venceu a competição; onde nós sonhamos a unidade dos países, venceram os conflitos étnicos”, então eu contava como o pensamento que moveu a nossa geração, esse estado protagonista que nós acreditávamos como nós perdemos. O artigo terminava assim: “Nós perdemos, preciso reconhecer.” Eu diria que, ao longo da minha vida, eu conservei do pensamento de esquerda a crença de que as pessoas são essencial e intrinsecamente iguais, embora a vida distinga as pessoas, e que o papel do Estado e da sociedade é assegurar o máximo de igualdade a todos no momento da partida. Portanto, eu acho e conti-

nuo achando isso, o Norberto Bobbio escreveu sobre isso e eu estou de acordo, ser de esquerda é isso: é se preocupar que as pessoas sejam iguais no começo da sua vida. Quer dizer, que o meu filho e o do meu porteiro possam começar em pontos de partida próximos, isso eu continuo achando e, portanto, continuo achando que esse é o papel do Estado e da sociedade. Agora, eu progressivamente me libertei da ideia do Estado como protagonista. Estou convencido, porque a história demonstrou isso, que a livre-iniciativa, o empreendedorismo, a inovação são muito melhores do que o planejamento. E isso faz parte hoje da minha ideologia existencial. Acho que é um equilíbrio entre mercado e política, mas, infelizmente, e no Brasil particularmente, o Estado se tornou um Midas pelo avesso: o que ele encosta vira lata, depois enferruja. É ruim, não falo isso com felicidade, não é um desejo, é uma constatação. Portanto, acho que nós temos que lidar com esta realidade, ou seja, incentivarmos o empreendedorismo, a livre-iniciativa, a inovação. Eu escrevi isso recentemente. Um preconceito muito grande no Brasil contra o sucesso empresarial, contra a livre-iniciativa, contra o lucro, que é um preconceito que se justifica pela história do capitalismo no Brasil, que sempre foi um capitalismo de Estado. O Brasil começa na política de substituição e importações. No período da Segunda Guerra e no pós-guerra, e é um capitalismo de Estado que cria a fábrica nacional dos motores, a Chesf, a Vale do Rio Doce, depois vem Petrobras, BNDES, todas as grandes empresas eram estatais. Porque a iniciativa privada não tinha capital para os grandes investimentos de infraestrutura e não há nenhum problema nisso, é até bom que o Estado tenha feito isso, porque a alternativa era você entregar isso, setores estratégicos, à iniciativa privada estrangeira com os efeitos negativos que isso podia trazer e acho que a Light exemplifica isso, de certa maneira. Então, nós tínhamos um capitalismo de Estado, um capitalismo de concessões, o Estado dava concessões, o Estado dava contratos. Portanto, a riqueza no Brasil

nunca foi associada ao risco, ao empreendedorismo, à inovação; era associada a relações promíscuas com o poder público, a um golpe na praça, uma fraude no sistema financeiro, então nós criamos um ambiente anticapitalista porque o capitalismo brasileiro se saía muito mal e vivia pendurado no Estado. De certa forma, nunca se libertou do financiamento público, mas eu acho que a gente precisa superar isso, acho que já superou isso em grande medida e há muita gente que arrisca, investe, acredita no país, corre riscos e ganha dinheiro. Não tem nenhum problema em ganhar dinheiro. Acho que o Estado tem que ter mecanismos adequados de distribuição de renda. Mas que a iniciativa privada é melhor geradora de riqueza, esse é um fato da vida ao qual a gente tem que se conformar e, portanto, eu acho que tem que acabar no Brasil... Primeiro, a gente tem que acabar com o patrimonialismo que é essa mistura entre o público e o privado; depois, a gente tem que acabar com o oficialismo, que aqui tudo depende, qualquer projeto relevante econômico, político, empresarial, depende do Estado, depende do BNDES, depende dos fundos de pensão. Se o presidente da República, qualquer um, não gosta do presidente de uma empresa privada de capital aberto, não gosta, cismou, a sorte desse homem está selada porque não se consegue nada no Brasil sem um tipo de relação promíscua com o poder público. Nós temos que superar isso. Nós temos que superar no Brasil algumas coisas, uma delas é essa, aceitar o fato da vida de que a livre-iniciativa é melhor geradora de riquezas e, portanto, cuidar do setor público, de prestar serviços públicos de qualidade e ter redes sociais de proteção para quem precisa. Fora isso, eu acho que deve ser iniciativa privada, portanto nós precisamos... Outra coisa, nós ainda somos muito intensamente uma sociedade de classes e uma sociedade de compadrio. Eu achava isso, não acho isso porque sou ministro do Supremo, achava isso e continuo achando. Mas acho que esses são capítulos de uma história de sucesso. O Brasil é uma história de sucesso,

apesar de as pessoas olharem com uma certa irresignação e com uma certa amargura, e olha para os Estados Unidos que é uma comparação péssima. O Brasil começou verdadeiramente em 1808, com a vinda da família real; ali começou o Brasil. Até então, os portos eram fechados, não havia comércio de nenhum tipo com o mundo, era proibido estradas na colônia, era proibido fábricas na colônia, não havia nenhuma escola, nem de segundo grau nem universidade, só havia ensino fundamental ministrado por religiosos, 98% da população era analfabeta, um terço da população era de escravos, há 200 anos esse era o Brasil. Duzentos anos depois, para ser preciso 205 anos depois, nós estamos entre as dez maiores economias do mundo, somos uma das maiores democracias de massa do mundo, com estabilidade institucional há 25 anos. Você vai dizer: “Mas a política está um desastre”, eu também acho, mas a gente tem que olhar as instituições. Nós temos instituições funcionando, temos uma cultura democrática que se arraigou hoje. Hoje em dia, ninguém pensa em golpe de Estado, quebra da legalidade constitucional; temos uma cultura de direitos fundamentais se disseminando assim de liberdades individuais, liberdade de expressão; os próprios direitos sociais nós estamos avançando. Não na velocidade que a gente desejaria, mas temos andado na direção certa. E uma coisa que eu aprendi na vida é que a direção certa é mais importante que a velocidade. Se estiver andando muito rápido na direção errada, não serve. Então, o Brasil é uma história de sucesso. Eu tenho uma percepção crítica para empurrar a história, mas, na minha vida adulta, portanto nos últimos 35 anos, o Brasil deu um salto de qualidade. E a gente, na vida, tem que saber comemorar as vitórias: as pequenas e as grandes. Porque isso que dá alento para continuar. A gente não pode ficar pelos cantos choramingando que a Petrobras... Ah... Vamos pensar o que a gente vai fazer. Mas nunca perdendo a perspectiva de que nós começamos atrasados e percorremos um longo caminho. E, além de termos começado

atrasados, fomos herdeiros de um império que se atrasara na história. Eu amo Portugal e os portugueses, mas Portugal foi o último país a acabar com a Inquisição, foi o último país a acabar com o absolutismo, foi o último país a acabar com o tráfico de escravos, então era uma ditadura quando já avançava o século XX. Portanto, para quem começou de onde nós começamos, nós temos uma história de sucesso para contar. Ah, mas os Estados Unidos... Os Estados Unidos começaram antes, no século XVII, com pessoas que foram para lá com as suas famílias se estabelecerem e herdeiras de uma cultura anglo-saxã milenar, que estava à frente da que se praticava na Península Ibérica, portanto qualquer comparação é injusta. Acho que nós temos ido muito bem, o que não significa que a gente não deva olhar criticamente o que está acontecendo e empurrar a história.

[FF] — *Fiquei muito tentado a perguntar como o senhor vê, então, o papel do STF hoje, empurrando a história, mas isso vai ficar para um momento posterior porque eu gostaria de voltar cronologicamente. Já na época do seu vestibular, o senhor já tinha a Uerj como sua primeira opção?*

[LB] — Já. A gente vai voltar a falar de empurrar a história? Porque eu preciso explicitar esse conceito.

Escolha pela Uerj, relações lá estabelecidas e a opção pelo concurso para seleção de professores na Uerj

[FF] — *Com certeza. Como o senhor via essa competição dos diferentes cursos? Porque o senhor escolheu a Uerj como sua primeira opção?*

[LB] — A Uerj, ela não foi vítima da ditadura, ela teve uma sorte, das escolas públicas. Havia duas grandes faculdades públicas de Direito no Rio, a antiga Nacional de Direito, antiga UFRJ, e a Uerj. A UFRJ era extremamente politizada e era o berço do

movimento estudantil no Rio, salvo engano meu, o Vladimir Palmeira, que era um grande líder, era da UFRJ. A Uerj era menos politizada, ficava ali no Catete, e a UFRJ era muito politizada. Quando veio o regime militar, o regime militar interveio na UFRJ de uma maneira muito truculenta, afastando os professores, impondo uma linha dura interna e abolindo os concursos públicos. Na academia, na mentalidade ainda atual no Brasil, a única coisa que liberta é o concurso público. Eu nem acho que o concurso público seja a única forma, e talvez não seja a melhor em termos absolutos. Mas no Brasil, hoje, ou é concurso público ou é com padrinho, portanto... A Uerj escapou dessa intervenção da ditadura militar, ficou meio ali *a late-re*. Inclusive, alguns professores que eram da UFRJ ficaram na Nacional: José Carlos Barbosa Moreira, Flavio Bauer Novelli. Aí, houve um grupo, uma coisa fortuita, mas muito feliz, um grupo muito bom de professores ficou na Uerj, então, num processo último, José Barbosa Moreira; em direito civil tinha o Simão Isaac Benjó e o Ricardo Cesar Pereira Lira; em direito internacional tinha um professor maravilhoso, que era o Jacob Dollinger; e essas pessoas mantiveram um pouco acesa a chama e começaram a fazer concurso. Primeiro, fizeram os concursos para si, então entrou o José Carlos Barbosa Moreira, virou titular; depois, o Jacob Dollinger virou titular; o Benjó virou titular; Carlos Moreira virou titular; em penal, entrou o Heleno Fragoso, um penalista de primeira linha, ao lado de João Marcelo Macedo; a Uerj fez concursos e essas pessoas... Aí, chegou minha geração. Quando eu cheguei, eu fui aluno dessas pessoas. E nós gostamos desse negócio de fazer concurso, achamos que era uma boa ideia. Portanto, criou-se uma cultura de concursos públicos, aí veio a nova geração. Eu fiz concurso público para entrar, virar professor de direito constitucional. Eu até entrei antes da época do concurso público, eu fui assistente do Jacob Dollinger, [que] me convidou, mas, depois, eu fiz meu concurso para ir dar aula de direito

constitucional. Então entrei por concurso público. Entramos eu, o Gustavo Tepedino em direito civil, Paulo Cesar Pinheiro Carneiro e o Fux em processo civil, depois vieram os concursos de direito administrativo, aí já é uma geração... Então nós fizemos concurso público. Hoje, os professores da FGV, boa parte deles, foram nossos alunos na Uerj, fizeram mestrado e doutorado com a gente e foram para a FGV montar uma bela escola de Direito. Portanto, eu acho que o que salvou a Uerj foi esse espírito de concurso público e pessoas que fazem a diferença. Como eu acho que gente como José Carlos Barbosa Moreira, como Jacob Dollinger, como Flavio Bauer Novelli, professores inspiradores que me influenciaram muito. E, aí, quando eu cheguei, eu em constitucional, o Gustavo Tepedino em civil, e o Paulo Cesar Pinheiro Carneiro em processo civil, a gente encontrou um campo em que nós fizemos concurso, nós criamos um programa de pós-graduação bacana, formamos os nossos mestres e doutores lá dentro e continuamos fazendo concurso. Desidentificamos isso, esse crédito eu reivindico, quando o programa de pós-graduação começou a ficar muito concorrido, eu propus no primeiro ano, disse, vamos desidentificar as provas, já tem muita gente, já tem cem candidatos para 12 vagas. E o Brasil é um país em que tudo que puder ser objetivo e desidentificado é melhor, porque as pessoas pedem o que não devem pedir, do seu colega de faculdade ao presidente do tribunal, as pessoas pedem. Portanto, se a prova é desidentificada você não pode fazer nada; não deve fazer nada em nenhum caso, mas não precisa nem justificar, basta dizer: “Olha, só se eu for desonesto”. Eu propus no primeiro ano, ninguém topou, e eu desidentifiquei sozinho as provas, até porque a filha do Ricardo Lobo Torres, que eu esqueci de mencionar, um extraordinário professor, ele entrou um pouquinho depois, mas foi uma das figuras mais importantes da Uerj, sobretudo na implantação da pós-graduação, ele foi o cérebro; aí houve um ano que a filha do Ricardo fazia prova e a filha do Paulo Galvão, dois

professores. E, portanto, a banca éramos nós três e nesse ano nenhum dos dois ia participar, porque um tinha uma sobrinha e o outro tinha a filha. Eu disse: “Está resolvido, mas vamos desidentificar essas provas.” E, aí, eu corriji desidentificadamente. Para mal dos meus pecados, foi reprovada uma figura muito proeminente e deu chateação, mas, é sério, é sério. A partir do ano seguinte, a gente desidentificou todo mundo. Então a Uerj passou a atrair gente de todo o Brasil. Tenho aluno de Belém do Pará, do Paraná, gente que vem e que faz a prova, se passar, passou, é esse, e, depois, ainda propus e prevaleceu outro critério objetivo, que depois da prova escrita tinha a entrevista. Eu propus: a ordem de entrada é o resultado da prova escrita, a entrevista só serve para desempatar. Então mais objetivo, impossível. Isso produz até algumas injustiças, porque às vezes o sujeito se saiu melhor na prova escrita, mas na entrevista você descobre que ele não é o melhor, mas estamos no Brasil. A objetividade é que nos liberta. Mantivemos um critério objetivo e criamos o que eu considero, imodestamente, o melhor programa de pós-graduação no Brasil. “Ah, na Capes, às vezes, tem cem”; esquece, isso é burocracia de lembrar ou não lembrar de botar no Lattes o que escreveu, que a gente tem o mau hábito de não fazer, devia fazer; mas, se você for olhar a produção acadêmica da Uerj, as teses de doutorado da Uerj hoje, elas são de padrão mundial, admiráveis. Dos que foram meus alunos e que hoje estão na FGV, que defenderam trabalhos maravilhosos que eu me lembro bem, digo, Diego Werneck Arguelles, Fernando Leal. Portanto, devo estar sendo injusto porque sei que tem mais gente, mas me lembro deles dois que foram meus alunos e quero muito bem a eles. Portanto eu acho que a gente criou uma cultura. Uma universidade pública, sem dinheiro, desde quando eu fui aluno para cá, a única coisa que tem de novidade mesmo é um ar-condicionado na sala de aula e, salvo engano meu, é pirata, nenhuma coisa... Meia dúzia de pessoas idealistas, mesmo sem dinheiro, você consegue empurrar a

história. Então eu acho que a gente conseguiu fazer uma coisa bacana. Eu preciso dizer que, hoje em dia, há muitos programas de pós-graduação muito bons no Brasil inteiro: Universidade Federal do Paraná, Rio Grande do Sul, em Pernambuco, UNB, onde sou professor-visitante. Muita coisa. O Direito embora tenha se massificado no Brasil, no nível da pós-graduação aconteceu muita coisa boa e nova, e plural. Um mérito que eu reivindico é [que] o Brasil era um país em que o sujeito escrevia um texto, coisa bem subdesenvolvida, a qual não nos libertamos ainda inteiramente. Aí, alguém escrevia criticamente, “eu penso diferente de você”, aquilo gerava inimizades perenes, o sujeito era seu inimigo, o cara ousou divergir de mim. E eu preciso dizer que eu não tenho essa mentalidade e, na medida do que estava ao meu alcance, irradiei para todas as pessoas com as quais eu convivi o espírito de que na academia é a crítica que produz a evolução, portanto as pessoas devem ser educadas, respeitadas e gentis sempre que possível, significa, quase sempre, mas é a discordância que empurra a história, não é? Eu não formo alunos para... Parodiando a música do Chico Buarque, “para adorar o criador”, pelo contrário, as pessoas têm que se libertar, ir além do que eu fui capaz. Eu acho que hoje tem um monte de alunos que fazem coisas...Acho que não posso dizer melhores, mas certamente diferentes do que eu faço. Eu brinco com meus alunos, alguns já muito bem-sucedidos, estou ficando velho, já tenho aluno de 40 anos, eu digo: “Vocês vão ser todos melhores que eu, os que já não são, agora, eu não estou tornando a vida de vocês mais fácil, eu continuo estudando, eu continuo tentando melhorar.” Foi uma coisa que eu aprendi nos Estados Unidos, quando eu fui para Yale, e comparei com a Uerj, e foi um *insight* que fez muita diferença na minha vida. Cheguei em Yale, continua sendo a faculdade número um nos Estados Unidos. Harvard é a mais famosa, mas a faculdade de Direito número um nos Estados Unidos, há muito tempo, desde o meu tempo, era Yale; tanto que eu tendo sido admitido em

uma e outra, escolhi Yale. Eu chego lá e vejo gente famosa: Bruce Ackerman, que era um grande professor; Guido Calabresi, que era cotado para ir para a Suprema Corte, acabou indo para outro tribunal, mas pessoas que tinham mais de 50 anos quando eu cheguei lá, aos 28, e eles continuavam estudando, publicando coisa nova, indo participar dos debates, e eu mencionei esses dois que eu me lembro bem, mas tinha gente ainda mais velha do que eles, que continuavam num exercício intelectual contínuo, gente que não se deitou sobre os louros, e isso foi uma coisa que me marcou muito. Porque no Brasil como o nível geral ainda é muitas vezes insatisfatório, o sujeito que sai um pouco do bolo, já faz algum sucesso, ele faz algum sucesso e se acomoda naquilo, porque já está bom, “já estou acima da média.” Isso é muito ruim para a ciência. Esta coisa de você continuar melhorando... Hoje em dia, eu olho para meus alunos, ex-alunos que hoje fazem sucesso: Daniel Sarmento, Ana Paula de Barcellos, Gustavo Binenbojm, eu tenho a motivação de continuar estudando para ser interlocutor deles, senão daqui a pouco eles não querem mais saber de mim. Então eu acho que esta continuidade é muito importante. Mesmo aqui no Supremo, onde a vida é quase impossível de ser vivida pelo volume de trabalho, eu separo uma quantidade de horas por semana para estudar – estudar, em tese – e ainda participo regularmente, não tanto quanto queria, mas nos próximos seis meses eu vou participar de três bancas de doutorado, que me obriga também a ler um trabalho alentado e estar atualizado. Eu estou ministro, mas eu sou um professor; esta é a vida que eu gosto. É mais fácil de eu largar aqui do que lá [risos].

Entrada na Uerj como professor

[MV] — *Como foi a sua entrada na Uerj como professor? O levantamento que nós fizemos para a entrevista, o senhor, em algum*

momento, disse que houve alguma resistência lá dentro pelo fato de o senhor ter uma militância estudantil pretérita. O senhor poderia falar um pouco sobre isso?

[LB] — Posso, sim. Eu comecei a dar aula pelo método que se começava a dar aula naquele tempo. Me formei em final de 80, e, aí, havia um titular... Os concursos ainda não eram uma exigência e muito menos uma prática corriqueira. Então eu fiz o caminho que era natural. Procurei o professor titular e disse a ele: “Eu gosto muito da vida acadêmica, sou interessado na vida acadêmica.” E, aí, esse professor me disse: “Que bom, você tem muita embocadura” – nunca me esqueci desse termo que ele usou porque achei divertido – “e vamos fazer o seguinte, você vem dar umas aulinhas para mim. Prepara um tema.” Aí, eu preparei uma aulinha, fui lá, e ele, presente, dei uma aulinha.

[FF] — *O senhor se lembra do tema dessa aulinha?*

[LB] — Não. Aí, não me lembro. [risos] E, aí: “Gostei, gostei, você prepara outra aulinha”. Então eu comecei a dar umas aulinhas para o professor titular. Estamos, aí, em 81. Eu era recém-formado. Eu nem falava de política, dava aula mesmo. E, um dia, depois de umas três aulas, esse professor me procura e me diz: “Olha, nós temos um problema. Fui procurado por uma pessoa ligada aos organismos de informação” – que era uma entidade abstrata, mas muito poderosa ainda, foi antes do Riocentro – “e eles me disseram que tem muita coisa contra você lá, você fez muito movimento estudantil. Eu gosto muito de você, mas eu não tenho como bancar isso, de modo que a gente vai ter que adiar o nosso projeto”. Eu disse: “Claro, imagina.” Mas eu fiquei devastado. Porque eu tinha me encontrado naquilo, eu já sabia que eu queria ser professor. Então eu fiquei abalado, falei: “Vou ter que fazer concurso público para alguma outra coisa.” Até acabei fazendo para procurador do Estado do Rio. Mas eu participava, nessa época, de um grupo de estudos que

era coordenado pelo Jacob Dollinger, que tinha sido meu professor de direito internacional privado, uma matéria que se dava no último ano da faculdade, no quinto ano, uma matéria quase esotérica. Hoje em dia, com a globalização, ela ficou mais importante, mas, naquela época, era... Tinha um pouco de contratos internacionais, mas a matéria era se um refugiado sírio casa com a mulher americana e vão morar na Austrália, e aí se divorciam, qual o regime de separação, umas coisas assim. Estou sendo alegórico, têm coisas importantes, eu estou brincando, mas era uma matéria um pouco fora do meu padrão. Mas eu participava de um grupo de estudos com o Jacob Dollinger, que era um sujeito notável. Ele era um homem judeu, ortodoxo, de direita, e eu não pensava as coisas da vida e do Direito em nada parecido com ele, salvo que ele era uma pessoa adorável e um pensador muito instigante, e adorava o Brasil. Ele era um homem idealista, achava que educação... Então ele me ouvia. Eu, na faculdade, li Marx, eu gostava, eu fiz uma certa base teórica de política, li Rousseau, li Hobbes; assim, eu queria entender o mundo. Eu não era um militante, só, eu era um cara que gostava de entender as coisas. E o Jacob era um homem à direita, mas era um intelectual, ele gostava do debate, então eu fiquei amigo dele, afetuosamente amigo, e participava de um grupo de direito internacional privado. E ele estava escrevendo um livro, então ele distribuía os textos e a gente lia os textos, fazia sugestões e fazia as reuniões. Era um grupo lá de meia dúzia de pessoas. E, quando ele soube que eu não ia mais poder dar aula, ele falou para mim assim: “Luís Roberto,” – ele era belga radicado no Brasil –, “eu vou te ajudar”. Eu falei: “Professor, o senhor não está entendendo. É o SNI; não tem uma porta para o senhor bater, não vai ter muito como o senhor resolver isso”. “Eu vou lhe ajudar”. “Está bom”. Aí, de fato, ele me ajudou. Ele procurou uma pessoa que tinha sido diretor da faculdade no tempo que eu era diretor do centro acadêmico, que era

o Oscar Dias Correia, eu acho que o Oscar ainda não era ministro do Supremo, embora viria a se tornar, mas já era uma figura conhecida, tinha sido um político da UDN, os militares gostavam dele, ele era um diretor duro na faculdade, eu tinha brigado muito com ele; como diretor do centro acadêmico tínhamos discutido muito. Mas, no geral da vida, eu sou uma pessoa educada, portanto não tinha xingado ele, nem ofendido, mas a gente discutiu asperamente. Aí, o Jacob procurou o Oscar Dias Correia, ele me contou depois, e o Oscar foi muito digno, não cobrou a conta. Ele disse para o Jacob: “Se o menino é bom, nós vamos ajudá-lo”. Aí, sei lá aonde o Oscar foi, o José Carlos Barbosa Moreira e o Flavio Bauer Novelli, que também tinham sido meus professores e eram homens insuspeitos de exageros esquerdistas, também eram pessoas amigas, eu tinha sido um bom aluno, também eles apoiaram que eu entrasse na faculdade como professor. Então, o Oscar mais esses dois professores fizeram lá a mobilização possível e, aí, um dia, vem o Jacob Dollinger e me diz: “Olha, consegui suspender o veto, só que não pode ser direito constitucional; constitucional eles não liberam. Então eu proponho você ser meu assistente no direito internacional privado” – nós estávamos em começo de 82. Ele falou: “Vou te mandar uma caixa de livros, a bibliografia essencial. Você estuda e você começa a dar aula no segundo semestre. Você vai dar aula da turma da noite”. Aí, passei eu lá um semestre estudando direito internacional privado, que me ajudou muito. Até hoje, eu entendo um pouco de direito internacional; estudei muito nessa época. Quando chegou perto da minha contratação, novo veto. E, aí, não vou citar nome de ninguém. Mas uma autoridade importante disse assim: “Aqui não entra”. E, aí, eu não podia ser contratado para dar aula na Faculdade de Direito porque uma pessoa importante na Faculdade de Direito não aceitava.

[FF] – *Por razões políticas também?*

[LB] — É. Acho que esta era a pessoa dos órgãos de informação lá dentro. “Enquanto eu estiver aqui não entra.” A vida tem umas conspirações. O reitor da Uerj tinha falecido e tinha assumido um substituto, não sei se devia contar isso, mas isso vai ficar para o futuro, que era amigo do Jacob Dollinger e era judeu, não sei se era amigo do Jacob porque era judeu ou... Se era amigo do Jacob e também era judeu. E, aí, o Jacob disse: “Consegui superar lá e agora estou com problema aqui”. Aí, eu fui contratado, não pela faculdade, fui contratado pela universidade, e não pela Faculdade de Direito. E, aí, entrei para ser professor e comecei a dar aula de direito internacional privado, e dei a partir de 82, e dei até a morte do Wilson Aciolly, que era um professor de direito constitucional, uma boa figura, e, quando ele faleceu, já era além de 85, já devia ser 86, talvez, eu substituí o Aciolly e, em seguida, abriu um concurso que eu fiz e comecei a dar aula de direito constitucional. Essa foi a história. Eu devo ao Jacob Dollinger. E eu descobri, desde essa época, que a ideologia, embora seja uma coisa importante na vida, não é a coisa mais importante. Existem coisas mais importantes na vida, porque ele não pensava como eu, mas ele achava, certo ou errado, que eu era bom para a universidade e bom para o país, então ele me ajudou, não porque eu pensasse igual, ele me ajudou porque achava que eu era bom e eu penso exatamente a mesma coisa. Importante é que seja bom caráter, academicamente qualificado. Fora isso, pode ser de direita... Eu tenho um amigo querido que é o Diogo Figueiredo, ele pensa o mundo... É preciso dizer que ele continuou onde estava; eu é que fui um pouco mais para o centro. O Diogo é um homem que você diria, na tradição, um liberal conservador, que não pensa a vida como eu penso. Fui amigo dele toda a vida. Sempre desfrutei do privilégio que é ouvir uma opinião diferente, que eu considero um privilégio, enriquece. As pessoas diferentes, quando se dão ao trabalho de exporem seus argumentos, elas enriquecem mais a gente do que as que pensam igual, a verdade é essa.

O despertar para o direito constitucional

[FF] — *Ministro, eu estou um pouco intrigado ainda sobre a sua vida como estudante. Duas coisas me intrigaram um pouco. Quando o senhor desperta para o direito constitucional, e aí estou imaginando o senhor um estudante de Direito quando vigia a Constituição 67/69, longe ainda de ter a Constituição de 88, e o direito constitucional que o senhor ensina hoje, e sobre o qual o senhor escreve, tem alguma coisa a ver com o direito constitucional que o senhor aprendeu como aluno?*

[LB] — Não, não, não. Eu preciso dizer, essa é uma frase pretenhiosa, mas eu contribuí, foi um monopólio meu, mas eu acho que contribuí na invenção do direito constitucional que se passou a praticar no Brasil depois de 88. A gente estudava outras coisas. Eu despertei para o direito constitucional lendo um livro de um professor pernambucano chamado Luís Pinto Ferreira, que era *Princípios gerais de direito constitucional*, e ele falava muito pouco de direito constitucional; ele falava de política, história política, ciência política e, depois, fazia um elo com o direito constitucional. Ele tinha um capítulo sobre marxismo que era muito bem arrumado, que também me chamou a atenção. Naquela época, éramos todos marxistas [risos]. E aquilo me despertou a ideia de que dá para fazer política fora da política, dá para fazer política dentro do Direito, dá para você fazer coisas boas dentro do Direito. Então o Pinto Ferreira foi a primeira pessoa, a primeira leitura que eu fiz, que disse: “Dá para fazer uma conexão aqui”. Porque a minha geração era toda ligada à teoria crítica; a teoria crítica era uma forma de pensar o Direito a partir do marxismo, que considerava que tudo é política, tudo é superestrutura; o Direito está a serviço das estruturas dominantes e, portanto, aderir ao Direito é aderir às estruturas dominantes. E eu faço parte de uma geração, eu destacaria um parceiro, meu amigo e contemporâneo, do

Paraná, que era o Clèmerson Merlin Clève, como uma outra pessoa que começou a trabalhar a perspectiva de transformação social a partir do Direito. Quer dizer, é possível fazer um Direito progressista, é possível ajudar a empurrar a história através do Direito. E, aí, nós começamos a pensar isso. Aí, eu escrevi um trabalho em 85, mais ou menos, meu primeiro trabalho acadêmico relevante, chamado “Por que não uma Constituição para valer?”, que eu pegava a Constituição de 67 e 69 e dizia: “Olha o que tem de bom aqui”, inspirado, para dar o crédito, por um professor de São Paulo, ainda vivo, que era o Celso Antônio Bandeira de Mello, que, em 82, tinha apresentado uma tese numa Conferência Nacional da OAB, a primeira que eu fui, recém-formado, que ele dizia: “A eficácia dos direitos sociais”, era esse o título. Também foi um texto e uma pessoa que me influenciava. Antes dele ainda, embora num período mais difícil, José Afonso da Silva tinha escrito *Aplicabilidade das normas constitucionais*, que tinha sido uma primeira tentativa de trabalhar o direito constitucional como uma categoria jurídica, e não como uma categoria política ou sociológica. De modo que, tendo lido o José Afonso, tendo lido o Celso Antônio e já minhas próprias ideias, eu escrevo esse trabalho “Por que não uma Constituição para valer?”, em que eu digo a quantidade de coisas boas que tinha na Constituição da ditadura militar e que se fossem cumpridas fariam a vida melhor. E, pela primeira vez, comecei a defender essa ideia, que não vigorava no Brasil e nem era uma ideia típica do direito europeu continental, de que o Judiciário é que deve concretizar a Constituição. Devo dizer que essa era uma ideia que nos Estados Unidos, talvez, desde sempre, tenha tido um espaço relevante. Então escrevo “Por que não uma Constituição para valer?”, que é o meu primeiro trabalho que eu publico, que eu depois transformo num livro que se chama *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*. Foi meu livro que fez mais sucesso, que está esgotado, porque eu preciso reescrevê-lo, eu já não diria as mes-

mas coisas do mesmo jeito. Está esgotado há um tempo e eu lamento não ter tempo para reescrevê-lo, porque eu queria reescrevê-lo. Aí, eu começo a sustentar, de novo, para dar outro crédito, fui aluno do José Carlos Barbosa Moreira, que era um extraordinário professor de processo civil, então nesse livro, *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*, eu faço o casamento do direito constitucional com o processo civil para dizer: “Isso pode ser exigido perante o Poder Judiciário por via de uma ação, que cabe ação popular, que cabe ação civil pública, que cabe ação ordinária, com um pouco do radicalismo que se exige para a implantação de novas ideias”. Eu gosto de contar da história da vovó que foi visitar o Louvre e lá comprou um cartão-postal da Vênus de Milo, que não tem os braços, e mandou para o netinho e disse: “Olha o que vai te acontecer se não parar de roer as unhas”. Portanto as ideias novas, quando você lida com pessoas que estão no seu processo de formação, você tem que afirmar com certo exagero, daí porque eu preciso reescrever o *Efetividade*. Mas então eu fiz esse livro, tem que fazer perante o Poder Judiciário. E talvez tenha sido a primeira sistematização dessa ideia de judicialização dos direitos fundamentais. O livro me deu um pouco de prestígio e comecei a ser chamado para fazer palestras. Eu devo ter feito, a partir de um certo momento eu parei de contar, mas eu fiz muitas centenas, talvez alguns milhares de palestras pelo Brasil afora, eu ia aonde me chamassem. Eu brincava que eu era um missionário do direito constitucional, eu ia... Pará, tinha um lugar em Santa Catarina muito charmoso, mas longe, depois que você descia tinha que andar quatro horas de carro, eu vou lembrar o nome, aonde me chamasse eu ia. Às vezes, tinha duas ou três por semana, eu passei a ser uma pessoa que falava de direito constitucional. Aí, veio a constituinte, o Nilo Batista era o presidente da OAB, do Rio, me designou chefe do Núcleo de Assuntos Constitucionais. Então todo mundo que pedia palestra à Ordem sobre constituinte ele me indicava. Depois, tivemos

até que criar um grupo porque não dava vazão. Eu passei a viver o direito constitucional, eu era um pouco um pregador do direito constitucional. E aquilo foi conquistando adeptos, eu preciso te dizer, de como trabalhar o direito constitucional... Eu vivi um pequeno período em que eu militava muito, tinha feito o *Efetividade* e talvez tenha ficado aí uns dois ou três anos mais como um divulgador do que como um estudioso, digamos assim. Aí, eu fui para Yale, passei 88 e 89 nos Estados Unidos e voltei em 90. Ainda continuei nesse ciclo de palestras, mas disse: “Preciso voltar a estudar”. Quer dizer, o *Efetividade* já deu o que tinha que dar e, aí, comecei a estudar interpretação constitucional; foi meu segundo livro sobre interpretação e aplicação da Constituição para superar a ideia de que a interpretação constitucional é simplesmente uma espécie de interpretação jurídica, que era a visão positivista tradicional, a visão do Kelsen, que é um grande autor. O Kelsen é injustamente demonizado. É claro que elegeram ele como símbolo do positivismo e ele é enxovalhado pelo que não merece, mas o Kelsen foi um grande sistematizador do pensamento jurista. Talvez tenha sido um dos três maiores juristas, eu diria, do século XX e ele é uma figura importante.

Juristas que influenciaram a sua formação

[FF] — *Junto com quais outros, ministro? Uma lista dos top five juristas do século XX...*

[LB] — Eu não teria condições de te responder. No Brasil, eu teria talvez mais facilidade; no mundo, eu teria que pensar. O que eu posso te dizer são as influências que eu sofri, o que não quer dizer que fossem os melhores, mas Kelsen eu certamente destacaria; Konrad Hesse, ex-juiz da corte constitucional alemã, eu certamente destacaria; têm pessoas que eu até li, mas foram pessoas que ajudaram a mudar o tratamen-

to do Direito; no início do século, o Oliver Wendell Holmes, que foi ministro da Suprema Corte Americana, não que ele fosse um teórico extraordinário, mas ele foi um homem que ajudou a romper com o formalismo no Direito. Eu teria que pensar. O que eu posso dizer, as minhas grandes influências teórico-práticas foram Miguel Seabra Fagundes; José Carlos Barbosa Moreira; José Afonso da Silva, na medida em que ele foi um sujeito que manteve a chama do direito constitucional acesa quando ela estava praticamente se apagando; Paulo Bonavides, pela mesma razão; Celso Antônio Bandeira de Mello, no auge dele na década de 80, eu colocaria nessa lista; curiosamente a leitura de um livro do Afonso Arinos de Melo Franco, lá atrás, sobre direito constitucional, me produziu um impacto. Embora ele fosse um homem do regime militar, ele era um homem letrado; enfim, era um liberal conservador enredado numa ditadura, mas escrevia bem. Curiosamente, embora eu tenha lido o Pontes e acho que algumas coisas ele tenha arrumado bem, o Pontes tem uma legião de fãs e admiradores, o Pontes de Miranda, eu não me situaria entre eles. Eu acho que o Rui Barbosa, consideradas as circunstâncias do seu tempo, foi um homem que fez muita diferença. Acho que três pessoas no Brasil, três vultos brasileiros, se eles tivessem sido dominantes no seu tempo, a história do Brasil teria sido melhor: José Bonifácio – que perdeu influência com Dom Pedro, que era um homem iluminista, um iluminista aristocrático, mas era o máximo que você podia desejar naquela época, mas era um homem antiescravocrata –, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa foram figuras que não prevaleceram no seu tempo, mas teriam feito diferença, a meu ver, se tivessem prevalecido. Então acho que esses são alguns nomes que eu citaria. O problema quando a gente vai ficando velho é que a gente sabe as respostas, mas já esqueceu as perguntas.

[FF] – *Foi só um parêntese, ministro, mas me interessou muito.*

[FF] — *Antes dos autores, achei interessantíssimo o senhor dizer que o senhor é um dos principais inventores do direito constitucional como o conhecemos hoje. O senhor usou outros termos, além do termo inventor.*

[LB] — *Essa é uma forma, assim, eu não gostaria de parecer nem presunçoso e muito menos arrogante.*

Participação na “autonomização” do direito constitucional enquanto categoria jurídica

[FF] — *Não, não pareceu, mas eu fiquei curioso com os termos invenção, divulgação, missão, pregação.*

[LB] — *É porque o direito constitucional no Brasil era uma categoria ligada à história, à sociologia, à ciência política. Se você pegar esse livro do Afonso Arinos de Mello Franco que eu me referi, que é um livro influente, ele não é um livro que diga [que] o princípio da legalidade impede que um regulamento institua uma restrição de direito e, em ocorrendo isso, o Judiciário pode invalidar o ato do Poder Público. Afonso Arinos não diz isso. Ele até pode falar da legalidade, mas em seguida ele vai falar a origem da lei, vai falar como foi no parlamento inglês, depois vai falar um pouco sobre os Estados Unidos; quando ele fala da separação de poderes, vai dizer [que] existe a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas ele não vai dizer [que] o Supremo pode estabelecer limites à atuação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito se ela estiver violando um direito individual. Ou seja, não se trabalhava o direito constitucional como uma categoria jurídica. O direito constitucional era uma categoria política, histórica, sociológica. Neste sentido que eu disse que talvez tenha sido um dos pioneiros nesse casamento do direito constitucional com o processo para dizer: “Se está na Constituição é para valer”. E, aí, eu importei para o meu livro *Efetividade* uma categoria típica do direito civil, que na ver-*

dade é da categoria geral do Direito, que é do direito subjetivo. A gente estuda lá: “direito subjetivo é a possibilidade de você invocar o ordenamento jurídico para tutela de um interesse protegido”. Que valia no direito civil, não valia em outra área. Aí, eu fui estudar o direito subjetivo para dizer [que] os direitos constitucionais também devem ser tratados como direito subjetivo. As três características do direito subjetivo: ele investe o titular do direito numa determinada situação jurídica, esta situação jurídica pode ser violada por alguém e, uma vez violada, nasce para o titular uma pretensão, que pode ser deduzida perante o Poder Judiciário. Portanto ele tem um bem, esse bem pode ser violado. Violado esse bem jurídico, nasce para ele uma pretensão que pode ser deduzida perante o Poder Judiciário. Todas essas categorias devem ser aplicadas aos direitos constitucionais, vale para o direito de privacidade, vale para o princípio da legalidade, vale, e aí eu dizia do radicalismo, vale para o salário mínimo. Então, se a Constituição diz [que] o salário mínimo é capaz de satisfazer as suas necessidades e as da sua família, se você fizer a conta e não der, você pode exigir judicialmente a diferença. Até esse ponto, eu cheguei. Infelizmente, hoje em dia, precisaria retroceder desta afirmação, mas eu reformularia poucas coisas dessas que eu disse que eram mais radicais. Portanto, eu trago um pouco esta lógica privada para dentro do direito constitucional, e você ter pretensões, você pode judicializá-las; se está na Constituição e a Constituição é para valer, uma vez desrespeitada você vai ao Poder Judiciário. Quando eu escrevi isso a primeira vez, naquele trabalho “Por que não uma Constituição para valer?”, um professor de direito civil, de primeira linha e não reacionário, um homem avançado, me disse... Apresentei o trabalho aqui em Brasília, num congresso em 85, 86, ele me disse: “Barroso, esse negócio de dizer que direito subjetivo se aplica no direito constitucional não vai dar certo, não. Você tem que repensar isso”. Porque era uma visão tradicional que o direito constitucional era, no

máximo, uma convocação para que o legislador atuasse. Aí, quando o legislador produzisse uma lei, aí começava o direito, mas a Constituição em si não era geradora de direito. Quando eu brinquei e disse: “Ajudei a inventar isso”, é porque eu passei obstinadamente a sustentar esse argumento que tinha que ser acoplado com outro, que eu também explorei, que era uma certa sinceridade normativa. Você não pode botar na Constituição coisas que você não pretende cumprir ou coisas que você de antemão sabe que não vão poder ser cumpridas. E nós tínhamos essa tradição. Num dos capítulos do meu livro sobre *Efetividade*, era a insinceridade normativa, em que eu fazia um mapeamento de tudo que se dizia nas constituições brasileiras que não era para valer. A começar pela Constituição de 1824, que falava “todos são iguais perante a lei”, num dispositivo que conviveu com o voto censitário, os privilégios da nobreza e o regime escravocrata, e estava lá, “todos são iguais perante a lei”. E, aí, dando um salto no tempo, eu usava um exemplo que o Celso Antônio usava, na Constituição de 69, que era o artigo que cuidava dos direitos sociais. Não se lia aquele elenco dos direitos sociais na Constituição Brasileira, direitos sociais dos trabalhadores, em pleno regime militar. Aí, a lista dos muitos direitos terminava assim: “E todos os trabalhadores têm direito a colônias de férias e clínicas de repouso”. Então as pessoas colocavam na Constituição, com a maior desfaçatez, coisas que não cogitavam em cumprir. Então eu dizia [que] para termos uma constituição para valer é preciso acabar com a insinceridade normativa de colocar coisas na Constituição que não vão ser cumpridas. Eu dizia: “A classe dominante brasileira expia sua culpa prometendo na Constituição o que não vai cumprir”. Era a frase que eu utilizei. Então, o direito constitucional começa a ser trabalhado próximo do processo. Aí, vem um mandado de injunção, que era um dos instrumentos que permitia a concretização do direito, e, aí, o Supremo dá uma decisão esvaziando o mandado

de injunção. Aí, escrevi um texto duro, criticando esse ponto de vista, e o ponto de vista que eu defendia veio a prevalecer alguns anos, muitos anos depois. Mas foi se criando, aos poucos, uma cultura de que a Constituição é para valer, a Constituição gera direitos. E o Judiciário deve efetivá-los. De modo que o movimento pela judicialização é um movimento que eu integrei desde o primeiro momento e acho que foi um avanço que se produziu no Brasil.

[FF] — *O senhor acha que houve um grupo de juristas que participaram da criação desse avanço?*

[LB] — Houve, houve.

[FF] — *Quem o senhor colocaria como coautor dessa invenção?*

[LB] — Eu queria retirar a palavra invenção porque ela tem uma conotação pretenciosa que eu não gostaria de ter. Eu diria, assim, na linha iniciada por José Afonso da Silva, trilhada por Celso Antônio Bandeira de Mello, eu viria depois, certamente colocaria o Clémerson, do Paraná. Ali, houve uma simbiose que facilitou a minha vida, que eu era advogado, e, portanto...

Atuação como advogado: casos da anencefalia, união homoafetiva, células-tronco embrionárias e nepotismo

[FF] — *Desde a formatura o senhor estava como advogado?*

[LB] — Desde a formatura. A vida me propiciou testar algumas dessas ideias em casos concretos, logo no início. Eu fui advogado de um astrônomo no Rio, Naldo Mourão; foi a primeira vez que eu testei essas ideias numa ação judicial. Ele era astrônomo e era um sujeito muito afamado, e ele tinha acesso às cúpulas do observatório, ele tinha a chave.

[FF] — *O senhor está falando do observatório do Valongo, Largo da Conceição?*

[LB] — Isso. Um dia mudou, essas coisas brasileiras, mudou a administração, mudaram a fechadura, ele não tinha mais chave e ele pediu a chave, aí o sujeito: “Você quer a chave? Então vamos fazer o seguinte: quando você quiser observar, você faz um requerimento com 48 horas antes, a gente defere e te empresta a chave”. Aí, ele me procurou, disse: “Eu não posso pedir com 48 horas de antecedência a chave, eu não sei, depende do dia, depende da minha inspiração, depende do que está acontecendo nos céus, de modo que isso atrapalha o meu trabalho”. Existia na Constituição, acho que isso é pré-88, existia na Constituição uma norma que dizia assim: “O Poder Público incentivará a pesquisa científica”. Uma norma que não valia para nada, ninguém nunca achou que isso pudesse valer de alguma coisa. Aí, eu propus uma ação, mas com mandado de segurança, contra o diretor, dizendo que a exigência dele era um desincentivo, quer dizer, da norma incentivo à pesquisa, talvez eu não pudesse exigir um comportamento positivo, talvez, mas eu podia exigir determinados comportamentos negativos, determinadas abstenções. Uma delas era a de não criar dificuldades para a pesquisa e ele estava criando uma dificuldade para a pesquisa. E foi uma coisa meio... Todo mundo achou estranho. Mas era muito evidente e, aí, fez-se um acordo, o sujeito voltou atrás. Eu até fiquei frustrado porque eu queria uma sentença, mas houve um acordo e, aí, restituíram a possibilidade dele. Uma das questões na vida que ganhei a causa, mas perdi o teste da tese que eu queria ter, mas essa foi uma vez em que se questionou isso e, aí, eu comecei a testar como advogado essas questões, e, ao longo do tempo...

[FF] — *Mais vitórias ou mais derrotas no teste dessas questões?*

[LB] — Eu acho que mais vitórias. Nenhuma vida é feita só de vitórias, portanto já perdi muitas, mas acho que mais vitórias. Sobretudo porque o Supremo, a partir de um certo momento, foi se abrindo, entraram o Pertence e Celso de Mello; o Supre-

mo passou a ser um pouco diferente. Algumas das teses que eu defendi, aí já perante o Supremo e com mais visibilidade social, que dependendo da questão ajuda, eu propus, aí já estamos em 2004, eu propus a ação da anencefalia, que era para o Supremo reconhecer o direito de uma mulher interromper a gestação se o feto apresentasse uma deformidade que conduzisse à inviabilidade. Quando eu entrei, a gente entrou pedindo... Até usei todas as teses, mas a perspectiva era... Não era um prognóstico “vai ganhar”, que era uma tese... A tese principal, que o princípio da dignidade da pessoa humana paralisa a norma do Código Penal, que criminaliza o aborto nesse caso, que viola a dignidade da mulher obrigá-la a manter uma gestação de um filho que ela não vai ter. Depois, quando foi finalmente julgado, eu tentei esticar a corda e sustentei a tese de que viola a dignidade da mulher obrigá-la a manter uma gestação que ela não queira ter, ponto; mas não passou. Que era a tese da liberdade reprodutiva da mulher. Eu continuo achando isso. Depois, veio uma pior ainda, mais difícil, impensável, que era das uniões homoafetivas, equiparar para as uniões homoafetivas as uniões estáveis convencionais. Essa ação eu fiz, na verdade eu fiz um estudo, a pedido do Daniel Sarmiento, que é procurador da República e professor da Uerj, queria levá-lo para o Antônio Fernando, à época procurador-geral da República, no desejo de que o Antônio Fernando, usando o peso institucional da Procuradoria-Geral da República, propusesse a ação; o Antônio Fernando, pela valoração que fez, achou que não era o caso e não propôs. Então ficou a ideia no ar, mas sem um pai, digamos assim. Aí, o Carlos Tufvesson, que é um estilista do Rio, conhecido, foi ser subsecretário do Sérgio Cabral, no governo Sérgio Cabral, contou da existência da ideia, o Sérgio Cabral falou com a procuradora-geral do Estado, que era Lúcia Léa, que falou comigo e perguntou se eu faria a ação para o governador propô-la.

[FF] — *Sua resposta?*

[LB] — Certamente, fiz a ação. Fiz a ação em nome do governador, e, aí, propusemos a ação. Para surpresa, a [da] anencefalia passou com votos vencidos, mas [a das] uniões homoafetivas passou com unanimidade. Até brinco aqui dentro que eu, como advogado, reparei que, pela linguagem corporal, uns três votos estavam desconfortáveis ali, votando com a maioria, mas houve unanimidade. Depois houve outra questão, me procurou um grupo de pessoas que defendiam os direitos dos deficientes, foi a questão das células-tronco embrionárias, que, curiosamente, era a mais fácil porque tinha uma lei do Congresso autorizando as pesquisas. Portanto, o Supremo tinha que ser proativo para derrubar a lei. Mas ia derrubar, foi seis a cinco. A gente ganhou por seis a cinco. O que envolve essa questão de direito à vida, saber se o feto congelado deve ser equiparado à vida. E, depois, ainda teve outro que era uma tese bacana, mas ousada também, que foi pelo fim do nepotismo no Poder Judiciário. Essa ação quem me procurou foi a Associação dos Magistrados Brasileiros na época em que o Rodrigo Collaço era o presidente. O CNJ aprovou uma resolução proibindo o nepotismo no Judiciário. Ou seja, nenhum juiz ou desembargador podia nomear para cargo de comissão ou função gratificada parente até o terceiro grau, e os estados ignoraram a proibição. Carlos Ayres, numa passagem feliz do voto dele, dizia: “As pessoas no Brasil achavam que tomavam posse não nos cargos, mas dos cargos”, e, aí, o sujeito nomeava a parentada toda. Aí, a AMB, para minha boa surpresa, entrou do lado não fisiológico, entrou do lado institucional “queremos acabar com o fisiologismo, com o nepotismo”. Aí, o que os tribunais diziam, não sem um certo fundamento no conhecimento convencional, não deixa de ser uma restrição de direito, restrição de direito depende de lei, o CNJ não é órgão legislativo, então o CNJ não pode proibir. Que virou uma lei federal ou lei estadual para proibir o nepotismo. E, aí, descumpriram

generalizadamente a regra, então eu propus uma ação declaratória de constitucionalidade da resolução do CNJ, com a tese bem pós-positivista, de que o princípio da impessoalidade, que está na Constituição, e o princípio da moralidade, o seu núcleo essencial opera ele como uma regra, e é possível extrair do princípio da moralidade a regra de que você não pode nomear parentes para o setor público, a menos que ele tenha feito um concurso, e o mesmo para a impessoalidade. E o Supremo acolheu a tese, hoje em dia relativamente óbvia da normatividade dos princípios, mas, como os princípios são vagos, a ideia de que de um princípio você pode extrair uma regra concreta independentemente de lei. E, portanto, a tese que o Supremo afirmou, num acórdão muito bonito do Carlos Ayres, é a de que a Constituição já vedava o nepotismo, a resolução apenas está explicitando algo que já decorria naturalmente da Constituição. Também foi uma construção menos óbvia, ou seja, pegou um tal ponto, que eu cheguei a escrever um artigo há uns anos atrás sobre a questão do direito da saúde e das ações judiciais para obter tratamentos, remédios, o título do artigo era “Da falta de efetividade à judicialização excessiva” [risos]. A questão no direito à saúde. Portanto, eu participei um pouco na teoria e depois a vida me deu a sorte, a bênção, de poder testar essas coisas na prática. E preciso dizer que não era óbvio. As uniões homoafetivas, gente conhecida que faz um discurso progressista dizia [que] “não é possível o Judiciário fazer esse tipo de equiparação”. Mesmo no nepotismo, gente igualmente conhecida e progressista disse [que] “no Judiciário não pode fazer isso”. Eu mesmo cheguei a participar de debates e dizer: “O que vocês estão defendendo? Que existe um direito fundamental nomear parente, é isso?”. Mas é até bom conversar com vocês que eu estou me lembrando, reconstituindo essas coisas.

Atuação como advogado: caso Cesare Battisti

[FF] — *Ministro, estamos quase acabando, só acrescentar a esses casos que o senhor já mencionou, que são casos célebres, recentes, que o senhor atuou perante o Supremo Tribunal, poderia acrescentar qual a sua memória sobre o caso Cesare Battisti?*

[LB] — Podia. Eu adoro esse caso. Os outros casos eram difíceis, esses que eu narrei eram casos difíceis, que envolvia ou lacunas normativas, como no caso de uniões homoafetivas, ou a interpretação de princípios ou direitos fundamentais vagos, como a dignidade da pessoa humana ou direito à vida. O caso do Cesare Battisti era um caso fácil. Ele foi difícil politicamente, mas juridicamente era um caso fácil. Era um ex-militante da extrema esquerda italiana que se escondeu no Brasil, e a Itália... Estou tornando uma longa história curta... Quando a Itália o localizou, pediu a extradição e foi instaurado um processo de extradição no STF, no qual iria se discutir se a atuação dele na militância política dele lá na Itália caracterizava ou não crime político. Essa ia ser a discussão. O Supremo tinha três precedentes de militantes das Brigadas Vermelhas em relação às quais o Supremo não concedeu extradição, considerando que era um pedido por crime político, a Constituição brasileira veda a extradição por crime político. Então essa ia ser a discussão no caso do Cesare Battisti. Só que, num determinado momento, eu não era advogado dele, ele pede refúgio ao Brasil, e, aí, tinha lá os fundamentos dele, foi explorado que o julgamento dele não tinha observado o devido processo legal, que ele era um perseguido político muitos anos depois, por uma estratégia do Silvio Berlusconi, e, aí, ele pede refúgio. O Conare nega por três votos a dois, mas o ministro da Justiça, Tarso Genro, dá o refúgio. No normal da vida, teria acabado o processo, porque a lei diz, no Estatuto dos Estrangeiros, com todas as letras, [que] uma vez concedido refúgio ou asilo político extin-

gue-se o processo de extradição. Aí, começou a dificuldade. A Itália se embandeirou, o senhor Berlusconi mobilizou a Itália em torno disso, o embaixador italiano veio, visitou todos os ministros, uma questão que era juridicamente simples virou uma situação muito complexa. E, aí, o Supremo, por seis votos a cinco, eram cinco a quatro, um voto só, mas acho que porque o tribunal não estava completo invalidou o ato de concessão de refúgio, que é uma decisão bastante incomum, porque é um ato tipicamente político, portanto tipicamente uma matéria que o Supremo nem apreciaria. Invalidado o refúgio, decretou a extradição, porque sem o refúgio era possível decretar a extradição. Eu vi que ia perder o refúgio, já desde antes estava brigando por uma outra tese, que era a minha única chance como advogado do Cesare como parte, que era dizer, porque este era o entendimento convencional, que a decisão de extradição ela é autorizativa, o Supremo autoriza o presidente da República a extraditar alguém. A decisão do Supremo não é determinativa, a extradição é um ato político, é uma decisão política do chefe do Poder Executivo. Nessa tese, eu consegui ganhar, também, por um voto. Portanto, o Supremo invalidou a extradição, mas ratificou a jurisprudência de que a decisão final é do presidente da República. Aí, o presidente Lula decidiu não entregá-lo, e, aí, a Itália ousadamente, uma atitude atípica, questionou *de novo* o ato do presidente da República de não entrega. O relator, que era o ministro Cezar Peluso, achava isso também, portanto houve uma *nova* demanda, em que, aí, o Supremo, já por um quórum maior, manteve a decisão do presidente da República. Esta é uma vitória, em que, na verdade, eu recebi um crédito que não merecia por ter conseguido construir a tese de que era uma decisão política do presidente da República; não, sempre se entendeu isso. Na verdade, a gente quase perdeu essa tese; a gente quase perdeu o que sempre foi pelo volume do impacto político. Não estou entrando aqui no mérito da discussão em si, mas formou-se uma corrente de pensamento muito forte na

sociedade, na imprensa, em geral, contrária à decisão política de não extraditar o Cesare Battisti. Por que o Brasil vai brigar com a Itália por causa de uma pessoa que nem era relevante no movimento de esquerda lá? Mas era a vida dele, era o direito fundamental dele, e eu defendi com muito empenho e gosto a causa, e acho mesmo que você punir, independentemente do fato subjetivo, Cesare, sempre me disse, agora nesses dias disse num programa de televisão do Mario Cesar Conti, que jamais matou alguém, que foi julgado num segundo julgamento, sem advogado, a história é essa mesmo. De qualquer forma, mais de 30 anos depois, num país que deu anistia, você punir um velho militante de esquerda era uma vingança histórica que eu achava inaceitável mesmo. Então eu defendi com muito conforto e fiquei feliz. Mas eu não colocaria o caso do Cesare Battisti neste pacote dos casos difíceis. Porque os outros são de judicialização do bem, esse aqui foi... Não vou dizer judicialização do mal, não quero depreciar quem pense diferentemente, mas aqui o Supremo estava saindo da sua postura tradicional, não para proteger, mas para mandar um sujeito para a morte, que era o destino do Cesare num cárcere italiano. Chegou um abaixo-assinado pedindo a extradição, da Associação dos Agentes Penitenciários, da Itália. O que a Associação dos Agentes Penitenciários querem? Todo mundo está querendo se livrar de preso, então... As chances dele na Itália eram mínimas no momento em que pisasse o pé lá. O Lula salvou a vida desse homem.

[FF] — *Ministro, quero aproveitar nossos últimos 60 segundos, uma última pergunta, relativa a todos esses casos. Essa advocacia que, sem dúvida, lhe deu tanto prazer e deve ter sido muito instigante ter atuado nesses casos, à exceção dos casos que o senhor atuou como procurador do Estado, o senhor atuou pro bono ou o senhor cobrava honorários?*

[LB] — Nesses casos todos, *pro bono*. No Cesare, eu trabalhei *pro bono*. Algumas pessoas que trabalharam na equipe ganha-

ram modestamente, mas não no meu caso. Evidentemente, esses foram os casos de grande visibilidade; eu trabalhei muitos casos que não tiveram visibilidade, eu trabalhei casos que não eram *pro bono*, evidentemente, graças a Deus. Mas, assim, quando eu vim para o Supremo, naquela fase da vida em que eu estava, eu já gostava mais dessas questões do que as questões normais, dar parecer e... Fiz casos, casos no Rio Grande do Norte, casos no Paraná, casos em que eu recebia honorários para fazer e fazia o melhor possível. Porém, o meu prazer era mais um prazer intelectual e filosófico. Todo mundo gosta de ganhar dinheiro honesto, eu não sou uma exceção, mas não era, graças a Deus, a vida me proporcionou isso, a minha principal motivação nos últimos anos da minha advocacia. Ok?

[FF] — *Ministro, muitíssimo obrigado. Terminamos por hoje, mas fica...*

[LB] — A gente continua. Desculpe, eu... Mas eu acho que é um depoimento, sei lá.

[FF] — *Ministro, ao contrário, nós agradecemos, não peça desculpas, nós agradecemos imensamente o senhor disponibilizar esse tempo todo da sua agenda. Em breve, veremos um futuro dia que o senhor possa receber nossa visita. Muitíssimo obrigado.*

FINAL DA ENTREVISTA

5

Segunda entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso

PROJETO > **História Oral do Supremo (1988-2013)**

ENTREVISTADO > **Luís Roberto Barroso**

LOCAL > **Brasília**

ENTREVISTADORES > **Fernando Fontainha e Carlos Victor Santos**

TRANSCRIÇÃO > **Liris Ramos de Souza**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **2 de junho de 2014**

CONFERÊNCIA DE FIDELIDADE > **falta o nome**

DATA DA CONFERÊNCIA > **falta a data**

DATA DA ENTREVISTA > **13 de maio de 2014**

Experiência no LL.M., Yale – EUA, assessoria para o governador Brizola, do Estado do Rio de Janeiro, e retorno à Procuradoria do Estado do RJ

[FF] — *Treze de maio de 2014, esse é mais um ato de pesquisa do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988–2013)”. Nós estamos no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, em Brasília, presentes eu mesmo, Fernando Fontainha, professor da FGV DIREITO Rio; Carlos Victor Nascimento dos Santos, assistente de pesquisa da FGV DIREITO Rio; Yasmin Mendonça, bolsista de Iniciação Científica do CPDOC; e, claro, nosso entrevistado, ministro Luís Roberto Barroso. Ministro, nós estamos aqui começando, então, a segunda sessão da sua entrevista. Nós agradecemos, em nome da Fundação Getúlio Vargas, a imensa disponibilidade que o senhor está acordando a nós, a fundação e a esse projeto. Então fica registrado nossos mais sinceros agradecimentos ao senhor e a toda sua equipe. Ministro, eu gostaria de começar a entrevista de hoje perguntando qual a memória que o senhor tem da sua experiência no LL.M., curso Masters of Laws, que o senhor fez na universidade de Yale?*

[LB] — Olha, talvez tenha sido a coisa mais importante que eu tenha feito na minha formação pessoal, em termos de abrir horizontes, mudar minha perspectiva de muitas coisas, ver o Brasil de fora. Portanto, o pós-Yale é um registro venturoso na minha vida. O durante foi de lascar. Porque era uma época, Fernando, mais difícil. Eu fui para Yale em 1988, portanto eu já tinha lá vinte e tantos anos, quase 30 anos, eu fui um pouco mais tarde. Eu comecei a minha cadeira acadêmica na Uerj, fiz meu concurso para procurador do Estado e depois que eu fui para Yale. Era uma época pré-internet, e o Brasil ainda tinha uma lei de informática extremamente obscurantista, digamos assim. Então, tinha computadores pessoais no Brasil, a internet ainda

não era uma realidade. Então, ir fazer um LL.M. fora, naquela época, era um pouco desbravar um mundo novo, era uma coisa incomum. Depois se tornou uma coisa comum, quase rotineira. Eu diria hoje, num certo patamar da elite intelectual brasileira, mas na época era incomum, e, portanto, você mandava tudo pelo correio, e, aí, recebia as respostas pelo correio; com o tempo que o correio levava. Então para alugar um apartamento para morar, por exemplo, você mandava uma carta, esperava a carta responder, “mas escuta, como é o apartamento?”. O sujeito mandava um croqui, era uma época mais difícil na comunicação; mas, sobretudo, nós não tínhamos o mesmo acesso à informação que se tem hoje. Quer dizer, os meus alunos, hoje, e as principais faculdades conhecem um pouco do sistema americano, conhecem as principais decisões americanas, a internet é toda falada em inglês, quer dizer que, nesse período, em 30 anos, as coisas mudaram muito. Mas, naquela época, você chegava assim, era um mundo novo. E, aí, eu tinha sido admitido em Harvard e Yale, e tinha que fazer uma escolha trágica no bom sentido. Eu consegui conversar com alguém que tinha ido para Harvard, com alguém que tinha ido para Yale, para formar uma opinião. Yale era e continua a ser a faculdade número um no ranking americano de faculdades de Direito, ao contrário do que talvez as pessoas imaginem. O programa de Yale era bem pequeno, 25 pessoas; o de Harvard era um programa grande com 140 pessoas. Eu pesei as múltiplas considerações e fiz a escolha por Yale, da qual nunca me arrependi. O sujeito que vai para Yale... O LL.M., muitos talvez não saibam, você faz as matérias junto com os estudantes normais, quer dizer, não é como no Brasil, que você tem o curso de mestrado separado da graduação. O LL.M. é predominantemente para estrangeiros e você faz as disciplinas que são oferecidas, que são as mesmas disciplinas dos [ge] que são os estudantes de graduação. O sujeito que entra para Yale, ele foi o primeiro aluno da turma dele desde o pré-primário, então o nível intelectual é muito alto, é

muito sofisticado, então é tudo muito difícil. Eu me lembro que eu estudava de manhã, de tarde, de noite, sábado e domingo. Portanto, eu não tenho o registro em Yale como um período divertido, agradável, *fun* da minha vida; era um período intenso e relativamente tenso. Porém, muito proveitoso. Conheci pessoas adoráveis, professores admiráveis. Um registro que eu aprendi lá, não sei se já tinha feito anteriormente, eu cheguei lá perto dos 30 anos e eu via professores com 50 e muitos, 60 e tal e até mais, gente famosa, gente de primeira linha que continuava estudando, que continuava escrevendo, produzindo, se informando. Isso me impressionou muito. Tanto que, provavelmente eu já falei isso antes, um dos bons exemplos que eu tive em Yale é a gente não para, a gente não deita nos louros. Eu estudei em Yale, direito constitucional que era a minha área de interesse acadêmico, um pouco de direito internacional, porque eu tinha sido professor de direito internacional no começo da minha vida, e nós estávamos em 88, depois em 89, o maior problema do Brasil naquela época era a dívida externa. O Brasil tinha uma dívida externa de US\$100 bilhões, era uma dívida impagável, que se formara por juros que haviam aumentado, o dinheiro tomado a juros baratos, os juros eram variáveis, o Brasil tinha um grande problema, o grande impasse brasileiro, naquele momento, era a dívida externa. E, aí, eu resolvi estudar esse assunto. Eu achava... Naquela época, já procurador do Estado, eu tinha sido assessor, no governo do Rio, do Seabra Fagundes, que era secretário de Justiça do Brizola, no primeiro governo Brizola. E o Brizola era candidato a presidente da República em 89, ele tinha uma chance real de ganhar, eu imaginava que fosse continuar no setor público e eu disse: “Eu vou estudar a dívida externa, é disso que o Brasil está precisando, eu vou voltar e ajudar a equacionar esse problema”. Então eu passei um semestre estudando, fiz *International Bank*, que era uma disciplina em que se estudava isso, fiz *International Business Transactions*, que me ajudariam um pouco a entender

o sistema. Então gastei muita energia para entender a lógica da dívida externa e poder participar eventualmente da sua re-discussão. Enfim, na vida, a gente não perde nada, mas esse foi um tempo mal investido porque o Brizola não ganhou a eleição, nem tampouco o Lula; ganhou o Collor, que, aí, já era uma visão diferente, uma turma diferente, digamos assim, e eu não fui para o setor público quando eu voltei de Yale. Voltei para a Procuradoria, os procuradores do estado no Rio podem advogar, e eu comecei a advogar um pouquinho. Então eu tinha uma vida acadêmica intensa, era procurador do estado e tinha uma pequena advocacia. De modo que o meu registro de Yale foi um ano extremamente difícil, mas que me deu um capital intelectual e existencial do qual eu saco até hoje, é uma coisa extremamente valiosa. Não sei se você quer pular para Harvard, quando eu já fui agora dois anos atrás, ou se você quer que eu faça a sequência. Eu voltei de Yale, aí voltei para a Procuradoria do Estado, e comecei a advogar, pouco, na verdade. Eu entrei, tinha uma sala num escritório relativamente grande, dividia despesas e fui fazendo a minha vida...

Atuação como advogado no Andrade & Fichtner e a criação de seu próprio escritório

[FF] — *O escritório de um colega, ministro?*

[LB] — Era de um colega.

[FF] — *O senhor se lembra quem era?*

[LB] — Um escritório, chama-se Andrade & Fichtner, que acho que hoje em dia é um escritório, na época não era tão grande, mas era... Então era o Mauro Fichtner, Joel Andrade, que eram excelentes advogados, os filhos eram meus amigos, então eu entrei para sócio, portanto eu tinha um terço das despesas do escritório, podia usar a estrutura do escritório e era como funcionava: cada um tinha a sua própria advocacia, dividia as despesas. E, aí, eu

comecei lá, e as coisas começaram a crescer, a ponto de que, depois de três, quatro anos, eu precisei sair e montar o meu próprio escritório. Embora eu tivesse uma advocacia de algum grau de visibilidade e bem-sucedida e, graças a Deus, eu nunca tive uma advocacia muito grande, porque eu era um sujeito muito dedicado à minha vida acadêmica. Eu tinha uma relação bacana com a Procuradoria do Estado, em que todos os procuradores... Tirando um período que eu fui chefe do Centro dos Estudos Jurídicos, que aí eu ficava lá fisicamente, foi um período ótimo também, final da década de 90, mas os procuradores... Eu trabalhava na área de pareceres e trabalha em questões do Supremo. Portanto eu trabalhava para a Procuradoria com alguma intensidade e com qualidade, mas trabalhava no avião, trabalhava na minha casa, trabalhava no meu escritório. A Procuradoria do Rio tem essa flexibilidade e, no geral, dá certo, porque as pessoas, no geral, não abusam e, portanto, conseguem conciliar as duas coisas. Eu consegui; eu era um procurador dedicado. Acho que se você perguntar a alguém eles confirmarão isso. E tinha uma advocacia. Mas a minha vocação verdadeira sempre foi a vida acadêmica: eu estudava todos os dias, escrevia e publicava regularmente. Eu dava uma palestra por semana em algum lugar do Brasil e, de certa forma, ainda faço até hoje. O primeiro semestre aqui no Supremo eu não fiz, mas, agora, eu já consegui um pouco reintroduzir isso na minha vida. Falei num congresso em Curitiba há duas semanas atrás, falei num congresso em Salvador na semana passada e vou falar num congresso em Natal nessa próxima sexta-feira. Vou ao Rio, dou aula e depois vou para Natal. Me cansa um pouco, mas eu adoro essa troca de energia; a energia que eu gasto aqui no Supremo eu recupero nessa relação com as pessoas que estão se formando no Direito. Enfim, minha advocacia entrou numa altitude, velocidade de cruzeiro, eu tinha uma equipe maravilhosa, o fato de eu ser professor me dava o privilégio de escolher os melhores alunos para trabalharem comigo e, portanto...

Alunos que marcaram a sua trajetória, processo de montagem do escritório e viagens acadêmicas nas férias

[FF] — *Quais mais que marcaram o senhor?*

[LB] — Eu tive alunos excepcionais. O Gustavo Binenbojm, foi meu braço direito, foi meu aluno de graduação, depois foi meu monitor, depois foi meu estagiário, depois veio trabalhar comigo e cresceu no escritório. Foi meu braço direito algum tempo, hoje é um advogado e professor de sucesso. Depois, veio a Ana Paula de Barcellos, mais ou menos a mesma coisa, também foi minha monitora, depois foi minha estagiária, depois foi minha orientanda de mestrado e doutorado, tal como o Binenbojm. As mulheres têm uma vantagem. Os homens, depois que aprendem tudo e fazem um certo sucesso, querem montar a sua própria quitanda, o que é compreensível, então o Gustavo, em algum momento, saiu, foi viver a vida dele, e a Ana assumiu esse lugar, que era quem gerenciava o escritório, foi um braço direito toda vida, é uma menina brilhante. Depois, quando eu mudei para Brasília, veio comigo um outro jovem brilhante, que é o Eduardo Mendonça, que também foi meu aluno, a mesma trajetória: aluno, monitor, estagiário, depois fui orientador de mestrado e doutorado, ele defende no mês que vem, e, hoje em dia, é chefe da minha assessoria aqui. Enfim, eu falei os principais, mas tinha uma equipe maravilhosa, a Karen Khalili Danneman, agora por casamento, Viviane, Thiago Magalhães Pires, que também faz doutorado comigo, é meu assessor aqui. Então, montei um escritório que tinha um perfil essencialmente acadêmico, mas a gente sabia advogar também [risos]. Mas não em grande escala; a gente fazia coisas interessantes e importantes. Depois o escritório aumentou um pouco, aí passou a ter um setor que funcionava até independentemente de mim, quem tocava era até meu sobrinho, Rafael Fontelles, que, aí, era uma área de

contencioso, mais pesado e mais volumoso, que eu não fazia. Eu, basicamente, dava pareceres e fazia algumas questões no Supremo e no STJ. E sempre consegui conciliar com a minha vida acadêmica. Eu tinha uma coisa muito disciplinada. Todos os meses de julho, eu ia com a minha família, portanto minha mulher e meus filhos, eu alugava um apartamento ou uma casa, em algum lugar do mundo, que tivesse uma universidade e uma biblioteca, e passava julho trancado lá. Geralmente, estudando alguma coisa nova ou pesquisando ou escrevendo alguma coisa. Então fiz isso pelo mundo afora.

[FF] — *Alguns desses lugares?*

[LB] — A gente misturava um pouco, então, de vida acadêmica. Eu fazia um regime assim: das nove às cinco, eu escrevia, trabalhava; cinco horas, geralmente, a minha mulher me pegava onde eu estivesse e a gente ia passear, ia fazer turismo, depois jantava. Nós fomos a Paris...

[FF] — *Qual universidade?*

[LB] — Sorbonne, Paris I. Eu basicamente ficava na biblioteca, nem era uma coisa formal, mas geralmente algum professor amigo, eu pedia um passe, ficava na biblioteca, eu nem formalizava uma condição de visitante. Em alguns lugares, até formalizei, mas Paris, por exemplo, uma professora me dava um passe, eu usava a biblioteca. Paris; Universidade de Miami, alugamos uma casa em Key Biscayne, foi maravilhoso aquele mês; Haia, eu fiz um curso na Academia Internacional e fiquei lá, foi muito interessante. A minha mulher é de origem holandesa, então tem família lá e tal, mas Haia não chega a ser um lugar emocionante, chove muito.

Processo de sondagem e nomeação ao STF

[FF] — *Vocês se conheceram na faculdade?*

[LB] — Não, depois eu te falo sobre isso. Haia, São Francisco, Washington, fiquei em Georgetown, embora eu estivesse em Georgetown, eu conheci um professor na George Washington que era mais fácil e a biblioteca era boa, até porque eu basicamente precisava entrar no banco de dados. Tinha um professor que me emprestava a sala dele na biblioteca, Bob Cottrow, depois eu fui para Kennedy School, em Cambridge, que é a escola de Política Pública de Harvard. Em 2011, eu fiz um sabático e fui como *visiting scholar* para Harvard; aí, me submeti... Eu não queria, não; queria ir informalmente, mas meus filhos, sobretudo meu filho que veio comigo, não poderia se matricular em escola, você tem que ter um visto especial, e, para ter o visto especial, eu tinha que formalizar, então eu fui como *visiting scholar*, o Mangabeira...

[FF] — Ficou quanto tempo lá?

[LB] — Fiquei sete meses. Teria ficado um ano se pudesse, mas as minhas circunstâncias não facilitavam isso. E, aí, eu escrevi, por acaso esse trabalho que está aqui, sobre “Dignidade da pessoa humana”; esse foi o primeiro trabalho de fôlego que eu escrevi e publiquei em inglês. Eu tinha duas *research assistants*. Eu escrevia direto em inglês e elas editavam o texto ligeiramente para mim, mas melhoraram o texto e, aí, eu publiquei lá nos Estados Unidos. Ia publicar como livro porque era um trabalho relativamente grande, mas depois descobri, curiosamente, que você publicar um artigo numa revista de qualidade é mais prestigioso do que você publicar um livro. A explicação é comprida e, aí, eu publiquei meu trabalho sobre a “Dignidade da pessoa humana” lá, como artigo, e depois eu traduzi e publiquei aqui. Na verdade, quem traduziu foi um aluno meu de mestrado, Humberto Laport, fez uma tradução ótima e, aí, eu publiquei aqui como livro, sobre o princípio da dignidade no direito contemporâneo. Até um livro que vende bem, já deve estar em quarta ou quinta reimpressão, é um livro fininho. E portanto

assim, era talvez até conhecido como advogado, mas a minha principal atividade, e à qual eu dediquei mais tempo na minha vida, sempre foi a de professor. E eu, nesse momento, deveria estar na Alemanha porque eu tinha aceito um convite de um Instituto de Estudos Avançados de Berlim, que é um centro, uma espécie de *think tank* maravilhoso, que eles contratam 30 professores seniores do mundo inteiro, em áreas diferentes, eu era o único do Direito, e reúnem nessa academia. É um contrato, você vai como *fellow*, tem um contrato, eles te pagam, eles te dão uma casa num bairro muito simpático lá de Berlim, chamado *Grünwald*, e a língua franca do instituto é inglês, não é alemão, e eu tinha um compromisso de escrever um trabalho. O compromisso era: você tem que escrever um trabalho, participar de uma reunião semanal com todos os outros e fazer uma apresentação mensal. Então estava vivendo no Éden; ia com minha mulher passar uma temporada lá, meu filho ia estudar numa escola na Suíça, ele até foi, eu que não pude mais ir, e ia escrever um trabalho pelo qual eu estava apaixonado, chamava-se *On law in life*, que era sobre o direito e a vida, não era um trabalho técnico, era um livro que eu um pouco queria discutir teoria da justiça, um pouco de filosofia moral; eu brincava que era uma mistura da teoria da justiça com filosofia moral e autoajuda; era a minha ideia do livro. Um pouco sobre teoria da justiça, vida boa, que é um projeto que eu espero ainda, em algum lugar do futuro, colocar em prática. Nós íamos em setembro de 2013, portanto eu, na Semana Santa de 2013, eu fui com minha mulher para Berlim, nós escolhemos onde íamos morar, assinei o contrato com o instituto e, aí, um mês depois, final de maio, a presidenta me convidou para vir para o Supremo. Um dia, no final de maio, eu estava no Rio... O prof. Paulo Bonavides, que é o decano do direito constitucional, um sujeito admirável, extraordinário, ele ao lado do prof. José Afonso da Silva foram os homens que mantiveram a chama acesa do direito constitucional brasileiro quando tudo parecia perdido;

eu tenho grande carinho e admiração por ele, e ele ia receber o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela antiga Faculdade Nacional de Direito, onde meus pais se formaram. E ele, para honra minha, me perguntou se eu podia ser... E convidou dois professores, convidou um professor argentino e a mim para sermos os oradores na premiação dele. Então eu já tinha aceitado, então fui para o Rio, era uma quarta-feira, final de maio, para essa homenagem ao prof. Paulo Bonavides. Quando eu estou entrando, na verdade estava no meu carro ainda, chegando na UFRJ, me ligou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e perguntou: “Professor, a presidenta gostaria de conhecê-lo. O senhor poderia ir comigo lá hoje à noite?”. Eu disse: “José Eduardo, acabei de chegar no Rio, não tem como eu voltar, ainda tenho um compromisso com o prof. Paulo Bonavides”. “E amanhã?” “Amanhã eu vou para Natal, abrir um congresso.” Por acaso esse que eu vou de novo agora, na sexta-feira; é um congresso grande que tem em Natal. Aí, ele disse: “Mas o senhor teria como cancelar, porque eu vou tentar outra vaga na agenda da presidenta”. Eu disse: “Está bem. Imagine, certamente”. E, aí, acho que deve ter sido a primeira vez em muitos anos que eu faltei a um compromisso que eu tivesse assumido. Pior que eu não podia nem contar a razão.

[FF] — *Já estava claro para o senhor?*

[LB] — Ah, bom... Eu não sabia, enfim, do que se tratava, mas imaginei que a presidenta não queria conversar comigo sobre políticas públicas ou reforma política.

[FF] — *Seu sentimento no momento que o senhor recebeu esse telefonema?*

[LB] — Não saberia te descrever. Era para mim... Aconteceu uma coisa curiosa na minha vida. Desde 2003, o meu nome aparecia nessas especulações do Supremo e eu nunca achei que tivesse uma chance real, embora eu tivesse um bom nome

acadêmico, talvez, sendo modesto, mas eu não era uma pessoa que tivesse nenhum nível relevante de articulação política. Mas meu nome aparecia aqui e ali, mas eu nunca era escolhido. Geralmente, quem ia dizia que estava disputando comigo, porque eu não tinha chance de ir. Teve um ano, esse foi um episódio muito curioso, acho que eu posso contar, na vaga em que foi do ministro Dias Toffoli, me telefonou o Pedro Abramovay, não sei se ainda é professor da FGV, mas estive lá com vocês, agora sei que ele está numa instituição internacional, que era o secretário de Assuntos Legislativos, era uma figura ótima e eu o tinha conhecido porque ele fazia umas seleções de projetos que a SAL, a secretaria, financiava e ele me pedia, participei das bancas algumas vezes e gostava dele. Fiz até o prefácio do livro dele, é um menino de qualidade. Aí, um dia, ele me ligou e disse: “Professor, eu gostaria de saber se o presidente convidá-lo para ser ministro do Supremo, se o senhor aceitaria”. Eu disse: “Olha, se o presidente me convidar, e o Senado aprovar, eu naturalmente vou com muito prazer, com muita honra. Mas donde vem isso?”. Aí, ele me contou uma história muito divertida. Ele falou assim: “Bom, é que existem alguns nomes: o ministro Dias Toffoli, que é advogado-geral da União, tem uma relação direta com o presidente, é o principal candidato; o presidente Sarney apoia o ministro Cesar Asfor Rocha; o ministro Nelson Jobim apoia o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Teori Zavascki; e o ministro Tarso Genro apoia um advogado trabalhista aqui de Brasília, que é o Roberto Caldas, hoje juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos; e o quinto nome é o do senhor”, ele me falou. Eu perguntei a ele: “E quem me apoia?”. Ele falou: “Ninguém, mas também ninguém tem oposição ao seu nome, de modo que, se houver um impasse, pode ser a alternativa”. E assim ficou. Foi o ministro Toffoli e a vida seguiu, depois nunca mais ninguém me procurou com este assunto. Lá atrás, em 2003, o Marcio Thomaz Bastos havia me

entrevistado também. Eu não o conhecia e ele me disse: “Estou preparando uma lista de nomes para o presidente Lula. O seu nome me foi recomendado, então eu quero conhecê-lo”. Então, tive uma conversa com ele, mas em nenhum desses momentos eu achei que eu fosse um nome verdadeiramente com condições de ir, pelas circunstâncias políticas. Bom, aí, quando José Eduardo me telefonou, eu então disse: “Não posso ir hoje, mas vou para Brasília quando a presidenta me chamar. Eu estarei à disposição”. Isso era uma quarta-feira, eu voltei para Brasília na quinta. Quinta, no final do dia, ele me ligou e disse: “Amanhã de manhã, a presidenta vai recebê-lo”. Aí, eu fui lá. Fui até o Ministério da Justiça, depois fui com ele até o gabinete da presidenta, que eu não conhecia. O Zé Eduardo eu conhecia, até porque ele também tem vida acadêmica, ele é um professor, jurista de qualidade também. Então eu tinha uma relação cordial com ele, digamos assim. E, aí, eu fui até lá conversar com a presidenta. E, aí, eu acho que não é uma inconfidência, tudo é republicano, não teve nada que eu não possa contar. E a presidenta me fez perguntas sobre separação de poderes, federação, *royalties*, que eu era advogado no Rio na briga dos *royalties*, ela disse, quer dizer que eu não posso mudar os *royalties*, ela ainda brincou, e eu dei a minha opinião sobre as questões em geral, ela não fez nenhuma pergunta... Nem sobre Mensalão, nada que eu pudesse considerar inconveniente. Uma mulher inteligente, me pareceu, preocupada em conhecer alguém que ela cogitava nomear para um cargo público. Então, estávamos eu, a presidenta e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

[FF] — *Não foi no Palácio do Planalto?*

[LB] — No Palácio do Planalto, é, gabinete da presidenta. E, aí, a conversa foi, eu imaginei que fosse conversar dez minutos, 15 minutos com ela... Enfim. Mas deu meia hora, 45 minutos, eu disse: “Acho que está indo bem”. Aí, a presidenta me sabatinou, digamos assim, num bom sentido, por uma hora. Quando

acabou essa reunião, ela me levou até a porta e me disse: “Vou nomeá-lo semana que vem”. Eu disse: “Está bom”. Não contei nem para a minha mulher. Ainda perguntei: “Presidenta, se alguém perguntar se eu estive aqui”, porque divulgou-se que uma pessoa que ela tinha entrevistado anteriormente vazou a notícia, de que isso teria afetado esse candidato, até um eminente professor de São Paulo. Não sei se a história é exatamente essa, mas o que a imprensa divulgava era isso; então perguntei para ela: “Se a imprensa me perguntar...”, eu ainda brinquei: “Eu sou kantiano, eu não gosto de mentir, se a imprensa perguntar se eu estive aqui, o que a senhora gostaria que eu dissesse?”. Ela disse: “Diga que eu quis lhe fazer uma consulta jurídica”. Eu disse: “Está bom”. Imaginei assim: “Ninguém vai acreditar”, mas, está bom. Mas ninguém me perguntou, quer dizer, a gente entrou e saiu sem ser visto. Uma semana depois disso, o José Eduardo me ligou de novo, o ministro da Justiça me ligou de novo e disse: “A presidenta quer vê-lo novamente”. Aí, fui lá. E, aí, ela conversou comigo mais uns 15 minutos e disse: “Vou nomeá-lo hoje à tarde”. “Está bom”. E, aí, eu tinha um compromisso em Salvador no dia seguinte, era a minha palestra de sexta-feira, eu disse: “Eu tenho uma palestra amanhã em Salvador. A senhora vê algum problema de eu aceitar?”. Ela disse: “Não, não vejo, mas a imprensa já vai estar atrás de você”. Eu disse: “Está bom”. E era verdade. Eu fui para Salvador e a imprensa já estava atrás de mim em Salvador. Assim foi a minha escolha. Como jabuti não sobe em árvore, evidentemente alguém me ajudou. E, como isso é absolutamente transparente republicano, eu vou dizer quem foram os ajudados que me ajudaram. Acho que duas pessoas me ajudaram, particularmente. Uma, uma pessoa que eu conhecia academicamente, também por participar de palestras e bancas e eventualmente... Era, na época, o secretário-geral da Casa Civil, Beto Vasconcelos, um rapaz jovem, brilhante, superdiscreto, provavelmente vocês não o conhecem, mas ele era e continua a ser uma pessoa

que ajuda a máquina a funcionar, um menino diferenciado. E ele tinha me dito uma vez, há muito tempo atrás: “Professor, o dia que tiver espaço para uma nomeação técnica ou predominantemente técnica eu vou tentar ajudá-lo”. E a outra pessoa foi um sujeito que é meu amigo, há muito tempo, que é um ex-parlamentar aqui de Brasília, que é o Sigmaringa Seixas, que, por alguma razão, era ouvido também, mas eu sou amigo dele há muito tempo. Eu sempre brincava com ele. Eu dizia: “O seu candidato é o que entra”. Primeiro, ele espera entrar para depois dizer que ele apoiava, mas é injusto com ele, que era meu amigo, e acho que ele também foi consultado. Essas foram as duas pessoas que eu acho que me ajudaram a ir para o Supremo. Fora isso, eu não tinha nenhum tipo de articulação política e nem inimigo. Então se você perguntar para o governador do Rio, que eu representava nos *royalties*, se perguntar a ele, acho que ele daria um depoimento simpático, mas eu não era um candidato dele. Até porque havia outros candidatos do Rio, e eu, na verdade, eu não era propriamente um candidato no sentido de que eu me apresentasse, o que é perfeitamente legítimo, muita gente faz isso, as pessoas têm estilos diferentes. Então, eu não me apresentei assim, mas vim e vim com muito gosto, vim com prazer, não me fiz de difícil, não.

[FF] — *Ministro, eventualmente, o senhor se incomodaria de nos dizer quem seriam os outros candidatos à sua vaga?*

[LB] — Não, eu posso dizer, não sei se candidatos. Mas havia nomes lembrados, todos bons, nomes lembrados, que eu saiba, o prof. Heleno Torres, da Universidade de São Paulo; o prof. Luiz Edson Fachin, da Universidade Federal do Paraná, meu amigo, um sujeito primeira linha; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves, que é um sujeito adorável, bom juiz e uma pessoa adorável; acho que esses eram os três nomes que mais se falavam e acho que se falava no Eugenio Aragão, que depois foi ser vice-procurador-geral da República. O Eu-

gênio eu não conheci, vim a conhecê-lo depois, que também é um professor da UNB, de qualidade, mas acho que esses três primeiros nomes eram os nomes mais falados e pessoas que tinham apoios relevantes. A presidenta, inclusive na reunião que tive com ela, ou eu ou ela mencionou: “Mas eu não tenho nenhum tipo de apoio político”. E ela disse: “Mas é isso que eu estou querendo”. Então eu acho que, por muitas circunstâncias brasileiras daquele momento, um nome talvez mais técnico e com menor vinculação política, os outros eram nomes técnicos também, mas talvez com mais apoios políticos. Eu, verdadeiramente, acho que não tinha nenhum. E acho que, de certa forma, me ajudou, naquela conjuntura, não ter apoio político.

[FF] — *Porque o senhor acha isso?*

[LB] — Eu acho que circunstâncias ligadas à nomeação anterior, a entrevistas. Aí, eu já preferia não especular. Eu acho que houve uma constelação de fatores que favoreceram alguém que não tivesse nenhuma vinculação com PT, nem com PSDB; acho que eu era considerado um advogado progressista, de causas progressistas, e um professor, enfim, que tinha procurado contribuir para a formatação que o direito constitucional no Brasil tem hoje, então acho que a minha imagem era de um professor e de advogado, e não de alguém que tivesse uma conexão política relevante. De resto, continuo a não ter.

Sabatina no Senado Federal

[FF] — *Como o senhor descreveria, qual a memória que o senhor tem da sua sabatina?*

[LB] — Um momento adorável. Eu fui recebido lá pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, era um senador de nome Vital do Rêgo, um sujeito extremamente afável, que me recebeu muitíssimo bem; o presidente Sarney, para quem eu tinha feito uma questão no Supremo há muitos anos, enfim,

não tinha uma relação com ele, mas os contatos que tinha tido com ele tinham sido muito cordiais. Depois que a presidenta me escolheu, ele, que tem uma liderança importante no Senado, também, gentilmente, ofereceu me apresentar lá. Meu trânsito no Senado foi muito... Estive com o presidente do Senado, senador Renan Calheiros, [que] me recebeu também com muita cortesia. E eu tinha uma vantagem e uma desvantagem, Fernando. Eu estava no sereno há muito tempo, eu já escrevi sobre quase tudo que você possa imaginar que tenha alguma relevância. Já escrevi sobre federação, já escrevi sobre reforma política, já escrevi sobre *royalties*, já escrevi sobre uniões homoafetivas; portanto, eu não tinha muito como me esconder, porque é muito comum em sabatinas, desde o modelo americano até aqui, o sujeito: “Olha, isso eu não posso falar porque eu posso ter que votar”, eu já tinha escrito sobre tudo. Até sobre o Mensalão eu já tinha escrito. Porque, há muitos anos, eu faço uma resenha anual para um site, “Consultor Jurídico”, “O ano no Supremo”, e o ano no Supremo, em 2012, tinha sido o ano do Mensalão. Então tinha escrito meu comentário sobre o Mensalão, a minha opinião sobre o Mensalão, e a célebre expressão “do ponto fora da curva”, e a referência que o Supremo tinha sido mais duro do que a sua tradição, que eu achava, e nem falei isso criticamente, só falei que tinha sido mais duro. De modo que, na sabatina, eu falei sobre tudo, tudo que você possa imaginar. Então foi uma sabatina um pouco diferente, foi imensamente longa, foi das nove da manhã às cinco da tarde, em que eu respondi a pessoas, enfim, inteligentes, interessadas, foi uma conversa boa. Eu fiquei feliz. Então falei com as pessoas, tinha gente do PT, tinha gente do PSDB, o senador Aécio, o senador Aluísio Nunes fizeram perguntas relevantes, o senador Pedro Taques fez perguntas incisivas, inclusive perguntou quem é que tinha colocado o jabuti na árvore. Ele perguntou e eu pulei, e ele insistiu. Eu disse: “Olha, não tenho nada a esconder” e contei exatamente

a mesma história que contei para vocês agora. Enfim, foi um momento, para mim que sou uma pessoa que gosto do debate público, e acho que isso é que é importante numa democracia, isso que faz avançar o processo civilizatório, eu gostei muito. Fiz uma apresentação breve, de 20 minutos, contei a minha vida, começando em Vassouras até chegar ao Supremo, e tive um voto contra na Comissão de Constituição e Justiça, porque acho que é a tradição, alguém vota contra.

[FF] — *O senhor não especulou quem foi?*

[LB] — Não, mas acho que alguém para simbolizar opinião ou talvez para não endossar o Nelson Rodrigues: “toda unanimidade é burra”. Eu sei que há uma tradição de ter um voto contra. Não sei quem foi. Mas eu fui muito bem tratado e sou uma pessoa, eu defendo a reforma política muito veementemente, porque eu acho que, numa democracia política, é um gênero de primeira necessidade. Eu sou uma pessoa que gosta do parlamento, eu acho que o parlamento é o foro por excelência de discussão numa democracia e, portanto, eu acho que nós temos que aprimorar o parlamento brasileiro e, para isso, é preciso mudar o sistema eleitoral e mudar o sistema partidário. É preciso melhorar. Mas os militares achavam que podiam fazer um país com técnicos e sem política. Não pode. Portanto, a política é inevitável e indispensável, o que a gente tem que fazer é tentar produzir a melhor política possível.

Atuação como parecerista, doutrinador e a distinção entre as funções do advogado e magistrado

[FF] — *Ministro, é atribuído ao presidente Fernando Henrique Cardoso a frase: “Esqueçam tudo que eu escrevi”. Não estou dizendo que ele disse ou não disse, mas é atribuída a ele. O senhor se sente hoje vinculado pela sua produção intelectual enquanto ministro do Supremo?*

[LB] — Essa é uma pergunta boa. Eu não creio que o Fernando Henrique tenha dito isso, pelo menos não com a conotação que se atribui a ele. Acho que ele é um intelectual de qualidade e um homem decente, e as pessoas procuram guardar coerência na vida, na medida do possível, e eu não sou diferente. Portanto, eu procuro ser coerente com tudo que eu escrevo. Quando eu era parecerista, eu já tinha muito essa preocupação. O que dá prestígio a um parecerista é a sua integridade e a sua coerência. Quando a prof^a Ana Paula de Barcellos, que por quase 20, 18 anos trabalhou comigo, e ela sempre foi uma menina de qualidade diferenciada; um dos papéis dela, principais, era ler tudo que eu escrevia em matéria de pareceres e ter certeza que eu não caía em contradição. Porque depois, com o tempo, ao longo dos anos, vamos imaginar que eu desse 15 por ano, depois de dez anos, você já deu 150 pareceres, então o risco de você cair em contradição é muito grande. Porque você esquece, às vezes as ideias mudam. Então, eu tinha muita preocupação com isso, muita. Algumas poucas vezes, eu mudei de opinião.

[FF] — *Se recorda?*

[LB] — Lembro, lembro de um caso específico. Alguém me procurava pedindo um parecer novo e eu achava que aquela tese era melhor do que a que eu já tinha defendido ou em livro ou... Aí, eu não dava o parecer, porque acho que é um problema, e fazia o seguinte, uma vez específica. Eu escrevia em algum lugar que eu tinha mudado de opinião, aí aquilo me libertava eventualmente para o futuro.

[FF] — *Uma publicação acadêmica?*

[LB] — Uma publicação acadêmica. Eu tinha dado um parecer para a Eletronorte, lá atrás, numa arbitragem que se discutia, se não me engano fornecimento de energia elétrica numa cidade brasileira, e havia uma previsão contratual, se não me engano, de arbitragem internacional. E eu escrevi dizendo, mais

do que deveria ter dito, o que eu achava: o fornecimento de energia elétrica, portanto o serviço público essencial de uma cidade brasileira, não podia ser decidido na Corte de Comércio Internacional de Paris, era isso que eu queria dizer. Mas eu disse a mais, eu disse: “Uma sociedade de economia mista brasileira não pode participar de arbitragem internacional, salvo autorização legislativa”. E disse isso num parecer, porém, a frase abrange um número excessivo de situações. Eu acho que, numa sociedade de economia mista, prestadora de um serviço público essencial, não pode ter nada que diga respeito à prestação desse serviço diretamente decidido fora do Brasil, isso que continuo achando. Mas quando eu disse [que] uma sociedade de economia mista não pode participar de arbitragem internacional sem previsão legal, a tese alcançava a Petrobras, que é uma sociedade de economia mista, mas exploradora de atividade econômica. E, se você proibir a Petrobras de participar de arbitragem internacional, você retira ela do mercado, porque, hoje em dia, as grandes empresas resolvem as suas pendências em arbitragem internacional. Então, quando a Petrobras me procurou, eu disse: “Eu não posso dar o parecer para vocês, porque eu disse o contrário, mas acho que vocês têm razão”. E, aí, acho que numa coletânea de direito administrativo organizada pelo Gustavo Binbenbojm, já não me lembro mais o tema que eu escrevi, era um tema de direito administrativo e eu coloquei um parágrafo, escrevi um parecer sustentando esta tese; a tese, no entanto, é excessivamente abrangente, colhe situações que não deveria colher; portanto, o que eu acho verdadeiramente é o seguinte... E, aí, retifiquei, me libertei do passado, mas não dei parecer sobre isso. Então, no Supremo, agora, eu continuo a procurar ser coerente com o que eu escrevi. Mas, aqui, é preciso fazer uma distinção. Há coisas que eu escrevi como parecerista; essas correspondiam à minha convicção doutrinária. Há coisas que eu escrevi como advogado; a essas, eu não me sinto vinculado. Um advogado ele

fala pelo seu cliente, ele fala pelo interesse que ele está patrocinando. Pode coincidir ou não com a sua convicção doutrinária. Um advogado pode perfeitamente defender que não ocorreu prescrição num caso em que ele doutrinariamente acha que ocorreu. Portanto, o advogado é o profissional que, entre teses jurídicas alternativas, defende aquela que corresponde ao interesse do seu cliente. Portanto, o advogado é o profissional que, nos limites da lei e da ética, defende um interesse. O advogado não tem um compromisso imediato com a justiça. O compromisso do advogado com a justiça é mediato. Porque, do outro lado, vai ter outro advogado, e o juiz é que vai pesar os argumentos que defendem os interesses de um lado e do outro, e descobrir onde é que está a justiça. Mas um parecerista tem deveres de honestidade intelectual. Então, eu tenho a preocupação... Se você olhar aquela prateleira, ali, estão todos os meus pareceres que eu dei ao longo da minha vida. E, quando eu acho que vou julgar alguma coisa sobre a qual eu já escrevi, eu resgato lá e vejo se eu disse corretamente. Eventualmente, até reajusto alguma coisa. Outro dia mesmo, fiz isso. Agora, dito isso, olhar a vida do ponto de observação de um juiz constitucional é diferente de você olhar a vida como um parecerista. Portanto, sem necessariamente cair em contradição, eu posso achar coisas diferentes. Os meus compromissos, hoje, são diferentes; os meus valores de hoje são diferentes. Eu tenho, hoje, mais compromissos com a sociedade do que... Quer dizer, um advogado tem compromissos com o seu cliente e o dever de respeitar a lei e a ética, mas ele tem o compromisso prioritário com o interesse que ele patrocina. Eu, hoje, tenho compromissos com a sociedade brasileira. Portanto, um advogado pode se preocupar apenas com o direito fundamental de liberdade do seu cliente. Um juiz tem que se preocupar também para saber se aquela liberdade pode ser um risco para outra pessoa. É uma nova variável que eu tive que incorporar à minha vida, sem prazer. Eu não sou um juiz criminal satisfeito, eu não gosto de

exercer esse poder. Sobretudo em *habeas corpus*, que é o que a gente julga muito aqui, o poder de decidir se uma pessoa vai ficar presa ou não, que eu acho que não deveria, como regra, ser o poder de uma corte constitucional. Aqui, a gente deveria decidir teses jurídicas, mas essa é uma outra discussão.

[FF] — *Estou muito interessado nisto, se essa mudança de registro do advogado, parecerista, doutrinador para o magistrado, se é algo feito na sua prática e na sua cabeça ou se o senhor ainda está em processo? O senhor tem dado conta de algo bastante duro, intelectualmente duro, uma mudança de registro não é simples.*

[LB] — Eu não tinha muita experiência no crime, de modo que é a única coisa que me causa uma certa angústia, é quando eu decido questões criminais. Fora isso... É porque eu já advogava muito no Supremo, já trabalhava em alguma medida as categorias que a gente move aqui, então, assim, o ponto de observação é novo, mas os temas, em geral, não são particularmente novos para mim. Eu era um advogado constitucionalista, o direito constitucional se tornou muito abrangente. Eu gostava em palestras, eu dizia, os temas variados que eu falava, desde o momento que tem início a vida; depois pulava para exploração de recursos minerais em terras indígenas; depois passava sobre uma consulta em cemitério, se era possível transportar um defunto de um município para enterrar em outro município; então eu tratava de tantos temas: *royalties*, fertilização *in vitro*. Então eu brincava [que] o direito constitucional se tornou tão abrangente que, hoje em dia, tem um cartãozinho que diz: “Advogado constitucionalista: jogo búzios, prevejo o futuro e trago a pessoa amada em três dias”, pela variedade dos temas do direito constitucional. De modo que, aqui, eu me deparei um pouco com essa variedade. O volume, aqui, é asfixiante, mas a variedade eu já estava acostumado. O que é novidade na minha vida é o direito penal. O Supremo virou... As Turmas, por exemplo, são tribunais criminais, numa dimensão que não deveria

ser. Portanto, acho que uma das disfuncionalidades do Supremo é esta. Eu sei que os advogados criminais querem que todos os *habeas corpus* sejam apreciados pelo Supremo e essa é uma questão tabu. Mas a verdade é que, primeiro, não é viável fisicamente nós julgarmos *habeas corpus* na quantidade que chega aqui; segundo, não é esse o papel de uma Suprema Corte, julgar o caso concreto. Outro dia, nós discutimos se matar alguém para tomar o lugar na mesa de sinuca era motivo fútil ou não. Isso não é uma questão para uma Suprema Corte.

Montagem do gabinete no STF

[FF]— *O extremo volume com o qual o senhor lida, creio eu que um pedaço do lidar com esse volume esteja ligado à equipe. Como o senhor montou sua equipe, como o senhor montou seu gabinete? É uma das primeiras tarefas do ministro montar um staff?*

[LB] — É a primeira, é um desespero [risos]. Eu fiz assim: eu trouxe a minha equipe do escritório. Então a minha chefe de gabinete era advogada aqui no escritório do Rio; o chefe da minha assessoria é o Eduardo Mendonça, que trabalha comigo há uns dez anos; e o outro assessor é o Thiago Magalhães, que também trabalhava comigo já no Rio há muitos anos, e também faz doutorado comigo; os dois fazem doutorado comigo, na Uerj. Esse é o núcleo mais próximo. Depois, eu conversei com o Carlos Ayres, meu amigo e meu antecessor, que gostava muito de dois assessores criminais que tinha, e, portanto, eu mantive os assessores criminais do Carlos Ayres, a Carolina e o André, e mantive um outro assessor do Carlos Ayres, que gerencia essa parte de recursos extraordinários, que é um volume grande e é uma arte. A arte é, dentre outras coisas, descobrir, num mar de irrelevâncias que a gente recebe aqui, o que que é relevante. Então o Antair é um pouco o coordenador dessa área recursal. E eu tenho dois juízes, instrutores que eu também trouxe do Rio. Os dois foram meus alunos: o Frederico Montedonio, que

é um juiz um pouco mais jovem, e o Marcelo Leonardo Tavares, que tinha feito mestrado e doutorado comigo, um juiz experiente. Então, a minha equipe era toda composta, o núcleo essencial pelo menos, de ex-alunos. O Marcelo, juiz federal, agora voltou para o Rio por circunstâncias pessoais dele e, agora, eu tenho um novo juiz instrutor, o Fabrício Soares, que era um juiz criminal no Rio, atuava em lavagem de dinheiro, esse não foi meu aluno, mas foi aluno da Uerj, foi aluno da Carmem Tiburcio, que é minha, foi minha sócia no escritório, deu um depoimento bom. Então o Marcelo Leonardo e a Carmem me indicaram este juiz que está aqui há pouco tempo e parece ser ótimo também. Aqui, a equipe faz muita diferença, porque, no volume em que você trabalha, você depende muito da narrativa dos seus assessores. Como eu sempre faço, qualquer advogado que sente nesse sofá para despachar comigo, a minha primeira pergunta é: qual é a sua tese jurídica? O STF é um tribunal de teses jurídicas, a gente tem que afirmar teses jurídicas. E, portanto, é a primeira coisa que eu quero saber. Quando alguém chega com um processo, pode ter 30 volumes, eu pergunto: “Qual é a tese jurídica?”. Esse é o problema nos processos puramente criminais, em que você tem que discutir prova, fato, o que a testemunha disse. Essa é uma competência que o Supremo não deveria ter, deveria ter minimamente. Pouquíssimas autoridades deveriam ter foro por prerrogativa de função no Supremo, que não é papel de um juiz constitucional examinar perícia, e examinar quebra de sigilo, e examinar o depoimento da testemunha. Isso tem que chegar aqui resolvido. O que eu tenho que discutir é: “é legítimo ou não quebrar o sigilo telefônico de uma pessoa por três anos?”. Essa é uma tese. Foi renovando, renovando, renovando, deu três anos. Essa é uma questão: saber se o direito de privacidade em ponderação com o legítimo dever de persecução penal do Estado, qual é o ponto de equilíbrio aí. E, se for possível prorrogar indefinidamente, quais exigências você deve acrescentar a cada vez para legitimar

a quebra. Essa é uma questão constitucional importante. Isso a gente tem que discutir aqui, e não o que disse a testemunha. Por isso que eu acho que o papel do Supremo em matéria penal precisa ser redefinido. Se você falar isso para o Thiago Bottino, que coordena a pesquisa sobre *habeas corpus*, da FGV, ele está arriscado a atear fogo às vestes. Ele é meu amigo. Mas a verdade é que a gente tem que encontrar um caminho do meio para o papel do Supremo no direito penal. Esse que ele está desempenhando não é próprio e acho que ele não consegue desempenhar bem. O tribunal que julga 50 *habeas corpus* por semana não está se dedicando à sua função principal.

Recepção pelos colegas no STF

[FF] — *Posso perguntar como o senhor foi recebido pelos demais colegas?*

[LB] — Muito bem. Eram pessoas que eu já lidava a maior parte delas como advogado. Alguns eram amigos. Ministro Fux é meu amigo desde antes dele ir para o STJ; somos amigos quando ele estava fazendo concurso para juiz de primeiro grau. Nós fomos mais ou menos contemporâneos, quase contemporâneos, ele é uns cinco anos mais velho que eu, mas fomos contemporâneos, assim, ele começando a vida acadêmica dele já como professor, eu acabando a minha como estudante, somos amigos de toda vida. O ministro Teori eu conhecia, também eu como advogado, ele como juiz, e todos aqui eu já tinha despachado como advogado. Ministro Marco Aurélio, muitas vezes, foi relator do meu caso de anencefalia; ministro Gilmar tinha despachado muitas vezes com ele; Carmem eu conhecia desde o tempo de vida acadêmica; Toffoli eu já tinha despachado, eu como advogado, e ele como advogado-geral da União; lá atrás, o ministro Lewandowski eu conhecia ainda antes de vir para cá como professor da USP, já nos conhecíamos e nos queríamos

bem; o ministro Celso, eu já tinha despachado com ele muitas vezes. Eu brinco com ele que a maior derrota profissional que eu tive foi com ele. Eu era procurador do estado, o Rio tentava a privatização da Cedae, isso em outra vida, há muito tempo, porque o Rio não tinha o dinheiro que se precisava de investimento no saneamento, que é a principal política pública de saúde num país como Brasil, e, aí, o estado optou por privatizar, era um aporte de R\$5 bilhões, já não me lembro que dinheiro, se já era Plano Real ou não, e, aí, o ministro Celso tinha suspenso uma decisão do Rio que permitia o leilão e eu vim tentar cassar a suspensão da segurança. Acho que era essa a hipótese. Em algum momento da década de 90. E ele é um sujeito muito simpático, muito agradável, você conversa com ele com a certeza de que o convenceu, mas ele não se convenceu e não suspendeu, e o leilão não houve, a Cedae não foi privatizada e o dinheiro não entrou e o saneamento básico continua um problema no Brasil e no Rio. Quem mais? A Rosa eu tinha despachado, anencefalia ainda, ela já estava no tribunal quando eu... Eu conhecia todo mundo. Fui bem recebido. O tribunal...

[FF] — *Ministro Barbosa era seu colega de Uerj?*

[LB] — O ministro Joaquim Barbosa eu o conhecia bem, eu tinha presidido a banca pela qual ele entrou na Uerj, também na década de 90, sempre tivemos uma relação cordial e mantivemos. As relações são um pouco mais cordiais do que as pessoas imaginam. Agora, é um tribunal que, por um conjunto de razões, as pessoas trabalham um pouco isoladamente, um pouco como ilhas, e o modo de deliberação produz alguma quantidade de fricção, que, no geral, é absorvida como parte normal da vida. Eventualmente, você pode ter um embate mais ríspido, mas não diria que essa seja a regra. A regra é de relações harmoniosas. Ou você achava que eu ia dizer alguma coisa diferente? [risos]

[CV] — *A experiência enquanto advogado, atuante no STF, ajuda na percepção, na sensibilidade dos colegas durante a sessão de julgamento?*

[LB] — Olha, eu acho uma coisa engraçada, é assim. Eu acho que, quando eu era advogado, eu tinha mais prestígio aqui dentro. Porque eu era um *outsider*, eu era alguém de fora. Aqui, eu viro um a mais, com as naturais disputas de opinião que existem entre pares. De modo que eu tenho uma certa sensação de que eu era ouvido com mais atenção quando estava fora, mas acho que é só uma sensação.

Características enquanto ministro e escolha do nome no STF

[FF] — *Não será um esforço da instituição para eventualmente converter alguém que tem uma reputação, uma trajetória como o senhor tem no direito constitucional, pelo menos agora, no novato, no 11º ministro? Se o senhor me permite retomar a expressão do ministro Marco Aurélio?*

[LB] — Mas eu, no direito constitucional, sou antigo.

[FF] — *Sim, sim, justamente.*

[LB] — Novato, assim, eu realmente sou o mais moderno, fui o último a chegar, então essa é uma circunstância que o tempo cura. O importante na vida é a gente envelhecer com sabedoria.

[FF] — *Ministro, nesse mesmo contexto o senhor chegou a ser obrigado a mudar, não de nome, mas de nome de guerra?*

[LB] — Não, isso...

[FF] — *O senhor agora é Roberto Barroso?*

[LB] — Não, nisso até o Marco Aurélio, por exemplo, foi uma pessoa que me ajudou, particularmente, a manter o meu nome. Eu consegui manter... Nos documentos formais sai Roberto Barroso porque o programa só admite dois nomes, então todo

mundo tem que se converter. Mas no tratamento no Supremo, nos meus votos que eu coloco, e o modo como as pessoas se dirigem a mim, é Luís Roberto Barroso, e o Marco Aurélio foi um aliado para isso, porque a tradição é ter dois nomes, mas eu cheguei aqui depois de muito tempo com o meu nome já marcado, para mim era muito difícil mudar o nome. E eu acho que consegui que ficasse meu nome completo, se bem que Roberto Barroso é o nome do meu pai até, não me incomodaria nada, mas é que não tinha a minha cara, né? Eu tinha um nome...

[FF] — *Isso virou uma questão em algum momento?*

[LB] — Virou uma questão só quando eu postulei de manter Luís Roberto Barroso e, aí, o presidente disse: “Olha, eu teria dificuldade porque é uma tradição e porque os programas são assim”. Aí, eu também não criei problema, mas consegui que, no plenário e em tudo que não depende desse programa, ficou Luís Roberto Barroso, a imprensa me trata por Luís Roberto Barroso. Para mim, era difícil porque os meus amigos todos, as pessoas mais próximas, me chamavam de Luís Roberto, meu nome profissional era predominantemente Barroso, então era muito difícil para mim... A única coisa que eu nunca fui foi Luís Barroso, nunca ninguém me chamou, nem é a minha combinação favorita. Então virar Roberto Barroso tiraria o Luís Roberto, que era como muita gente me conhecia. Mas botar Luís Roberto tiraria o Barroso, que era como a outra metade do mundo me conhecia, era complicado. Então acho que fiquei com meu nome completo e tem funcionado.

[FF] — *À exceção do programa?*

[LB] — É. Assim mesmo não me incomodei. Até brinquei, isso é uma coisa de direito da personalidade, o sujeito poder manter o próprio nome depois de mais de 50 anos.

[FF] — *E ninguém reivindicou que...*

[LB] — Não, pelo contrário, todo mundo com boa vontade. As pessoas são pessoas do bem. O modo de deliberação é que às vezes produz fricção. Mas as pessoas são bacanas.

Ação Penal nº 470: embate com o ministro Joaquim Barbosa e julgamento técnico e político

[FF] — *O que o senhor acha que institucionalmente é organizado que faz com que pessoas bacanas eventualmente gerem atritos, alguns bastante acalorados?*

[LB] — Não foram tantos assim. Desde que eu estou aqui... Enfim, o único embate, tirando a história do novato que eu não dei bola, mas o único embate mais acalorado que eu tive foi com o presidente na votação da AP 470, que era um caso também por isso fora da curva, despertou um pouco de paixões. Eu não me apaixono por nenhuma causa, nenhuma causa. Nem como advogado eu me apaixonava por causa. O Direito é o mundo da racionalidade e achar o melhor caminho. Eu acho que um juiz que se apaixona faz mal ao Direito e ao amor. Então, acho que não tem paixão nenhuma; é certo ou errado. É claro que nem tudo é preto ou branco; existem variações. Mas eu sou apaixonado pela minha mulher, pelos meus filhos, mas causa não me desperta paixão. Claro que a gente tem preocupação de acertar, de fazer o justo, mas não acho que tenho o monopólio da verdade, não acho que tenho o monopólio da virtude, portanto estou sempre pronto para ouvir o argumento contrário. Eu não acho que o Joaquim é do mal e eu sou do bem, nem acho o contrário: que eu sou do mal e ele é do bem. Nós somos pessoas que tinham, naquele caso particular, uma visão diferente. No caso específico do nosso embate, como ele mesmo reconheceu, eu achava que a pena era desproporcional, que poderia ter sido exacerbada para escapar da prescrição e, eventualmente, mudar o regime inicial de cumprimento da pena. E eu, no meu ponto de vista,

não considerava isso algo que pudesse ser feito. E acho que ele considerava que poderia ser feito. Portanto, não é o bem contra o mal; são duas visões diferentes do mesmo problema.

[FF] — *Ministro, por falar em duas visões, fizemos a pesquisa para lhe entrevistar, eu assisti várias vezes a esse episódio em particular, o senhor tem toda razão, a disputa não foi colocada nem pelo ministro Joaquim Barbosa como uma disputa entre o bem e o mal, publicamente, na sessão. Mas foi colocada uma disputa entre o Direito e a política. Não sei se na opinião dele, mas, nas palavras dele, ele é muito claro em afirmar que o voto do senhor não foi um voto técnico, foi um voto político. Porque o senhor acha que essa foi a reação do ministro?*

[LB] — Eu acho que ele colocou muita energia e dedicou uma fase importante da vida dele a esse processo. De modo que ele tem uma relação com essa causa particular, sofreu por ela, teve desgastes por ela e, portanto, acho que ele tem um nível de envolvimento diferente do meu. A presidenta não tocou nesse assunto comigo, ninguém relevante tocou nesse assunto comigo, ninguém sabia como eu ia votar. A presidenta ou alguém que ajudou ela a escolher meu nome pode ter lido o meu artigo, em que eu disse que era um ponto fora da curva. Mas eu, ao dizer que era um ponto fora da curva, não dizia que estava errado, só disse que o Supremo foi mais duro do que de costume e, evidentemente, foi. Continuo a achar isso. Portanto, eu não tinha nenhum compromisso político com ninguém. Creia em mim, até porque, se tivesse e não cumprisse, também não há nada que ninguém pudesse fazer contra mim. Houve um caso em que se dizia que o ministro tinha compromisso, ele disse que não tinha, mas as pessoas do outro lado achavam que tinha, e ele fez o que ele achava certo. Então, eu nunca tive nenhum compromisso. E, uma coisa que eu aprendi cedo aqui: só a verdade ofende. Difícil alguém me ofender, a menos que me diga alguma coisa que eu, de fato, tenha feito e da qual eu não possa

me defender. Eu espero que nada. Então as pessoas perguntam: “Você se ofendeu?”. Absolutamente, não me ofendi porque não há vestígio de verdade nisso. O meu voto era um voto essencialmente técnico. Eu procurei demonstrar, primeiro o cabimento dos embargos infringentes que eram a meu juízo, não sou o dono da verdade, mas ao meu juízo, evidentemente, eram cabíveis os embargos infringentes. Para falar da AP 470, como você me pediu. Qual era a situação dos embargos infringentes? Saber se eles cabiam ou não. Eles estavam no regimento interno do STF, previa no caso de ação penal originária, cabiam embargos infringentes se houvesse quatro votos a favor da absolvição. Textual, escrito no regimento interno do Supremo. A discussão que surgiu foi que uma lei de 1990, da década de 90, que cuida dos processos dos tribunais superiores, não previu embargos infringentes, não revogou, não previu embargos infringentes. Essa lei de 1990 revogou expressamente diversas disposições normativas, mas não revogou os embargos infringentes. Mas não falou em embargos infringentes. Então surgiu a dúvida: se essa lei posterior, por não falar em embargos infringentes teria revogado o regimento interno do Supremo. Devo dizer que a lei não falava em embargos infringentes, mas também não falava de outros recursos. Mas foi essa discussão que surgiu: saber se a lei posterior revogara o regimento interno do Supremo. E, aí, o que se verificou? Que houve diversas emendas regimentais desse regimento depois da lei e não tiraram os embargos infringentes. Porém, mais do que tudo, havia diversas decisões do Supremo, diversas, de quase todos os ministros, dizendo assim: “Não cabem embargos infringentes em *habeas corpus*”, eram decisões proferidas em *habeas corpus*. “Só cabem embargos infringentes nas hipóteses do artigo tal do regimento interno”, que era essa, era o caso, muitas. Eu, no dia do julgamento, não citei precedente de ninguém que estivesse presente, por cortesia, citei só dos que estavam aposentados: Pertence, Carlos Mario, Ilmar Galvão, todo mundo. Portanto, o Supremo...

[FF] — *Cortesia porque o senhor acha que isso poderia constrangê-los?*

[LB] — É, claro, e as pessoas têm o direito de mudar de opinião. Então quase todo mundo que estava ali tinha decisão em embargos infringentes interpostos em *habeas corpus*, dizendo: “Não cabe em *habeas corpus*, só cabe nos casos do art. 330 do regimento interno”. Então a posição do Supremo, embora não fosse um julgamento daquela matéria específica, mas em *obiter dictum* se dizia muitas vezes, os embargos infringentes continuam valendo. Dois: o presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 90, mandou uma mensagem, um projeto de lei ao Congresso para modificar a lei que cuida dos processos nos tribunais superiores suprimindo os embargos infringentes. Portanto, se o Executivo mandou uma mensagem para suprimir os embargos infringentes, é porque ele achava que existia, que não tinha sido revogado. E o Congresso rejeitou a supressão dos embargos infringentes, aprovou um substitutivo dizendo: “Nós achamos que, como é julgamento em instância única, devem caber embargos infringentes se houver quatro votos regentes”. Assim dizia o parecer substitutivo que prevaleceu no Congresso. Portanto, inúmeros precedentes do Supremo o Executivo acha que subsistiu, o Legislativo quis que subsistisse; como é que o Supremo, na reta final de um processo emblemático e altamente politizado, *vai mudar* o que sempre se achou? Portanto, emparedado pela imprensa, enxovalhado pela imprensa, eu fiz o que era certo. É o meu dever, eu vim aqui para isso. Cabem embargos infringentes, evidentemente. Se eu acho conveniente? Não, talvez possa até tirar, mas não naquele momento; faz uma emenda regimental, reinterpreta e diz. Portanto, eu acho que podia mudar para a frente, não podia mudar naquele momento. Assim, poucas coisas eu tive tanta tranquilidade técnica quanto essa. Eu não gostaria de dizer, político era negar, porque eu não quero desqualificar o ponto de vista dos outros, mas, juridicamente, eu não tinha

nenhuma dúvida do que era certo. E, depois, nós chegamos na questão da quadrilha ou bando. Que era um rótulo infamante, que também vinha com uma carga política muito grande. Dizer que era quadrilha ou bando fazia um pouco parte da desqualificação política daquelas pessoas. Se eu tivesse convencido de que houve quadrilha ou bando, eu teria encampado essa desqualificação, mas o que eu verifiquei é que a pena de quadrilha ou bando, que era o crime menos importante. Quer dizer, havia condenação, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, peculato, gestão fraudulenta de instituição financeira, evasão de divisas, havia crimes graves com penas altas e havia quadrilha ou bando, que é o que tinha menor pena, uma pena acessória, de um a três anos. Só que quadrilha ou bando mudava o regime inicial de cumprimento de pena do José Dirceu. Isso se tornou uma coisa emblemática. Para mim, tanto faz se é José Dirceu, Eduardo Azeredo ou Natan Donadon. Para um juiz, não faz diferença e, para mim, não faz. E, quando a sociedade está tomada de ódio por alguém, é nessa hora que você precisa de um juiz imparcial e corajoso. Eu examino friamente o caso e verifico, para ficar no caso de José Dirceu... E, aí, quando você aplica uma pena, ele foi condenado por corrupção ativa. Quando aplicaram a pena de corrupção ativa, foram olhar o que chamam de circunstâncias judiciais: grau de culpabilidade, circunstâncias, consequências e, aí, na corrupção ativa, levando em conta as circunstâncias judiciais desfavoráveis que o tribunal considerou a pena dele de corrupção ativa, foi aumentada em 18%. Quadrilha ou bando, a pena de quadrilha ou bando, presentes as mesmas circunstâncias judiciais, foi aumentada em 75%. Sem nada que justificasse. Porque, se majorasse em 18%, estava prescrita se aplicasse o mesmo critério. E a mim me pareceu, como me parece até agora, que não é legítimo você exacerbar uma pena, seja para fugir da prescrição, seja para mudar o regime inicial de cumprimento da pena.

[FF] — *Por que não seria legítimo?*

[LB] — Porque você estará manipulando, estou dizendo do meu ponto de vista, não estou dizendo que os outros estejam errados. Existe uma quantidade de pena justa e um agravamento justo dessa pena; se está prescrita, a culpa não é do acusado; se cai num regime de cumprimento de pena inferior ao que eu desejava, não está no meu alcance manipular esse dado para mudar o regime. A impessoalidade faz parte da regra do jogo do papel de um juiz. Portanto, se eu não aumentaria em mais que 18% a pena dele, tinha que dar prescrita. É como eu vejo. De novo, eu não estou criticando qualquer pessoa que pense diferentemente ou qualquer pessoa que pense que a mesma circunstância judicial pode ter peso completamente diferente dependendo do crime. São pontos de vista defensáveis. Mas, portanto, eu votei pela prescrição com absoluto conforto técnico e asseguro que, passado esse momento de paixão, qualquer pessoa que examine com frieza e imparcialidade essa matéria vai dizer [que] não se justifica você aumentar a pena para 75% se, em relação a todos os outros crimes, os aumentos foram entre 18% e 25%. Então, de novo, eu fiz o certo. E, detalhe, eu carreguei um peso que não era o caso de carregar, porque, na verdade, houve sete votos pela prescrição. Se você computar os votos. Eu não quero falar o nome de ninguém. Foi menos apertado do que parece. Eu acho que era o certo, pelo menos era o que eu achava o certo. Em algum lugar do futuro... Agora, eu mantive todas as outras condenações, todas, não mexi nem em corrupção ativa, nem em corrupção passiva, nada. E acho que, em algum lugar do futuro, Teori e eu, passada essa onda negativa que sofremos, vamos ser reconhecidos como duas pessoas que contribuíram para evitar que um julgamento emblemático tivesse passado do ponto, do que era correto de se fazer, a nosso ver. De novo, eu não critico o ponto de vista de ninguém, portanto não sou o dono da verdade, a verdade não tem dono,

mas não tive nenhum momento de dúvida nem de angústia. As pessoas preferiam que eu tivesse mantido? Todo mundo, todo mundo. Da minha sogra, passando pela minha mulher, por quase toda a minha assessoria, mas o meu papel é fazer o que é certo. Eu fiz o que é certo. Se eu tivesse votado pela condenação, a minha vida teria sido muito mais fácil, porque não teria sido enxovalhado pela imprensa, mas a minha vida teria ficado muito pior, porque eu ia dormir mal. Então, eu fiz ao contrário: eu durmo bem e o resto não faz diferença.

[FF] — *Ministro, o senhor atribuiu ao julgamento do Mensalão duas características, que são a politização, processo politizado, e a midiaticização, processo midiaticizado.*

[LB] — Politização eu não falei, falei politização, propriamente? Embora seja um fato. Mas eu não falei.

[FF] — *Como o senhor, como alguém...*

[LB] — Eu acho que o julgamento, no geral, foi um julgamento técnico. Não acho que o julgamento tenha sido um julgamento político nesta... Ele era político pelo cenário em que os eventos ocorreram e pelas consequências, mas o julgamento foi um julgamento técnico, eu não acho que tenha sido um julgamento político. Acho que houve uma mudança política no país que empurrou fatos como esse para julgamento.

[FF] — *Qual foi a mudança?*

[LB] — Uma mudança de cultura. Acho que estes fatos, há dez anos atrás, não teriam resultado no processo criminal como esse, e, há 20 anos, muito menos. Tanto acho que o país evoluiu e empurrou, a sociedade empurrou esse julgamento. Nesse sentido, ele tem uma conotação... A sociedade e a imprensa empurraram esse julgamento e o inseriram na agenda do país. Isso eu acho. Mas o julgamento foi um julgamento técnico, não tenho nenhuma dúvida.

Relação com a imprensa

[FF] — *No tocante à questão da midiaticização. O senhor já chega no Supremo nesse momento, talvez no maior momento de midiaticização da história do Supremo, e, aí, uma imprensa que, retomando alguns termos da entrevista, uma imprensa que o enxovalha, pressiona. Como tem sido? Se mudou. O senhor sempre foi uma pessoa que a gente poderia qualificar de algum impacto na mídia, mas se essa relação mudou; como tem sido a relação do ministro do Supremo Luís Roberto Barroso com a mídia em geral?*

[LB] — Ótima, continua tão boa quanto sempre foi.

[FF] — *O senhor não se sente pressionado pela imprensa? Veja bem, ministro, jamais perguntei se o senhor alguma vez cedeu à pressão da mídia, mas se o senhor se sente pressionado pela imprensa.*

[LB] — Eu acho que a imprensa cumpre bem o papel dela. Acho que, às vezes, não consegue fazer com total propriedade a distinção entre fato e opinião, às vezes. Mas acho que a imprensa, no Brasil, desempenha um papel extraordinário. Eu tive muita mídia a favor em uniões homoafetivas, em nepotismo, em pesquisas com células-tronco embrionárias, em anencefalia, tive mídia contra no caso do Cesare Battisti. O sujeito que é a favor da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, não pode ser a favor da liberdade de expressão quando ela é a favor e contra quando ela é contra. Eu me lembro de uma charge que havia no tempo do regime militar, eu até publiquei num jornalzinho que eu editava, acho que era do Nani, que perguntava para o Figueiredo, era uma caricatura do Figueiredo: “O senhor é a favor da liberdade de expressão, a favor da liberdade de imprensa?”, e ele dizia: “Para falar a verdade, não”. Que é uma boa *boutade*. Eu sou a favor da liberdade de imprensa e de expressão em geral, e acho que os excessos da liberdade de expressão são menos ruins do que o minimalismo da censura.

Então, a minha relação com a liberdade de expressão é total. Fui advogado de jornalista, fui advogado de órgão de comunicação. Agora, as pessoas gostam de elogio. Tem uma história famosa que se atribui ao Augusto Frederico Schmidt, que eu acho uma delícia, que perguntavam para ele assim: “Qual a melhor coisa da vida?”, aí, ele falava: “Mulheres, não; dinheiro, não; viagens, não; comidas...”, aí, ele para e fala assim: “Não, nada disso. A melhor coisa da vida é elogio, adoro elogio”. Todo mundo gosta de elogio. Mas não é para isso que você precisa de liberdade de expressão, a liberdade de expressão não é para elogiar, a liberdade de expressão é para criticar. Eu até acho que usei a expressão enxovalhar, mas, enfim. O sujeito que aceita um cargo como eu aceitei está sujeito à crítica pública e, portanto, as pessoas não gostaram, mas eu não sou subordinado a isso. Acho que as mesmas pessoas que não gostaram... “Ainda bem que aquele cara deu uma certa serenidade porque senão ia ser exacerbado.” Mas, se não achar, também não tem problema. Porque, como eu falei, eu fiz o que eu achava certo. Então um juiz não pode nem ser pautado pela imprensa nem subordinado à opinião pública. Não é que me sejam indiferentes, eu leio tudo, eu leio tudo. Eu leio *O Globo*, eu sou do Rio, então *O Globo* ficou sendo o meu jornal. Eu lia o *Jornal do Brasil* em outra vida, depois passei a ler *O Globo*. Aí, quando mudei para Brasília, continuei a ler *O Globo*...

[FF] — *O senhor tem o hábito diário de acompanhar?*

[LB] — Diário. Leio *O Globo*, leio a *Folha*. Eu leio *O Globo*; é o jornal que eu leio o Caderno B, leio a coluna social, leio o Ancelmo. Depois, eu passo os olhos na *Folha*, passo os olhos no *Estadão*, passo os olhos no *Correio Brasiliense*, assim. Ou passo os olhos em todas as revistas semanais, vejo as manchetes do *Le Monde*, do *New York Times* todos os dias e leio o *The Economist*, as matérias que me interessam. Eu sou uma pessoa ligada em imprensa. Acho que a imprensa é importante e acho que a in-

formação é matéria-prima do meu trabalho. O juiz que sabe só Direito não sabe nem Direito. Portanto, eu sei o que está acontecendo no mundo. Os jornais brasileiros, ultimamente, me dão uma certa tristeza. Primeiro, tem acontecido muita coisa ruim e acho que também há uma certa ênfase no negativo, acho que são duas coisas que se somaram. Acho que faz parte do estágio civilizatório brasileiro. Eu sou muito... Eu convivo bem com essa história do estágio civilizatório. Quer dizer, eu vivo no Brasil, que foi o país que eu escolhi para viver, e devo dizer que, pelo menos uma vez, talvez duas na minha vida, eu tinha alternativa de não viver no Brasil e essa foi a minha escolha, é aqui que eu gosto de viver, e são esses os problemas que eu gosto de pensar e ajudar a resolver, os problemas no Brasil. Nós somos um país que começou atrasado na história, começou atrasado e percorreu um longo caminho até se transformar no que eu considero o sucesso institucional que é o Brasil hoje. Nós começamos, o Brasil começou verdadeiramente em 1808, quando a família real veio para o Brasil. Portanto, comparar com os Estados Unidos, que começaram no século XVII, as famílias protestantes que foram para lá viver, criar um país, comparar o Brasil com os Estados Unidos é uma injustiça histórica porque nós começamos muito depois. Nós começamos muito depois e herdeiros de uma tradição diferente da deles. Portanto, o Brasil começa em 1808, porque até 1808 os portos eram fechados, era proibido construir estrada na colônia, era proibido a existência de fábricas na colônia, não tinha nem ensino médio nem ensino superior, só havia ensino fundamental por parte de religiosos, um terço da população era de escravos, 98% da população era analfabeta; há 200 anos atrás este era o Brasil. Então em 200 anos, 205 anos, nós nos tornamos uma das dez maiores economias do mundo, temos 25 anos de estabilidade institucional sobre a Constituição de 88 e somos uma das maiores democracias de massa do mundo, com um sistema eleitoral que é um desastre, mas uma apuração eleitoral

imune à fraude. O estigma que marcou toda a República Velha brasileira, que eram as fraudes eleitorais, nós acabamos com isso. Portanto, o dia que nós fizemos uma reforma política decente, depois uma reforma tributária decente, vamos dar um salto. Portanto, nesse momento em que as pessoas vivem esse pessimismo generalizado, é preciso dar uma olhadinha para trás. Quando eu estava onde está a Yasmin, ou seja, começando a Faculdade de Direito, as minhas preocupações eram como fazer um país que não houvesse tortura, como ajudar a construir um país onde não houvesse censura à imprensa, como fazer um país em que as pessoas pudessem votar; isso tem 35 anos. Hoje em dia, a minha preocupação é como melhorar o patamar ético das relações sociais, como incluir na vida pública brasileira o debate de qualidade em que nós vamos discutir o argumento, houve prescrição ou não houve prescrição, vamos discutir se é melhor gastar o dinheiro que tem em saneamento ou na construção de hospital, o quanto deve ir para saneamento e o quanto deve ir para... Debate de qualidade. O grande problema ético no Brasil hoje, ainda, é que o sujeito, quando diverge, ele não foca no argumento, ele automaticamente foca na pessoa; aí, ele precisa *desqualificar* a pessoa que diverge dele. Se você pensa diferente de mim, você está com motivação política; você pensa diferente de mim, você tem algum interesse escuso; não é porque eu e você queremos o bem, mas pensamos o bem de maneira diferente. Esse é o salto civilizatório que a gente precisa dar. Um jornalista de São Paulo tem um pouco de ideia fixa por mim, um colunista, em que eu votei desfavoravelmente ao financiamento de campanha por empresa. Eu acho que empresa... Nem sou contra, em tese, empresa financiar. Mas, no modelo brasileiro, eu sou contra, porque essa empresa financia o candidato e, em seguida, ela vai participar da licitação ou vai ser contratada sem licitação para servir o governo que ela elegeu, o que é uma imoralidade e é a praxe do país. Então, eu votei contra. Outros ministros têm uma posição diver-

gente. Acha que se você proibir o financiamento por empresa, você vai estimular o caixa dois. É um argumento sério, é um argumento que merece consideração. Portanto, temos duas visões. Eu acho que é uma imoralidade que deve ser combatida mesmo que eu não consiga eliminar, da mesma forma que eu acho que o homicídio deve ser combatido mesmo que eu não consiga impedir que ocorram homicídios, mas eu acho que o argumento do caixa dois é plausível. Mas, aí, o jornalista escreveu assim: “Barroso concebeu a ação da OAB contra as pessoas jurídicas, pediu a ex-alunos seus da Uerj para representarem para a OAB entrar com a ação, então *lavou* a ação na OAB e depois atuou como juiz”. Votando a favor da tese. Donde que esse sujeito tirou isso? Quer dizer, inventou uma história. Nem fui eu... Realmente, um dos autores da representação é professor da Uerj, o Daniel Sarmiento, ele não me consultou nada, não me perguntou, ele fez.

[FF] — *Daniel Sarmiento, procurador federal?*

[LB] — É, o Daniel Sarmiento e o Claudio Pereira de Souza Neto, que era da OAB. Eles fizeram a representação à OAB para discutirem esse assunto no Supremo. O assunto passou pela OAB, onde o Eduardo Mendonça, que é meu assessor, era da Comissão de Assuntos Constitucionais; a Comissão de Assuntos Constitucionais aprovou que a OAB discutisse esse assunto. A OAB propôs a ação, eu votei. O sujeito pode simplesmente defender... Acho que ele está errado, acho que é uma bobagem, o sujeito não se contenta com isso, ele precisa dizer que você é desonesto. Como quando eu votei no Mensalão: “Ah, foi porque o antigo escritório dele foi contratado para fazer uma ação..”. Meu antigo escritório continua, não tem nada a ver com isso, eles tomam as decisões... Ou seja, ninguém acha que você está fazendo as coisas na vida porque é o certo. Quer dizer, a ideia de bem se perdeu no Brasil. Todo mundo se move como se houvesse um interesse oculto nas coisas; é ruim isso. Eu, se qui-

sesse ganhar dinheiro, continuava no meu escritório, que era bem rentável, graças a Deus. Se eu quisesse a mídia a favor sempre, eu escolhia as causas nas quais eu ia atuar, como no final da vida eu já fazia mesmo. Eu vim para cá para servir o Brasil, não tenho nenhum outro interesse que não seja o de fazer o bem, o certo e o justo. Agora, como ninguém é dono da verdade, o que eu acho bem, certo e justo pode não ser o que você acha ou alguém acha. Portanto, a vida civilizada é feita de nós conversarmos sobre as nossas diferenças e produzirmos os consensos possíveis e, onde não houver consenso, respeitar a diferença; você vive a sua vida, eu vivo a minha. Nós vamos conseguir isso um dia. Eu acho que a civilização brasileira é uma civilização muito interessante. Em termos culturais, em termos de miscigenação racial, em termos de atitude diante da vida, que é um país bem-humorado. Você viaja pelo mundo, as pessoas são piores. Agora, o país precisa ficar um pouco mais sério no geral. A Copa do Mundo, está todo mundo preocupado. Está bom. Agora, nós aceitamos fazer a Copa do Mundo aqui, eu não imaginava que fosse ser a Copa do Mundo da Alemanha. O secretário-geral da Fifa disse: “Não pense que estava na Alemanha”. Não, somos o que somos, estamos onde estamos. No próximo Natal, não vai haver neve. Quando nós nos dispusemos a fazer uma Copa do Mundo, era para fazer uma Copa do Mundo nas circunstâncias brasileiras, então não adianta a gente querer ser o que não é. O que a gente pode é querer ser melhor e tão bom quanto possa ser. Esse é o processo. Nós estamos evoluindo. Nós somos muito melhores do que éramos ontem e temos evoluído; não na velocidade desejada, mas numa direção certa.

[FF] — *Ministro, se o senhor me permite te provocar com uma expressão que é sua mesmo, que talvez ela traduza um pouco mais de oposidade seu otimismo pelo Brasil, o senhor se declara um amante de jabuticaba.*

[LB] — Por acaso, adoro jabuticaba, tenho cinco pés na minha casa. Agora, não, nem tudo que é jabuticaba, nem tudo que só tem no Brasil é bom. Agora, tem coisas que só tem no Brasil que eu acho que são boas. Para dizer uma polêmica que eu acho que é boa, TV Justiça. É uma jabuticaba que eu acho que é boa. Só o Brasil tem. É boa, jabuticaba boa. Correção monetária é uma jabuticaba ruim; mas a jabuticaba significa que nós somos criativos, temos soluções originais, nem todas são boas. A gente, na vida, deve reproduzir o que os outros têm de bom, deve se livrar do que os outros têm de ruim e deve ser capaz de criar coisas para a nossa própria realidade. Então eu acho que nós fazemos isso relativamente. Nós vivemos um momento difícil, o brasileiro cordial se transformou no brasileiro truculento, passamos de um extremo ao outro. O ideal é o brasileiro consciente, o brasileiro que exija o cumprimento dos seus direitos e que exija de si próprio o cumprimento dos seus deveres. Porque essa é uma via de mão dupla. E alguém que reconheça que a violência como regra é uma má forma de atuação política. Só deve haver violência quando a interlocução seja impossível e, numa democracia, a interlocução é sempre possível. Portanto, a violência deve ser descartada. Então me preocupo um pouco com esse momento brasileiro, mas acho que faz parte também das dores do crescimento. Nós estamos crescendo. Mas o desenvolvimento, o chegar ao Primeiro Mundo, não é um fator puramente econômico e social, envolve uma elevação de patamar ético. E o patamar ético é não só o que você cobra dos outros, mas o que você cobra de você mesmo. Como você se comporta é como você integra e considera o outro na sua vida e o respeito que você deve a ele.

TV Justiça

[FF] — *Ministro, o senhor me permite voltar à TV Justiça? Falamos muito da sua relação com a imprensa, mas não com a im-*

prensa institucional do Supremo. O senhor tem uma opinião, uma visão sobre o papel da TV Justiça que seria interessantíssimo conhecer mais a miúdo, mas eu queria saber qual é a sua experiência, agora uma vez televisionado?

[LB] — Eu tenho uma relação boa com a imprensa, eu converso com os setoristas. Agora, eu acho que, também é a minha opinião, não é de todos, o ministro deve ter um certo recato, eu não falo sobre tudo, eu não falo sobre como vou julgar. Eventualmente, eu comento alguma coisa que tenha feito, mas com uma certa parcimônia. Logo que eu tomei posse, eu tive proposta e não quis dar entrevista para as páginas amarelas da *Veja* e não quis participar de um programa chamado *Roda Viva*, na época era o Mario Sergio Conti que conduzia. Porque não queria ser um juiz entrando na Suprema Corte *high profile*, dando entrevistas e tal, entrei com discrição, que era o que eu achava.

[FF] — *[inaudível]*

[LB] — Pois então. Em outubro, eu aceitei dar uma entrevista para *O Globo*, para o Francisco Reali e a Carolina Brígido, que era setorista aqui, é setorista no Supremo. Eu entrei em junho, achei que já tinha um pouco de compreensão das coisas. E, aí, *O Globo*, *Jornal do Rio*, aí, falei para eles em outubro. A *Folha* tinha me pedido, desde a posse, pedido de entrevista da *Folha*, do Fernando Rodrigues e, em dezembro, quando acabou, quando veio o recesso, eu falei com a *Folha*. E começo agora de fevereiro, quando ia retomar, o *GI*... Me procurou a Mariana Oliveira, eu disse: “Não tenho nada para falar, nem vai dar para você fazer, então, mais à frente, a gente conversa de novo”. Portanto eu não acho, para mim, que faça parte do meu papel estar na mídia. Faz parte do meu papel, vez por outra, prestar contas, dar uma satisfação, mas eu não sou uma celebridade. Não quero estar na mídia rotineiramente. Agora, eventualmente, posso dar uma declaração sobre alguma coisa. Eduardo Azeredo era um

caso que a mídia tinha interesse. Eu disse: “Estou pronto para julgar”. Depois que julguei, disse: “Julguei assim por tal razão”. Aí, acho que faz parte do meu papel, mas não sou um comentarista-geral da república, por estilo; cada um vive a vida do modo que escolhe. Quanto à TV Justiça, eu acho que ela traz algumas consequências negativas. Primeiro, a exposição tira um pouco da espontaneidade e, segundo lugar, e há estatística sobre isso, há uma pesquisa empírica, os votos ficaram maiores. Em terceiro lugar, ela dificulta um pouco o processo de deliberação, porque, numa conversa informal, você pode ir, vir, reajustar. Ao vivo e em cores para todo o Brasil, esse processo circular, que num debate informal pode acontecer, de avanços e recuos, concessões, é mais difícil, embora não seja impossível. Mas eu acho que dificulta ligeiramente algum tipo de acomodação que possa produzir consensos, o que talvez seja bom. Agora, por outro lado, a principal virtude da TV Justiça é que o Brasil é um país em que as pessoas imaginam que por trás de qualquer porta fechada estejam acontecendo tenebrosas transações. E a TV Justiça, mostrando os julgamentos do STF, apaga essa imagem. Você vê 11 pessoas bem-intencionadas, no geral esclarecidas, tentando produzir a melhor solução. Essa é uma imagem boa para a instituição. Além do que dá transparência, tem uma finalidade didática imensa. Qualquer pessoa sabe como funciona o principal tribunal do seu país, para bem e para mal. Porque, também, às vezes, vê a discussão ríspida. Mas discussão ríspida acontece em qualquer tribunal do mundo, só que não é transmitida ao mundo ao vivo e em cores. A discussão não é uma peculiaridade brasileira; a peculiaridade brasileira é a absoluta transparência. Então eu acho que, para a cidadania em geral, foi positiva; para os estudantes de Direito, uma maravilha. Você, em qualquer parte do Brasil, pode saber o que está acontecendo. De modo que, sem deixar de reconhecer impactos negativos, eu acho que o saldo é positivo e eu sou a favor.

Caso Donadon

[FF] — *Ministro, veja bem, creio que nós fizemos uma cobertura bastante abrangente da sua trajetória. Creio, sobretudo essa segunda parte, [que] nós conseguimos captar o essencial da sua participação que, se o senhor me permite dizer, por enquanto breve porém intensa, enquanto ministro do Supremo...*

[LB] — Você me perguntou Donadon. Eu falei do AP 470, não falei Donadon. Quando eu cheguei ao Supremo, o Supremo estava empatado, cinco ministros achavam que no caso de condenação criminal, transitado e julgado, o parlamentar deveria perder o mandato automaticamente. E cinco ministros achavam que num caso de condenação criminal, transitado em julgado, a Casa Legislativa tinha que decretar a perda do mandato. Cinco a cinco, essa foi uma das perguntas que eu não respondi na sabatina porque, sobre isso, eu não tinha escrito. Vou à Constituição e verifico, sem nenhuma margem à dúvida, na sua textualidade, a Constituição diz que a Casa Legislativa, por voto secreto e maioria absoluta, é que tem que decretar a perda do mandato. É uma solução ruim, mas ela está com todas as letras na Constituição e eu não tenho, dentre os muitos poderes que o ministro da Suprema Corte tem, um deles não é o de emendar a Constituição. Portanto, achando que a Constituição trata mal dessa matéria, eu respeitei a Constituição e disse: “Depende, a perda do mandato, da Casa Legislativa”. Botei assim no caso do senador Ivo Cassol, [que] foi condenado. Aí, vem o caso Donadon, que foi julgado antes de eu estar aqui, mas, aí, o Donadon tinha sido julgado pelo Supremo, foi condenado a 13 anos e alguns meses de prisão, vai para a Câmara para deliberar sobre a perda do mandato. E a Câmara delibera não decretar a perda do mandato. Aí, um parlamentar impetra um mandado de segurança dizendo: “Neste caso, a decisão da Câmara deveria ter sido puramente declaratória, a mesa deve-

ria ter declarado a perda do mandato. Esta não era uma decisão política a ser submetida ao plenário”. Por uma tese específica que eu não acolhi. Mas, aí, eu estudo a matéria, eu que achava que a palavra final era da Câmara, e verifico que a Constituição prevê que o parlamentar que se afaste por mais de 120 dias perde automaticamente o mandato, por declaração da Mesa. Natan Donadon tinha que cumprir mais de dois anos de prisão em regime fechado. Portanto, uma pessoa que tem que cumprir, em regime fechado, mais tempo do que tem de mandato tem uma impossibilidade jurídica e fática de conservar o mandato. Com base nesses dois argumentos, o afastamento por mais de 120 dias leva à declaração de perda pela Mesa e à impossibilidade jurídica de cumprir o mandato. Eu acho que o mandado de segurança deve ser acolhido e dou a liminar. É um pouco a tentativa de fazer o bem. Havia uma tese jurídica que me permitia fazer o que é certo e a tese jurídica era a tese correta, eu acho. E acho que a minha decisão proporcionou duas consequências positivas. A primeira, o Senado Federal já aprovou a emenda constitucional mudando o tratamento dessa matéria; portanto, a condenação criminal com trânsito em julgado em crimes graves gera a perda do mandato automaticamente. Isso foi aprovado pelo Senado, vai para a Câmara, acho que é um avanço, vamos consertar o que estava errado. Segundo, a Câmara dos Deputados, para não ficar numa situação de o Judiciário impor a perda de um mandato, ela acabou com o voto secreto nessa matéria, aprovou uma emenda, julgou o Donadon de novo e caçou o mandato dele; o mandado de segurança ficou prejudicado. Portanto, eu não só acho que a decisão era tecnicamente correta como provocou um diálogo institucional extremamente positivo, em que o Congresso, reagindo e assumindo o seu papel, consertou o que estava errado, o que é muito melhor eu fazer isso por decisão judicial. Portanto, eu acho que a decisão teve consequências positivas. E, também nessa, eu não teria voltado atrás, não. Em nenhuma. Isso é uma coisa

boa. É claro que pode ser que aconteça, em algum momento na vida, como acontece na vida de todo mundo, de eu achar que alguma coisa, talvez se eu pudesse voltar atrás, eu fizesse diferente. Essa frase “Só me arrependo do que não fiz” é uma bravata. A gente, na vida, se pudesse refazer, refaria muita coisa. Mas eu, até aqui, olhando para trás, não vejo nada que me ocorresse fazer diferente. E, de novo, como eu falei, eu considero uma bênção, sou reconhecido à presidenta da República por ter me proporcionado, nessa altura da minha vida, em que eu já estava mais rumo à aposentadoria, a me proporcionar a oportunidade de servir ao Brasil sem ter nenhum outro tipo de ambição ou de interesse, uma coisa boa, que não seja fazer o bem, fazer as coisas bem-feitas e empurrar a história um pouquinho que eu puder.

[FF] — *Ministro, uma derradeiríssima pergunta. Ministro Luís Roberto Barroso, retomando a questão do Schmidt, qual a melhor coisa da vida?*

[LB] — [risos] Muito difícil resumir numa coisa só. Acho que a melhor coisa da vida é estar em paz consigo mesmo. Acho que esta é a primeira coisa. A segunda é ter amor para dar. Mas a primeira é estar em paz consigo mesmo. A terceira, talvez, seja receber amor, mas acho que estar em paz e poder distribuir afeto, eu acho que são as melhores coisas da vida.

[FF] — *Ministro, em nome da minha equipe, da equipe inteira do projeto e da Fundação Getúlio Vargas eu gostaria de agradecer imensamente a sua contribuição a esse projeto, que visa ser mais uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas na construção de um patrimônio, na construção da memória e da história contemporânea do Brasil. MUITÍSSIMO obrigado.*

[LB] — Um prazer participar. Felicidades para vocês.

[FF] — *Obrigado.*

FINAL DA ENTREVISTA

6

Equipe do Projeto

COORDENAÇÃO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha

CONSELHO CONSULTIVO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha
Joaquim Falcão
Oscar Vilhena Vieira
Celso Castro
Mário Brockmann Machado
José Reinaldo de Lima Lopes
Diego Werneck Arguelhes
Pedro Abramovay
Daniel Vargas

EQUIPE FGV DIREITO RIO

PESQUISADOR
Fernando Fontainha

ASSISTENTES DE PESQUISA

Carlos Victor Santos
Fábio Almeida
Izabel Nuñez
Leonardo Sato

BOLSISTAS

Alexandre Neves Jr.
Amanda Martins
Gabriela Maciel
Júlia França
Luciana Frattini
Márcia Goldman
Thiago Filippo
Verônica Otero

EQUIPE FGV DIREITO SP

PESQUISADOR
Rafael Mafei

ASSISTENTE DE PESQUISA

Thiago Acca

BOLSISTAS
Bárbara Gama
Jullian Melo
Thiago Megale

EQUIPE CPDOC

PESQUISADORES
Angela Moreira
Christiane Jalles
Marco Vannucchi

ASSISTENTE DE PESQUISA

Fabírcia Guimarães

BOLSISTAS
Hugo Anciães
Ivan Albuquerque
Pedro Saliba
Yasmin Curzi

Este livro foi produzido pela FGV DIREITO RIO,
composto com as famílias tipográficas Corbel e
Sentinel, e impresso em papel pólen bold, no ano
de 2016.



O ministro Luís Roberto Barroso foi entrevistado pelos pesquisadores Fernando Fontainha, Marco Vannucchi e Carlos Victor Santos, em 30 de abril e 13 de maio de 2014, no seu gabinete, no Supremo Tribunal Federal.

ISBN 978-85-63265-62-3



9 788563 265623 >



ASSISTA AQUI AO
VÍDEO DA ENTREVISTA!